



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA  
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

**MARIA DO SOCORRO BARROS PEREIRA**

**TERRITORIALIDADE CAMPONESA NO ALTO SERTÃO PARAIBANO: A  
REESTRUTURAÇÃO DA FEIRA AGROECOLÓGICA DE CAJAZEIRAS - PB**

**CAJAZEIRAS-PB  
2018**

**MARIA DO SOCORRO BARROS PEREIRA**

**TERRITORIALIDADE CAMPONESA NO ALTO SERTÃO PARAIBANO: A REESTRUTURAÇÃO DA FEIRA AGROECOLÓGICA DE CAJAZEIRAS - PB**

**Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Federal de Campina Grande, campus Cajazeiras-PB, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Geografia.**

**Orientador:** Prof. Dr<sup>o</sup>. Josias de Castro Galvão **Linha de Pesquisa:** Geografia Agrária

**CAJAZEIRAS-PB  
2018**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)  
Denize Santos Saraiva Lourenço - Bibliotecária CRB/15-1096  
Cajazeiras - Paraíba

P436t Pereira, Maria do Socorro Barros.

Territorialidade camponesa no alto sertão paraibano: a reestruturação da feira agroecológica de Cajazeiras-PB / Maria do Socorro Barros Pereira. - Cajazeiras, 2018.

111f. : il.

Bibliografia.

Orientador: Prof. Dr. Josias de Castro Galvão.

Monografia (Licenciatura em Geografia) UFCG/CFP, 2018.

1. Feira agroecológica. 2. Territorialidade camponesa. 3. Questão agrária.

4. Produção agroecológica. I. Galvão, Josias de Castro.. II. Universidade

Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores.

IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU - 631.95

MARIA DO SOCORRO BARROS PEREIRA

TERRITORIALIDADE CAMPONESA NO ALTO SERTÃO PARAIBANO: A  
REESTRUTURAÇÃO DA FEIRA AGROECOLÓGICA DE CAJAZEIRAS – PB

Monografia apresentada ao Curso de  
Licenciatura Plena em Geografia da  
Universidade Federal de Campina  
Grande, câmpus Cajazeiras-PB, como  
requisito parcial para obtenção do  
título de Licenciada em Geografia.

Aprovado (a) em: 17/12/18

BANCA EXAMINADORA

*Josias de Castro Galvão*

Prof. Dr. Josias de Castro Galvão (Orientador)  
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

*Ivanalda Dantas Nobrega di Lorenzo*

Examinadora interna  
Prof.<sup>(a)</sup> Dr.<sup>(a)</sup> Ivanalda Dantas Nobrega di Lorenzo  
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

*Cicera Cecília Esmeraldo Alves*

Examinadora interna  
Prof.<sup>(a)</sup> Dr.<sup>(a)</sup> Cicera Cecília Esmeraldo Alves  
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Ao meu avô materno **Francisco Ricarte do Nascimento** (*In Memoriam*), o qual sempre me incentivou aos estudos, pela sua dedicação a nossa família, pelo respeito, a confiança e o apoio.

**Dedico.**

## AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus por toda a força que me fortalece a cada dia e em todos os momentos, que se faz presente em minha vida através da minha fé. Gratidão por iluminar o meu caminho pelas bênçãos alcançadas, e pelas lições adquiridas. Obrigada Senhor.

A minha família, gratidão pela força, pelo amor, apoio e incentivos nas horas mais difíceis. Minha mãe, Maria das Graças; meu pai, José Pereira, e minhas irmãs: Maria Vitória, Geruza e Geruíza; ao meu namorado e companheiro, Leandro, aos sobrinhos Germânio, Evandro e Danielly; obrigada família amo todos vocês.

A Universidade Federal de Campina Grande e ao curso de Geografia, aos professores da Unidade Acadêmica de Geografia que foram essenciais para minha formação docente.

Especialmente ao meu Orientador Prof. Dr. Josias de Castro Galvão pela confiança, e oportunidade de trabalharmos com as pesquisas de Iniciação Científica e também Extensão, ambas na área de Geografia Agrária, e pela mediação na aprendizagem. E por aceitar o desafio da realização deste trabalho. Obrigada Professor Josias.

A Banca Examinadora deste trabalho agradeço a prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cícera Cecilia Esmeraldo Alves e a prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo, por aceitar o convite e pela confiança.

A Prof<sup>a</sup> Ms. Mariana Borba de Oliveira que eu tive a satisfação de participar de pesquisas da área de Geografia Agrária e Agroecologia, na qual realizamos trabalhos de campo na Zona da Mata Paraibana, momento em que a teoria e a prática caminharam juntas. Obrigada.

Ao Programa de Monitoria do qual tive a oportunidade de participar, e que contribuiu diretamente para a minha formação docente. Aos Professores Dr. Josias de Castro Galvão, Dr<sup>a</sup> Cícera Cecilia Esmeraldo Alves e ao prof. Ms. David Luiz Rodrigues de Almeida, a prof<sup>a</sup> Luciana Medeiros de Araújo. Obrigada professores(as) pela contribuição na mediação e na construção da minha caminhada enquanto futura professora de Geografia.

Ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência - PIBID, as prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Cícera Cecilia Esmeraldo Alves, a prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo, pelo curto tempo que passei, mas que contribuiu com a aprendizagem enquanto iniciante à docência e a toda equipe de professores e alunos (as) desse Programa.

E principalmente a todas as famílias camponesas da Feira Agroecológica de Cajazeiras Paraíba, as quais me receberam bem nos seus Assentamentos Rurais de Reforma Agrária. E estiveram sempre dispostos a esclarecer nas conversas, nos trabalhos de campo onde eu tive a oportunidade de compreender um pouquinho sobre o universo do campesinato.

A Comissão Pastoral da Terra - CPT Sertão aos colegas Alexsandro Alves e Marcelo pelas informações nos dados desta pesquisa, e no trabalho de campo, obrigada pelo apoio e contribuição. Aos transeuntes e consumidores da feira por participarem desta pesquisa.

Ao amigo David Kennedy pelo auxílio na construção dos mapas desta pesquisa. A todos os meus amigos (as) da UFCG que eu espero levar para a vida, Dayane e Marlene obrigada amigas pela força e o apoio. A Mariza, Klysmann, Regiane, Manoel, Betânia, Thyanne, Samara, Ana Elizabeth, Ana Priscila, Cícera (Cecilia CPT), obrigada pela amizade e pela aprendizagem conjunta. E aos que partiram e permanecem nos nossos corações Ailmo Xavier Soares (*in memoriam*) e Danilo (*in memoriam*).

As minhas amigas Joana (amiga de infância), Maryna, meu amigo José Cláudio. E por último, mas que também foram essenciais pela amizade, e debates, na equipe de pesquisa e extensão ao Programa de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC e ao Programa de Estudos e Ações para o Semiárido - PEASA, Alia, Mismama, Elieide, Diego Silvestre. Agradeço a todos (as) que participaram direta e indiretamente na construção deste trabalho. Gratidão!

## Sertão de Aço

Se você visse  
Como é o meu sertão  
Aí você diria  
Que eu falo com razão

Lavoura lá  
Dá só com o cheiro de chuva  
Tem resistência  
O milho e o feijão

Com uma chuva  
Em cada mês  
A coisa aumenta  
Que a lavoura lá agüenta  
Trinta dias de verão

Tem ano lá  
Que o inverno é variado  
Lucro e remessa  
Num canto e outro não  
O sertanejo ainda num desespera  
Com coragem ainda espera  
Pela safra de algodão  
Havendo safra  
Nem é bom falar  
Meu Deus do céu  
E com tanto samba que há

O sertanejo  
Esquece logo o tempo ruim  
Finca o pé na dança  
Sem sentir cansaço  
No outro dia  
Cuida da obrigação  
Digo por esta razão  
Que meu sertão é de aço.

**Composição:** José Marcolino / Luiz Gonzaga

Música: Sertão de aço, 1962.

PEREIRA, Maria do Socorro Barros, **Territorialidade Camponesa no Alto Sertão Paraibano: a reestruturação da feira agroecológica de Cajazeiras – PB**. Monografia (Graduação). UFCG. CFP. UNAGEO. Curso de Licenciatura em Geografia. Campus I. Cajazeiras-PB. 2018.

## RESUMO

Neste estudo discute-se a reestruturação da feira agroecológica no município de Cajazeiras - PB. Iniciamos a partir de uma reflexão sobre a reprodução social camponesa e a convivência com o Semiárido no Alto Sertão. O questionamento central desta pesquisa é se a produção agroecológica é capaz de fortalecer a territorialidade camponesa através de sua comercialização na feira agroecológica de Cajazeiras? Nossos procedimentos metodológicos dizem respeito à análise quantitativa e qualitativa na pesquisa geográfica. O objetivo primário é compreender a reestruturação da feira agroecológica como uma possível alternativa de melhoria da qualidade de vida no campo. O pressuposto positivo é sim, a feira é capaz de fortalecer a territorialidade camponesa no município de Cajazeiras o pressuposto negativo é que não. Dentre os procedimentos metodológicos da pesquisa aplicamos questionários e visitamos o campo. Estas pesquisas no campo foram essenciais para entender a realidade das famílias produtoras e dos assentamentos de reforma agrária no município de Cajazeiras. Entre os sujeitos da pesquisa estão os consumidores dos produtos da feira agroecológica e os transeuntes. Nos resultados alcançados refletimos sobre a questão agrária no Alto Sertão, a territorialidade camponesa e o imaginário social desta feira e principalmente sua importância da feira agroecológica.

**Palavras-chave:** Camponeses. Territorialidade. Feira agroecológica.



PEREIRA, Maria do Socorro Barros. **Peasant territoriality in the Alto Sertão Paraibano: the restructuring of the Agroecological Fair of Cajazeiras – PB.** Monograph (Graduation). UFCG. CFP. UNAGEO. Degree Course in Geography. Campus I. Cajazeiras-PB. 2018.

### **ABSTRACT**

This study discusses the restructuring of the agroecological fair in the municipality of Cajazeiras - PB. We started from a reflection on peasant social reproduction and coexistence with the semiarid in the Alto Sertão. The central question of this research is whether agroecological production is able to strengthen peasant territoriality through its commercialization in the agroecological fair of Cajazeiras? Our methodological procedures relate to quantitative and qualitative analysis in geographic research. The primary objective is to understand the restructuring of the agroecological fair as a possible alternative to improve the quality of life in the field. The positive assumption is yes, the fair is able to strengthen the peasant territoriality in the municipality of Cajazeiras the negative assumption is that it does not. Among the methodological procedures of the research, we applied questionnaires and visited the field. These researches in the field were essential to understand the reality of the producing families and agrarian reform settlements in the municipality of Cajazeiras. Among the subjects of the research are the consumers of agroecological fair products and passers-by. In the results achieved, we reflected on the agrarian issue in the high hinterland, the peasant territoriality and the social imaginary of this fair and especially its importance of the agroecological fair.

**Keywords:** Peasants. Territoriality. Agroecological Fair.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de Localização de município de Cajazeiras – PB.....	33
Figura 2: Carta imagem dos assentamentos que produzem e comercializam para a feira agroecológica do município de Cajazeiras-PB.....	39
Figura 3: Tabela das produções alimentares das unidades.....	48
Figura 4: plantação de bananas Assentamento Edvaldo Sebastião (UP3).....	49
Figura 5: plantação de macaxeira no assentamento Valdeci Santiago (UP6).....	49
Figura 6: quintal produtivo (plantação hortaliças, frutas) UP-1.....	50
Figura 7: plantação na várzea (legumes) UP-1-2 .....	50
Figura 8: preparo do macerado do ninho.....	52
Figura 9: preparação do esterco para a adubação.....	52
Figura 10: gráfico criação pecuária nas unidades produtivas.....	52
Figura 11: criação de bovinos na UP2 assentamento Santo Antônio.....	53
Figura 12 fabricação de queijo de coalho (UP2).....	53
Figura 13: criação de aves: UP5 assentamento valdeci Santiago.....	54
Figura 14: criação de suínos na UP1 assentamento Santo Antônio.....	54
Figura 15: Gráfico das tecnologias e estrutura hídrica nas unidades produtivas.....	55
Figura 16: cisterna de placas na UP-1 assentamento Santo Antônio.....	56
Figura 17: cisterna em desuso no assentamento Frei Beda (UP-4).....	56
Figura 18: mandala(ativa) no assentamento Santo Antônio.....	58
Figura 19: mandala (inativa) na UP1 do assentamento Santo Antônio.....	58
Figura 18: prática de reuso da água (UP1) assentamento Santo Antônio.....	59
Figura 19: o biodigestor (UP1) assentamento Santo Antônio.....	59
Figura 20: registro da primeira feira agroecológica de Cajazeiras – PB.....	68
Figura 21: momento de diálogo sobre a reestruturação da FA (representantes da CPT Sertão e camponeses).....	71
Figura 22: reinauguração da FA de Cajazeiras –PB .....	71
Figura 23: quadro dos principais produtos comercializados na FA de Cajazeiras - PB .....	73
Figura 24: Fluxograma dos canais de comercialização das Unidades de Produção.....	75
Figura 25: Gráfico participação da FA no orçamento familiar das UP.....	78
Figura 26: Gráfico da estrutura e logística da FA .....	80

Figura 27: Gráfico - avaliação da qualidade e valores dos produtos.....	81
Figura 28: Quadro visão dos consumidores e transeuntes sobre o produto agroecológico / orgânico.....	84
Figura 29: Quadro Definição da feira para os consumidores e transeuntes.....	85

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**ASA** - Articulação do Semiárido

**CAAASP** - Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano

**CASA** - Fundo Socioambiental

**CPT** - Comissão Pastoral da Terra

**ECOFORTE** - Programa de Ampliação e Fortalecimento das Redes de Agroecologia e Produção Orgânica

**ECOVÁRZEA** - Associação de Agricultores (as) Agroecológicos da Várzea Paraibana

**FA** - Feiras Agroecológicas

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IFBDS** - Instituto Frei Beda de Desenvolvimento Social

**IFPB** - Instituto Federal da Paraíba

**INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**MAPA** - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

**MDA** - Ministério do Desenvolvimento Agrário

**MST** - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

**NAESP** - Núcleo de Estudos em Agricultura Ecológica do Sertão Paraibano -

**NAESP** - Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica

**OCS** - Organismo da Conformidade Orgânica

**ONG** - Organização Não Governamental

**P1MC** - Programa 1 Milhão de Cisterna

**PAA** - Programa de Aquisição de Alimentos

**PAIS** - Produção Agroecológica Integrada e Solidária

**PB** - Paraíba

**PIBIC** - Programas de Bolsas de Iniciação Científica

**PNAE** - Programa Nacional de Alimentação Escolar

**PROÁLCOOL** - Programa Nacional do Alcool

**PRONAF** - Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**SUDENE** - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

**UFPB** - Universidade Federal da Paraíba

**UP** - Unidade Produtiva

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>1. A QUESTÃO AGRÁRIA, O CAMPESINATO E A LUTA PELA TERRA</b> .....	21
<b>1.1. A Questão Agrária Brasileira: breve resumo</b> .....	21
1.2. As Escalas Geográficas e a Questão Agrária.....	23
1.2.1. A Questão agrária na Escala Nacional .....	24
1.2.3. A Questão Agrária na Escala Regional .....	27
1.2.4. A Questão Agrária na Escala Estadual .....	29
1.2.5. A Questão Agrária na Escala Municipal .....	31
1.3. Localização Geográfica do Município de Cajazeiras-PB.....	33
1.4 Campesinato e a Conquista da Terra no Município de Cajazeiras - PB.....	35
1.4.1. O que é Campesinato .....	37
1.5. Assentamentos Estudados e Localização Geográfica.....	39
<b>2. CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: DESENVOLVIMENTO DAS TECNOLOGIAS SOCIAIS PARA A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA</b> .....	43
<b>2.1 A Convivência com o Semiárido: breve histórico</b> .....	43
2.1.2. A Agricultura Convencional e a Agroecologia no Semiárido.....	45
2.2 A Experiência da Produção Agroecológica.....	48
2.3. As tecnologias Sociais Utilizadas nas Unidades Produtivas Camponesas dos Assentamentos Pesquisados .....	56
<b>3. FEIRAS AGROECOLÓGICAS TERRITORIALIDADE E REPRODUÇÃO SOCIAL CAMPONESA</b> .....	63
<b>3.1. Feiras Agroecológicas: a busca de uma conceituação</b> .....	63
3.2. Breve Histórico da Criação da Feira Agroecológica do Município de Cajazeiras - PB....	66
3.3 A Reestruturação da Feira Agroecológica de Cajazeiras - PB .....	69
3.3.1. Caracterização Socioeconômica Familiar e a Renda da Feira Agroecológica .....	77
3.4 Os Consumidores da Feira Agroecológica de Cajazeiras - PB .....	80
3.4.1 O Imaginário Social dos Consumidores e Transeuntes .....	82
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	87
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	90
Apêndice A : Intrumento I (consumidores e transeuntes) .....	94
Apêndice B: Instrumento III(criação da feira agroecológica).....	95
Anexo A : Instrumento II Reestruturação da Feira Agroecológica (camponeses).....	96

Anexo B: (comitê de ética) Termo de Anuência Institucional .....	99
Anexo C: Termo de Anuência Setorial.....	100
Anexo D: Folha de Rosto Plataforma Brasil .....	101
Anexo E: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	102
Anexo F - Estatuto da Associação Sertão Agroecológico .....	105

## INTRODUÇÃO

A presente reflexão resulta de um estudo sobre a feira agroecológica do município de Cajazeiras - Paraíba a partir do seu processo de reestruturação. Buscamos contribuir com o debate sobre a territorialidade camponesa e a produção agroecológica no Semiárido. Nesse sentido as feiras agroecológicas - FA são interpretadas como um canal alternativo de comercialização que possibilita as unidades produtivas camponesas assentadas a se desprenderem do mercado atravessador, promovendo a venda direta aos consumidores.

De modo geral, a FA de Cajazeiras - PB está produzindo uma troca de benefícios, pois, de um lado com a melhoria qualidade vida das famílias camponesas que produzem de forma agroecológica. Com práticas de manejo sustentáveis, uso de sementes crioulas, adubação natural, sem a utilização de insumos químicos e respeitando o meio ambiente. E na outra ponta, o consumidor, com a oferta de alimentos saudáveis, nutritivos e de procedência confiável.

Assim, todos os agentes envolvidos nesta articulação de pessoas, desde o produtor ao consumidor, estão contribuindo com o desenvolvimento local sustentável, pois ambos estão inseridos em um contexto maior, buscando a segurança alimentar da escala local até a global. Há que se considerar que esta modalidade de produção agroecológica no Semiárido brasileiro requer práticas produtivas sustentáveis, que incluem a convivência com o meio natural, e o uso racional da água a partir das tecnologias sociais. Conjuntamente a isso, temos a consciência ambiental em produzir sem a utilização de agrotóxicos, pesticidas, herbicidas na agricultura.

Moreira e Targino (1997) afirmam que, historicamente, o Alto Sertão paraibano e nordestino, caracterizava-se por pequenas produções diversificadas e associadas a outras culturas, voltadas quase que exclusivamente à subsistência. Posteriormente, houve um aumento das áreas cultivadas, e na produtividade, notadamente pela presença constante da luta pela terra e, sucessivamente com a criação dos assentamentos de reforma agrária.

Neste enfoque destaca-se a importância dos movimentos sociais, entidades e Pastorais ligadas a igreja católica, através do apoio a produção agroecológica e posteriormente a comercialização direta ao consumidor. Devemos ressaltar que inicialmente à feira agroecológica - FA de Cajazeiras-PB foi criada em 2003, realizada no açougue público municipal, contando com a participação dos camponeses de assentamentos rurais existentes nos municípios de Aparecida - PB, Marizópolis - PB e Bonito de Santa Fé - PB.

A primeira feira ficou ativa até o ano de 2015, interrompendo assim a comercialização da produção, que acarretou no desmonte da Feira Agroecológica, devido, principalmente, às questões climáticas como as estiagens prolongadas e falta de apoio governamental para a pequena produção agropecuária familiar.

Sendo assim, o objeto desta pesquisa é centrado na reestruturação da FA do município de Cajazeiras-PB situado no Alto Sertão Paraibano<sup>1</sup>. Reaberta para comercialização de produtos em fevereiro de 2017 é realizada semanalmente as sextas - feiras na Praça Cristiano Cartaxo no centro da cidade de Cajazeiras. Temos assim, um recorte temporal desta pesquisa do período de 2017 a 2018. Enquanto o nosso recorte espacial diz respeito às unidades produtivas das famílias camponesas dos quatro assentamentos (Santo Antônio, Valdeci Santiago, Frei Beda e Edvaldo Sebastião), ambos em Cajazeiras-PB, e que participam, produzem e comercializam para a Feira Agroecológica.

Com a escassez de água no Alto Sertão Paraibano e a natural irregularidade das chuvas. A reestruturação da comercialização na FA em 2017, só foi possível graças ao uso de um recurso histórico da agricultura do Sertão o plantio nas várzeas em torno do açude. Sempre pautada nas técnicas da produção agroecológica. O uso das tecnologias sociais como técnicas de reaproveitamento e reuso da água, adaptado para o uso nas plantações, e as cisternas de placas utilizadas para capacitação da água para o consumo humano também tiveram um papel de destaque.

Neste aspecto, esta feira agroecológica se revitalizou na perspectiva de ser reconhecida, e futuramente inserida, no cadastro nacional de produtores orgânicos, através da certificação participativa em Organismo de Conformidade Social – OCS. Que é concedida pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento-MAPA.

Convém ressaltar aqui, que nosso intuito por esta área da Geografia Agrária e da Agroecologia, veio da vivência, enquanto pesquisadora iniciante do curso de licenciatura em Geografia do CFP da UFCG, no qual tivemos a oportunidade de adentrar nos territórios camponeses, nas produções agroecológicas e nos assentamentos da Zona da Mata e do Alto Sertão paraibano. Os estudos do Alto Sertão vieram posteriormente a nossa participação enquanto colaboradora dos projetos de pesquisa e de extensão, no qual acompanhamos de

---

<sup>1</sup> Alto Sertão Paraibano regionalização criada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA em 2003, pautada na identificação dos territórios a partir do desenvolvimento social, cultural. No estado da Paraíba são 15 unidades regionais. O Alto Sertão é composto por 15 municípios: Bernardino Batista; Bom Jesus; Bonito de Santa Fé; Cachoeira dos Índios; Cajazeiras; Carrapateira; Monte Horebe; Poço Dantas; Poço de José de Moura; Santa Helena; Santarém; São João do Rio do Peixe; São José de Piranhas; Triunfo; Uiraúna.



forma ativa as reuniões e os encontros da rede de cultivos<sup>2</sup> na Comissão Pastoral da Terra - CPT - Sertão, na luta pela reestruturação desta Feira Agroecológica de Cajazeiras-PB.

Pretendemos contribuir neste estudo e nessa empreitada nos deu a oportunidade de viver de perto a resistência dos camponeses na luta pela reforma agrária, na qual a pequena produção, mesmo com pouca terra, é de extrema importância para a reprodução social dos mesmos, e para o abastecimento interno do nosso país.

Nosso interesse pelos estudos de Agrária e por estes territórios simbólicos e materiais de reforma agrária, veio da participação como estudante e posteriormente monitora da disciplina de Geografia Agrária do curso de Licenciatura em Geografia. A partir daí procuramos entender e contribuir de alguma forma, a partir deste estudo no debate do campesinato no Semiárido, das feiras agroecológicas e das questões sociais do campo.

O principal questionamento que tivemos ao estudar a reestruturação da FA de Cajazeiras-PB é buscar responder a seguinte questão central: a produção agroecológica é capaz de fortalecer a territorialidade camponesa através da Feira Agroecológica?

Para alcançar a resposta para a questão supracitada, nos servimos do método materialista histórico e dialético tão utilizado por geógrafos do campo da Geografia Agrária para entendermos a relação sociedade e natureza, a partir da produção agroecológica no Semiárido paraibano. Examinamos neste estudo as leis da dialética, especialmente a passagem da quantidade à qualidade e a mudança da dialética. E observarmos a partir dela como os fenômenos estão interligados entre si. Assim, percebemos nos assentamentos rurais investigados no Alto Sertão paraibano, como territórios de resistência camponesa na convivência com o Semiárido, desenvolvendo estratégias de reprodução social no campo.

Neste enfoque sucedem os objetivos secundários desta pesquisa que são: a) identificar os camponeses que estão produzindo para a comercialização na Feira Agroecológica do município de Cajazeiras; b) pesquisar o andamento do cadastro em OCS dos produtores no Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA e o papel da certificação participativa para a feira da agroecológica de Cajazeiras; c) descrever as tecnologias sociais de convivência com o Semiárido nas unidades produtivas que integram a feira agroecológica e descrever o imaginário social sobre a mesma.

Os procedimentos metodológicos foram: Levantamento bibliográfico das temáticas deste estudo; a aplicação dos questionários e entrevistas para os sujeitos da pesquisa

---

<sup>2</sup> Rede de Cultivos Agroecológicos do Alto Sertão atua na CPT Sertão, acompanhando assentamentos do Alto Sertão paraibano, através de práticas de melhoria das produções nos assentamentos, cursos, oficinas, intercâmbios, entre outras funções. Contribui na articulação territorial dos assentamentos, desenvolvendo projetos e estratégias para melhoria da produção e comercialização agroecológica e orgânica.

(camponeses, os consumidores da FA e transeuntes); pesquisas de campo na feira agroecológica e nas unidades produtivas; a pesquisa documental nos arquivos da CPT - Sertão sobre a criação da FA, assim como nos arquivos das reuniões da Rede de Cultivos Agroecológicos.

Desta forma, as pesquisas de campo nas unidades produtivas nos assentamentos, possibilitou conhecermos a realidade e ver os avanços e desafios nas produções. Como também os recursos e as técnicas que são utilizados pelos camponeses. Através das visitas de campo na FA, observamos a relação produtor e consumidor. E aplicamos questionários de pesquisa com consumidores e transeuntes.

E por último foi realizado o tratamento dos dados levantados pelos questionários, entrevistas, e anotações da pesquisa de campo. Utilizando abordagem quantitativa e qualitativa na ciência geográfica. Assim, buscamos sintetizar aqui os resultados obtidos, a classificação e tabulação, fotografias, mapas, gráficos e quadros, para melhor explicação do problema central proposto, para melhor entendermos o objeto desta pesquisa, a FA de Cajazeiras - PB.

Os recursos materiais utilizados ao longo das etapas de realização desta pesquisa foram aparelho celular - para gravação de áudio e fotografar imagens; o Sistema de Posicionamento Global – GPS para obter as coordenadas geográficas das unidades produtivas nos assentamentos do município; caderneta de campo - para anotações adicionais e entrevistas; notebook pessoal - para leituras digitais e sistematização das informações através do tratamento de dados; transporte pessoal e institucional para pesquisa de campo.

A pesquisa está sistematizada em três capítulos: no primeiro capítulo **A questão agrária o campesinato e a luta pela terra** apresentamos um debate acerca da Questão Agrária, Escala Geográfica para a pesquisa e Campesinato. A dimensão de Escala na geografia apresentada aqui refere - se à questão agrária em três instâncias: nacional, estadual e local.

É importante compreender que a estrutura fundiária, a luta pela terra e a resistência camponesa se perpetua em três dimensões: o âmbito cultural, político e econômico. Fundamentamos em Stedile (1997); Lima (2002); Oliveira (2007); Silva (1998), cujos estudos analisam a questão agrária, e a reforma agrária brasileira.

As Escalas Geográficas (nacional, regional, estadual e municipal) apresentam um olhar muito mais amplo para entendermos o campo brasileiro até chegarmos ao recorte espacial local. Assim, nos permitiu a junção de diferentes reflexões como: as relações sociais; as lutas e conflitos pela terra; a importância dos movimentos sociais que atuam em prol da

reforma agrária e a multiplicidade destes territórios. Nesse ponto nos embasamos em Andrade (2005), Moreira e Targino (1997, 2007).

No enfoque da escala local (município), a atuação das ações das organizações não governamentais e entidades através dos apoios e assistências nos assentamentos, advindos da atuação da Pastoral CPT- Estadual e a CPT- Sertão. Nos levantamentos e estudos de Andrade (2015), e Mitidiero Junior (2008), destacamos aqui esta entidade de importante atuação nos assentamentos de reforma agrária da Paraíba.

Na conceituação do modo de vida camponês que é, sobretudo, resistente, persistindo diariamente nas lutas pela sua reprodução social, buscamos os estudos de Marques (2004), Rodrigues (2011) e sobre o campesinato e Agroecologia, as contribuições de Gusman e Molina (2013).

No segundo capítulo **Convivência com o Semiárido desenvolvimento das tecnologias sociais para inovar a produção agroecológica**, conceituamos a convivência com o Semiárido com base em Marinho (2008) e Moreira Neto (2013). A Agroecologia com ênfase em Altieri (2012), Soglio e Caporal (2009). Dando destaque a convivência com o Semiárido e nas tecnologias sociais utilizadas nas unidades produtivas, que integram a feira agroecológica, conciliando a teoria e a prática através dos resultados atingidos referentes às aplicações dos questionários e estudos de campo.

No terceiro e último capítulo: **Feiras agroecológicas e reprodução social camponesa**, situamos nos estudos sobre as FA da Paraíba, em Santos (2010), Rodrigues (2011), Oliveira (2012) e das FA do estado do Ceará, em Batista (2014), os (as) quais destacam a feira agroecológica como de suma importância para a reprodução social camponesa.

Elencamos a criação da feira agroecológica de Cajazeiras - PB e a reestruturação da mesma. Ressaltamos as famílias camponesas que se utilizam deste modelo de produção, e também a criação da associação dos agricultores agroecológicas do Alto Sertão Paraibano, com o andamento do processo da certificação participativa nos grupos de camponeses da Feira Agroecológica. Para tratarmos do imaginário social dos consumidores e transeuntes nos fundamentamos em Serpa (2008) e Sposito (2006).

E, por último, teremos nossas conclusões, as referências, os anexos e apêndices.



## **1. A QUESTÃO AGRÁRIA, O CAMPESINATO E A LUTA PELA TERRA**



## **1. A QUESTÃO AGRÁRIA, O CAMPESINATO E A LUTA PELA TERRA**

Inicialmente neste primeiro capítulo, apresentamos um breve resumo da conceituação da questão agrária brasileira a partir das diferentes Escalas: nacional, estadual, municipal. Afirmamos que a questão agrária brasileira é, sobretudo, divergente e contraditória, por isso deve ser analisada a partir de diferentes dimensões territoriais.

O recorte espacial deste estudo diz respeito às seis unidades produtivas localizadas no município de Cajazeiras-PB, nas quais representamos na carta imagem os assentamentos, e o mapa de localização deste município. Fez - se necessário ressaltarmos a conceituação do campesinato para compreendermos os sujeitos desta pesquisa os camponeses de reforma agrária do Alto Sertão Paraibano, interpretados neste estudo como resistentes na luta pela terra e em busca da sua reprodução social que se dá em diferentes formas, dentre elas, através da feira agroecológica de Cajazeiras-PB.

Os procedimentos metodológicos do capítulo foram resultados do levantamento bibliográfico, e posteriormente da elaboração de instrumentos cartográficos na Geografia.

### **1.1. A Questão Agrária Brasileira: breve resumo**

O pensamento sobre o espaço agrário brasileiro nos remete a buscar entendermos a complexidade da “questão agrária”. Com base nos estudos sobre o tema vimos que este conceito é modificado de acordo com a situação temporal, e eventos ocorridos que marcam suas transformações periódicas, e podem ser analisadas a partir de diferentes olhares, e aspectos: históricos, sociais, políticos, culturais, econômicos, além da compreensão de temáticas: movimentos sociais, desenvolvimento rural, reforma agrária.

Para Stedile (2011) a “questão agrária” tem diferentes reflexões e o que modifica é o enfoque do estudo nas diferentes áreas na formação deste conceito, e da delimitação temporal da abordagem nos diferentes debates científicos. Assim afirma,

[...] Na Geografia, é comum a utilização da expressão “questão agrária” para explicar a forma como as sociedades vão se apropriando da utilização de um importante bem da natureza, que é terra, e como vai ocorrendo a ocupação humana no território [...]. (STIDILE, 2011, p. 15. Grifo do autor).

Com ênfase nesta afirmativa os estudos geográficos, além de compreender a apropriação dos recursos naturais, também analisam as relações socioeconômicas e os modos produção que as sociedades se valem nos seus diferentes territórios. Sejam de concentração de

terras, utilizadas para monoculturas; para reforma agrária com policulturas; seja apenas para acumulação de capital gerando terras improdutivas. Há de destacarmos também às diferentes frentes no âmbito de conservação dos recursos no caso das policulturas.

Em outra perspectiva Silva afirma,

[...] a questão agrária está ligada às transformações nas relações de produção: como se produz, de que forma se produz. [...] a maneira como se organiza o trabalho e a produção, o nível de renda e emprego dos trabalhadores rurais; a produtividade das pessoas ocupadas no campo, etc. (SILVA, 1998, p. 11).

Neste aspecto, a análise do conceito considera o modo e a forma que são praticadas e exploradas as produções nas diferentes culturas agrícolas. Também os diferentes sujeitos do campo brasileiro nas suas contradições e nas diversas relações de trabalho. De um lado, os que produzem na terra gerando renda familiar, e do outro lado, os que e se apropriam dos recursos para acúmulo de capital e enriquecimento próprio.

Assim, neste estudo interpretamos a questão agrária a partir das divergências no campo em suas diferentes escalas, nacional, regional, estadual. Com o foco nos camponeses do Alto Sertão Paraibano que produzem para a feira agroecológica de Cajazeiras - PB.

Diante deste complexo contexto da questão agrária no Brasil é necessário entendermos o espaço geográfico conforme ressalta Santos “o espaço é uno e global, funcionando segundo um jogo de classes que tem sua demarcação territorial” (SANTOS, 2011.p. 172 e 173).

Assim, Santos (2011) afirma que o espaço, segundo o modo de produção capitalista se reproduz através das relações sociais desiguais e contraditórias da sua própria desorganização, e propõe uma construção de um espaço que considere o social, o cultural, o humano e que se sobreponha a todas as questões econômicas e interesses do capital. Que seja um espaço justo, dinâmico, com ênfase nas minorias sociais, um “espaço do cidadão” (ibidem).

Desta forma, o espaço agrário é, sobretudo, divergente tanto em relação à sua reprodução social, quanto nas relações de trabalho e ao acesso a terra. Tal acesso é adquirido de maneira diversificada, e frequentemente por meio da resistência e da luta contra a injustiça social.

## 1.2. As Escalas Geográficas e a Questão Agrária

A conceituação de Escala remete a diferentes discussões e debates, inclusive interdisciplinares, e depende de qual disciplina científica está sendo abordada. Na Geografia, Castro (2007) afirma esse conceito apresenta-se de maneira problemática e remete a diferentes concepções. Assim, descreve:

Como recurso matemático fundamental da cartografia a escala é, sempre foi, uma fração que indica a relação entre as medidas do real e aquelas da sua representação gráfica. Porém, a conceituação de escala, como esta relação apenas, é cada vez mais insatisfatória, tendo em vista as possibilidades de reflexão que o termo pode adquirir, desde que liberto de uma perspectiva puramente matemática. [...] Porém, a conceituação de escala, como esta, como esta relação apenas, é cada vez mais insatisfatória, tendo em vista as possibilidades de reflexão que o termo pode adquirir, desde que liberto de uma perspectiva puramente matemática. Na Geografia o raciocínio analógico entre escalas cartográfica e escala. (CASTRO, 2007, p. 117).

A escala aqui é apresentada além de uma representação cartográfica ou matemática. Conforme a autora trata-se de uma abordagem espacial e temporal, a cerca da área a ser estudada nos diferentes tamanhos territoriais. Abrangem também as relações sociais e o modo como o homem se organiza através das atividades produtivas em diferentes níveis de formação cultural, tanto no campo como na cidade e as suas relações.

Na conceituação de escala geográfica Castro ressalta,

[...] a escala é a escolha de uma forma de dividir o espaço, definindo uma realidade percebida/concebida, é uma forma de dar-lhe uma figuração, uma representação, um ponto de vista que modifica a percepção mesma da natureza deste espaço, e, finalmente um conjunto de representações coerentes e lógicas que substituem espaço observado. As escalas, portanto, definem modelos espaciais de totalidades sucessivas e classificadoras e não uma progressão linear de medidas de aproximação sucessivas (CASTRO, 2007, p. 136).

Portanto, neste aspecto, procuramos compreender as diferentes escalas nas quais representam um território nacional de grandes contrastes no campo brasileiro. Um espaço definido de um lado como homogêneo em certos aspectos, em se tratando da grande produção agrícola, a concentração de terras, de capital e um modo de produção excludente, e do outro lado, concentra a maior parte da população pobre, nos minifúndios, os camponeses sem terras ou com pouca terra, com baixa renda, em busca dos direitos e possibilidades de sua reprodução social.

Neste sentido partimos da concepção de Andrade que ressalta que “Ao se examinar a territorialidade no Brasil, deve-se levar em conta também o problema das escalas, admitindo-se [a] escala nacional, uma regional e estadual e uma local”. (ANDRADE, 1998. P. 216).

Tais dimensões são necessárias para chegarmos ao recorte da pesquisa em questão, o local, o município de Cajazeiras-PB e compreender como cada um desses níveis territoriais em diferentes escalas que estão conectadas e interligadas nos modos de produção, na questão ambiental e nas relações de trabalho.

### 1.2.1. A Questão Agrária na Escala Nacional

Compreender o espaço agrário nacional, notadamente no que tange o acesso a terra, como gerador de conflitos sociais e lutas de classes, nos leva a pensar as diferentes contradições e desigualdades em termos sociais, culturais e econômicos no contexto histórico brasileiro.

Se analisarmos um pouco a história da agricultura brasileira veremos que foi marcada por diferentes contextos e dilemas. Desde a luta dos povos nativos à exploração dos trabalhadores africanos escravizados, e principalmente, a resistência dos mesmos contra toda uma estrutura social exploradora e excludente.

A partir do surgimento da agricultura moderna no Brasil Colônia, com a implantação das monoculturas, temos a reconfiguração do território nacional. Porém, tal forma de colonização determinou os problemas agrários existentes. Sobre o processo histórico brasileiro afirma Stédile que,

[...] desde os primórdios da colonização do Brasil pelos portugueses, a forma como a terra foi distribuída e utilizada resultou num grave problema agrário, apesar do aumento da produção agropecuária, esta não conseguiu se tornar um fator de progresso econômico, com a distribuição de terras e justiça social. Ou seja, desde 1.500 o uso da terra ao Brasil beneficiou apenas uma minoria da sociedade impedindo que a maioria da população tivesse acesso à posse e usufruto desse bem da natureza. (STÉDILE, 1997. p. 8-9).

Corroborando a essa assertiva Lima ressalta “[...] Não é de esquecer, no entanto, o modo por que a população colonial de estabeleceu no nosso território, obedecendo, não a um plano de distribuição geográfica predeterminada, mas ao arbítrio e conveniência individual” (LIMA, 2002, p. 42). Então, tais colonizadores se apoderaram do território brasileiro interessados em relações comerciais e internacionais para a Metrópole portuguesa e demais Nações.

Neste enfoque ao retornamos ao contexto histórico, Silva ressalta que desde a colonização a primeira divisão de terras foi estabelecida pela Coroa Portuguesa que dividiu de leste a oeste o território brasileiro, em grandes áreas chamadas de Sesmarias. É neste



momento em que surge no Brasil a monocultura agrícola voltada para o mercado externo, cuja mão de obra com base no trabalho escravo (SILVA, 1998).

Com isso estabeleceu no Brasil uma divisão territorial na qual considera Lima (2002) como “**Terra da ordem**” tanto na imposição a religião, como na formação e divisão das Capitânicas Hereditárias. Em outro momento Lima afirma:

São os futuros senhores de engenho e fazendas, de que iria formar a aristocracia econômica da sociedade colonial. Por outro lado, do governo-geral, fidalgos e homens de extinção recebiam de sesmarias tratos enormes de terras, que depois de divididos, repartiam entre os povoadores, ainda por concessões de sesmarias. Embora extinto o regime das donatárias – como se afora das doações imensas nenhum processo de colonização pudesse servir ao Brasil com o nome de concessões das verdadeiras capitânicas. (LIMA, 2002, p.41).

Desta maneira tal domínio possibilitou o crescimento econômico de uma pequena parcela da população brasileira, enquanto a maior parcela da população sem acesso a terra ficavam subordinadas aos serviços de exploração de trabalho, nos engenhos de cana - de - açúcar e nos mercados de rua. Quanto ao repasse das propriedades para acesso a essas terras, apenas era possível como herança familiar dos latifundiários ou das oligarquias agrárias.

Podemos notar que a “**terra de herança**” permaneceu até metade do século XIX, neste enfoque quando afirma Stédile,

Em meados do século XIX, o Brasil passava por grandes transformações sociais. A luta por escravos negros pela libertação crescia, com constantes e numerosas fugas para os territórios livres, onde formavam os quilombos. Além disso, o fim do tráfico era iminente, havendo uma pressão internacional muito grande, principalmente da Inglaterra para eliminar a escravidão no Brasil. Preocupada com essa pressão, e percebendo a inevitabilidade da libertação dos escravos, a coroa tratou de legislar o processo de posse. Para que o acesso a terra fosse mais restrito, assegurando a disponibilidade de mão-de-obra já que os escravos libertos deveriam permanecer nas fazendas como trabalhadores assalariados. (STEDILE, 1997, p.10).

Entretanto, pressionados pelas relações comerciais e pelo mercado internacional, pensavam na criação de uma lei que alterasse a forma de acesso a terra, porém que favorecesse os latifundiários e as oligarquias. Assim, no Brasil a partir 1.850 reconfigura-se o pensamento para adquirir terras, com a criação da Lei nº 601/ 1850 nomeada Lei de Terras, a qual segundo Stédile

[...] Sua característica principal é, pela primeira vez, implantar no Brasil a propriedade privada das terras. Ou seja, a lei proporciona fundamento jurídico à transformação da terra –que é um bem da natureza e, portanto, não tem valor, do ponto de vista da economia política- mercadoria, em objeto de negócio, passando, portanto a ter preço. A lei normatizou, então, a propriedade privada da terra. Uma

segunda característica estabelecia que qualquer cidadão brasileiro poderia se transformar sua concessão de uso em propriedade privada, com direito à venda e compra. Mas, para isso, deveria comprar, portanto, pagar determinado valor à coroa. (STEDILE, 2011, p. 22, 23).

A partir deste momento a terra passa a ser “**Terra de Mercadoria**”, sendo possível a venda e troca da propriedade da terra. Porém, a maior parte da população não conseguiria adquiri-la mediante compra, principalmente os que eram escravizados que não tinham renda. E mesmo com a abolição da escravatura, a maior parte do povo brasileiro vivia em situações de pobreza.

É preciso considerarmos o que Lima aponta sobre a Lei de Terras. Quando relata que tal lei negou “[...] decretar uma expropriação da massa, cujos efeitos seriam imprevisíveis, atenta a repercussão que teria sobre a nossa economia e nossa própria organização social” (LIMA, 2002, p.145), entendemos que favoreceu uma minoria que detém grandes quantidades de terras e os meios de produção, não alteraria essa formação social e econômica, e muito menos a estrutura fundiária. Enquanto a grande massa estaria sujeitada novamente aos interesses dos grandes proprietários latifundiários, em que a força de trabalho no campo se via e, ainda se encontra explorada nas extensas produções monoculturas.

Em 1950 e 1960 os movimentos sociais no campo, especialmente com o surgimento das ligas camponesas que deram ênfase à luta por direitos no campo e pela reforma agrária no Brasil. Em seu estudo, Oliveira (2007) ressalta o aumento dos conflitos no campo e a pressão dos movimentos sociais devido ao início da articulação sindical dos movimentos camponeses. O autor destaca a importante presença do Partido Comunista do Brasil que discute saídas para a grande concentração fundiária, as lutas, as diferenças e as contradições no campo e numa possível reforma agrária.

Ao implementar e modificar o Estatuto da Terra no Brasil institucionalizado em 1964, pelo governo militar, que não considerou a reforma agrária se constituindo como um instrumento legal que favoreceu a permanência da concentração e da estrutura fundiária, e determinou apenas o tamanho das propriedades em minifúndios e latifúndios como invioláveis e fora de qualquer possibilidade de reforma agrária.

A Lei foi um estímulo também à reestruturação produtiva no campo brasileiro, pois o progresso técnico e a industrialização na agricultura com o modelo denominado “Revolução verde” foi e ainda impacta o campo do ponto de vista social, cultural, jurídico, econômico e ambiental, totalmente agressivo para o meio ambiente com o estímulo no uso de pesticidas, agrotóxicos e fertilizantes nas produções agrícolas, tendo os latifundiários, oligarquias rurais e

principalmente as multinacionais a frente deste modelo. Tais políticas também foram incentivadas pelo próprio Estado.

Neste enfoque, acabaram excluindo a maior parcela da população, os camponeses, os quais não tendo recursos para investir nestes avanços tecnológicos, acabavam sendo incorporados neste modelo nos trabalhos temporários e movidos também pelo discurso do próprio movimento da Revolução Verde.

É importante mencionamos aqui os movimentos sociais que a partir da década de 1990, lutaram e prol da reforma agrária, pelos direitos dos trabalhadores e contra as injustiças sociais no campo, e neste contexto dissociando as ideias sobre a construção do conceito da sustentabilidade.

A partir de 2003 à 2014, iniciou-se o governo popular que se voltou para um olhar diferenciado para a ampla desigualdade no campo, e passou a desenvolver políticas que buscaram promover o equilíbrio e a equidade social da população e dos sujeitos do campo. Porém, não obtiveram avanços na reforma agrária, mas foram investidas em políticas de desenvolvimento territorial, pensando também nas desigualdades regionais.

### 1.2.3. A Questão Agrária na Escala Regional

Ao buscarmos compreender a questão agrária na região Nordeste, devemos analisar sua base através da sua formação econômica que se iniciou pelo litoral, com a exploração dos recursos naturais para o mercado externo e, posteriormente, com a cultura da cana-de-açúcar, nas áreas da Zona de Mata litorânea, nascendo assim à prática da monocultura nesta região.

A área litorânea com as condições favoráveis ao desenvolvimento os solos férteis para as culturas agrícolas, as chuvas regulares, a localização geográfica proximidade do porto para a circulação de mercadorias, como também a diversidade das matas litorâneas. (ANDRADE, 2005). Assim, afirma Andrade

A concentração fundiária existente na região [...] é consequência do caráter essencialmente comercial da agricultura nordestina, caráter esse que se manifestou desde o início da colonização e que ainda hoje, apesar do crescimento sensível da classe média e do mercado interno, consequência da industrialização, é predominante. Seu domínio se manifestou através da proteção dispensada pelos órgãos governamentais à grande lavoura – cana-de-açúcar, ao café, ao cacau etc. – e ao complexo desprezo às lavouras de subsistência ou “lavouras de pobre”, como se diz frequentemente no Nordeste. (Andrade, 2005, p. 64).

Podemos destacar que o setor agrário impulsionou o desenvolvimento desta região, a concentração da população, as estradas para circulação de produtos, os engenhos tradicionais e o posterior surgimento das usinas. Ressalta ainda que “O mais grave problema ligado à Questão Agrária é o referente à questão fundiária. [...] há grande concentração de terras em mãos de latifundiários, que ora são pessoas físicas, ora são sociedades anônimas” (ANDRADE, 2005. p. 64).

Nesse sentido, desde o início da sua formação o território nordestino é marcado pela concentração das terras para uma parcela elite da população, pois, desde a colonização, os europeus expulsaram os povos indígenas obrigando-os a se tornar mão-de-obra nas atividades primárias.

Sobre as áreas interioranas, Andrade (2005) ressalta que sua ocupação iniciou-se com o surgimento das grandes fazendas destinadas às atividades pecuárias, e com a maior parte da população sem terra, com a prática da agricultura de subsistência, haja vista que o gado Nordestino teve impacto no desenvolvimento da economia até mesmo nacional. No entanto, deve-se acrescentar sobre as dificuldades desse empreendimento no sertão, pois, além dos fatores climáticos difíceis a distância dos percursos nacionais nas estradas longas para outras regiões brasileiras, mas foram relevantes no processo inicial de urbanização dos sertões através dos “caminhos do gado”.

Porém, na comercialização, o mercado tornou-se restrito, além disso, as décadas de criação tiveram resultados ambientais negativos, tais atividades totalmente agressivas para o solo arenoso do Semiárido nordestino, pelo pisoteio dos rebanhos de gado, tornado os solos inférteis para a agricultura.

A luta pela terra no Nordeste iniciou por volta do ano de 1950 em Pernambuco através das Ligas Camponesas, em prol da reforma agrária, e posteriormente em outros estados como na Paraíba com destaque na cidade de Sapé, na Zona da Mata paraibana. Tal luta previa em primeiro lugar a reforma da estrutura fundiária e a busca dos direitos dos trabalhadores rurais e na formação dos seus sindicatos de trabalhadores rurais.

É necessário ressaltarmos aqui as políticas de desenvolvimento regional, como Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que proporcionou através de incentivos as práticas agrícolas, novas técnicas na região e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, nas áreas do Vale do Rio São Francisco. No entanto, estas não atuaram no sentido de amenizar a forte concentração de terras nos Sertões do Nordeste, mas promoveram uma ampla reestruturação produtiva modernizadora, mas com exclusão social no campo, como foi percebido nos trabalhos de

campo realizados na disciplina de Geografia Regional do Brasil, no Vale do Rio São Francisco.

Na década de 1970, cabe mencionarmos a importância do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, que atuou nas diferentes áreas desta região em prol da luta pela terra na criação dos assentamentos de reforma agrária.

Andrade (2005) ressalta a industrialização no campo considerou apenas o capital, ou seja, a elevação da produção direcionada ao mercado externo. No qual ocasionou centenas de problemas no campo como êxodo rural, o endividamento dos pequenos camponeses ao tentar se inserir neste modelo de produção e, principalmente, ao meio ambiente com a prática agrícola totalmente agressiva.

Deste modo, a partir da luta pela terra e pelos direitos trabalhistas, por melhores condições de vida e de salários dignos, consideramos que a pressão da massa trabalhadora do campo foi essencial para o surgimento de associações de produtores e diversos movimentos sociais, como na década de oitenta, em que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST se formou, e também na década de noventa com o apoio da CPT. Estes e outros que se formaram redesenharam a estrutura agrária brasileira, embora que ainda temos um cenário de milhões de famílias no campo sem terras.

E assim se define a resistência camponesa. Por mais que o autor Andrade (2005) denomine como “cultura de pobre”, por que se iniciou enquanto cultura de subsistência praticada nos quintais e em pequenas áreas pelos moradores livres, acrescentamos aqui que tal cultura é fundamental para o abastecimento do país, pela diversificação da oferta dos alimentos do campo para a cidade.

E em termos de desenvolvimento é difícil progredir no campo, quando não se tem acesso a terra e infraestrutura necessária. Além disso, ao observamos a permanência da mesma estrutura fundiária da colonização, onde os camponeses procuram meios de resistir a tal situação nas mais diferentes formas de relação de trabalho.

#### 1.2.4. A Questão Agrária na Escala Estadual

A questão agrária no estado da Paraíba, assim como na escala regional e nacional, é voltada para a estrutura fundiária concentradora de poder e terras nos latifúndios e nas oligarquias rurais, desde a divisão das Sesmarias no período colonial. Assim, iniciou-se sua

ocupação pelas áreas litorâneas, expulsando, expropriando e violentando a população nativa das suas terras.

Entretanto, alguns povos indígenas resistiam em guerras e massacres com os colonizadores, outros se refugiavam. Assim “[...] a reação dos indígenas à subordinação da sua terra e do seu povo ao processo colonizador constitui a primeira forma de luta pela terra que teve lugar na Paraíba” (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 28). Além de ser a primeira forma de luta pela terra, a dos povos indígenas, é também a luta pela preservação de seus modos de vida, identidades e culturas.

A agricultura promoveu a formação do espaço agrário Paraibano, como ressalta Moreira e Targino

Essa ocupação deu-se, principalmente, no sentido leste-oeste, no litoral em direção ao sertão. No litoral, ela baseia-se na produção da cana-de-açúcar. A evolução da atividade canavieira teve influência também na ocupação e no povoamento do Sertão e do Agreste. Isso porque a necessidade de especialização das terras da produção da cana determinou a separação das atividades canavieiras e pecuária. Daí resultou uma divisão regional do trabalho: a Zona da Mata voltou-se para a produção do açúcar e o interior (Agreste e Sertão), para a produção do gado e de gêneros alimentícios. [...] Desse modo, a organização do espaço agrário paraibano teve como suporte a atividade canavieira (no litoral) e as atividades pecuária e policultora no Agreste e no Sertão (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 32).

Portanto, sobre a questão agrária na Paraíba, o litoral foi ocupado pelos canaviais com ênfase nos engenhos de cana-de-açúcar e na agroexportação com a agricultura modo *plantation*. O agreste, o algodão teve destaque, juntamente a cana-de-açúcar e posteriormente a produção cafeeira. O Sertão caracterizado em sua ocupação pelas fazendas, com o desenvolvimento da pecuária bovina, e a bem sucedida produção algodoeira e o desenvolvimento de uma forte policultura agrícola de subsistência.

E, para os meios de acesso a terra, meio sempre excludente, Moreira e Targino (1997), ressaltam que a Paraíba teve diferentes formas de lutas importantes para a história do estado. Lutas que resultaram na formação das Ligas Camponesas nos municípios de Sapé e Mari, em meados de 1950 e 1960, na região da Zona da Mata Canavieira. Desta forma, “[...] Pode-se assim entender o porquê da eclosão das ligas camponesas nessa região, que teve como bandeira inicial de luta a extinção do cambão e a defesa da reforma agrária, em plena vigência da usina” (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 63).

Com a industrialização da agricultura na década de 1970, com ênfase em 1975, com criação do programa Próalcool, que incentivava a expansão da indústria alcooleira no Nordeste. Que para Moreira e Targino,

[...] A verdade é que a riqueza produzida pela expansão da cana e pelo apogeu do Proalcool infelizmente não chegou à mesa da classe trabalhadora. Deve-se também levar em conta que o Proalcool tanto criou como destruiu empregos. A expulsão-expropriação dos pequenos produtores de subsistência (moradores, parceiros e foreiros) foi constatada tanto nas áreas tradicionais produtoras de cana como naquelas que foram por elas incorporadas mais recentemente. O resultado foi, de um lado, o esvaziamento demográfico da zona rural e, de outro, o aumento das tensões sociais no campo, nas áreas onde resistência camponesa sobrepujou a força do capital (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 113 e 114).

É evidentemente que o Próalcool trouxe avanços em termos de modernização, com as tecnologias em maquinários e equipamentos agrícolas. Porém, refletiu de forma extremamente severa e desgastante ao meio ambiente. Notadamente no solo e nas formações vegetais. No social se fez de forma totalmente agressiva a saúde dos trabalhadores, com o uso de agrotóxicos, fertilizantes e outros agentes químicos nos canaviais.

Além disso, temos à expulsão dos pequenos produtores, como descritos pelos autores anteriormente citados, devido à expansão dos canaviais. A diminuição da mão de obra com o uso de maquinários e a especialização de mão de obra capacitada aos maquinários e as técnicas agrícolas. Assim os trabalhadores ficaram reféns do trabalho temporário ou sazonal.

O progresso técnico em 1970 promoveu também políticas para o Semiárido, como a construção de açudes e barragens, para a sobrevivência da população do campo e da cidade, e também nas construções de perímetros de irrigações nas áreas próximas de rios. Ambas alternativas de combate à seca (MOREIRA; TARGINO, 1997).

Esta luta atualmente persiste pela conquista e posse de terra, principalmente a resistência dos acampados sem terra, em busca da sua reprodução social. Seja por meio de resistência nos acampamentos, nas migrações e em diversos eixos, seja no acesso a terra, na educação para os sujeitos do campo e, no auxílio técnico na produção, na comercialização em feiras livres.

#### 1.2.5. A Questão Agrária na Escala Municipal

A formação territorial do Sertão Paraibano esteve associada inicialmente ao predomínio das fazendas, conforme afirma Andrade “[...] no sertão é comum à existência de proprietários que são donos de numerosas fazendas e sítios. [...]” (ANDRADE, 2005, p. 63).

Tais fazendas de gado se iniciam principalmente com a expulsão e conflitos dos povos indígenas que resistiram na luta pela terra, em guerras com os colonizadores. As plantações de algodão no Sertão, conforme Moreira e Targino, “Com a consolidação da cotonicultura no

sertão, estabelece-se a combinação gado-algodão-policultura, trinômio marco da organização do espaço agrário sertanejo paraibano até a segunda metade do século XX” (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 77).

Assim este trinômio marcou o espaço agrário no Sertão e teve destaques na economia estadual, como também nos ciclos econômicos. Ainda conforme os autores a formação econômica do Semiárido com base nos estudos de Prado Junior, com enfoque estadual ressaltam Moreira e Targino

A atividade produtiva na região semi-árida da Paraíba organizou-se, portanto, com base na exploração da pecuária, tendo na fazenda a unidade fundamental da sua organização econômica, social, cultural e política. Suas principais características eram: a) instalação de grandes propriedades territoriais de baixa densidade populacional e econômica; b) baixo nível de capitalização, pois para constituir uma fazenda era preciso basicamente a construção de uma casa e do curral (PRADO, 1958:45); c) combinação do trabalho livre e escravo; d) cultivo de produtos alimentares básicos em pequena proporção no interior das fazendas em áreas de baixios; e) apesar do seu relativo isolamento, a atividade surge mantendo relações com o mercado, sobretudo através da venda do couro [...] (MOREIRA; TARGINO, 2007, não. p).

Nesse sentido a agricultura de subsistência praticada pelo sistema de moradia ou arrendamento, explicam Moreira e Targino,

No Sertão da Paraíba, a pequena produção de alimentos desenvolveu-se inicialmente associada à atividade pecuária. A necessidade de abastecimento dos vaqueiros teria contribuído para o surgimento de uma produção alimentar baseada principalmente nas culturas do feijão e do milho no interior das fazendas e currais, sobretudo nas áreas de baixios, nos vales e leitos secos dos rios temporários que cortam a região. [...] (MOREIRA; TARGINO, 1997, p.77).

Com base em estudos sobre o Semiárido Moreira Neto (2013), compara os discursos dos autores conceituados sobre a região Nordeste, no qual afirma que na literatura brasileira o Sertão é visto como flagelo da seca, em que as palavras demonstravam a miséria de um povo sofredor e descreviam bruscamente uma paisagem de um Semiárido apresentado como homogêneo, de seca extrema e perversa. Além da literatura, a música enraizada na nossa cultura, a arte, sobretudo com imagens de denúncia e forte apelo social para as políticas públicas.

Neste enfoque podemos constatar o passado de um povo que sobrevivia aos aspectos naturais provocados pela seca, sejam pelas percas de plantações, percas da criação dos rebanhos, sejam pelas migrações. Os principais problemas não seriam apenas as causas naturais (climáticas), mas sim conforme os estudiosos o social, o econômico e principalmente o político.

Entretanto, com as políticas públicas de combate a seca quase sempre foram direcionadas à construções de açudes e ao abastecimento nos períodos de estiagem



prolongada. Frequentemente, políticos se apropriavam deste discurso e da imagem do Nordeste seco, escasso e de fome para obterem vantagens.

### 1.3. Localização Geográfica do Município de Cajazeiras - PB

O Alto Sertão Paraibano compõe uma das sub-regiões do Sertão do estado da Paraíba. Formada atualmente por 17 municípios, encontra-se na porção mais Oeste do estado. Divisa com os estados do Ceará a Oeste, Pernambuco ao Sul e Rio Grande do Norte na porção Norte.

Na figura 1 na página 33, mostra o mapa de localização o recorte espacial desta pesquisa pode perceber melhor nossa área de estudo. O município de Cajazeiras, localizado no Alto Sertão Paraibano, possui uma população estimada em: 58.446 habitantes segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE<sup>3</sup> censo (2010) e uma área territorial estimada em 2016 de aproximadamente 565.899 km<sup>2</sup>. Sua região exerce influência direta para 15 outros municípios.

Este é o recorte espacial deste estudo são os quatro assentamentos de reforma agrária, realizado com 6 famílias camponesas nos assentamentos que integram e comercializam na feira agroecológica da cidade de Cajazeiras –PB, além de uma pesquisa direta aplicada a consumidores e transeuntes desta FA.

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/cajazeiras/panorama> acessado em: abril de 2018.

Figura 1: Mapa de Localização de município de Cajazeiras - PB



Fonte: Base Cartográfica do IBGE/2018. Elaboração: PEREIRA, SILVA (2018)

#### 1.4 Campesinato e a conquista da terra no município de Cajazeiras – PB

O campesinato paraibano na Zona da Mata surge com os lavradores nos engenhos no qual afirma Moreira e Targino (1997), nasce em substituição ao trabalho escravo, no sistema de moradia, conforme caracteriza que

Os moradores eram camponeses sem terra que recebiam do proprietário fundiário a autorização de habitar na propriedade, ocupar um pedaço de terra (os sítios) e nele cultivar uma roça. Em alguns casos, podiam criar animais de pequeno, médio e grandes portes. Tinham direito a lenha e a água. Apesar de produzirem essencialmente para o autoconsumo, obtinham eventuais excedentes que vendiam nas feiras livres. Às vezes recebiam um salário. (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 43).

Tal sistema também observado no Sertão nas áreas de fazendas, no cultivo da cultura de algodão conciliado com a pequena produção, nas atividades da pecuária e nas plantações de milho e feijão. Seja pela moradia, parceria, arrendamentos ou nos sítios.

As feiras no qual historicamente comercializavam o excedente seria, o que podemos considerar hoje, as feiras livres, as “feiras da fruta”, como também as feiras do gado. Tal tradição e cultura ainda podem ser observadas, por exemplo, nos sábados no município de Cajazeiras-PB e na maioria das cidades paraibanas e nordestinas.

O campesinato no município de Cajazeiras – PB, como não poderia ser diferente, esteve historicamente associado à resistência, a luta pela terra. Nessa luta, a CPT- Sertão teve um papel fundamental de mediação da base do processo de desapropriação destas terras, conforme ressalta Andrade,

Na Diocese de Cajazeiras, em plena ditadura militar, as populações camponesas e das periferias das cidades contavam com o apoio e a formação desencadeados por um grupo ligado à igreja. Este grupo se utilizava de textos bíblicos para refletir a situação de exploração de negação de direitos e de submissão em que estavam inseridos. Porém, para a Diocese de Cajazeiras, as pastorais e os grupos de bases estavam fazendo o trabalho de evangelização dissociado da realidade. Na verdade, estavam fazendo a discussão política organizacional das populações camponesas e dos bairros periféricos da cidade. No campo, estas formações foram responsáveis pela constituição das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e pelo Movimento de Evangelização Rural (MER), assim como na cidade pela criação das associações de bairros, sendo que todo este processo de formação esteve associado à Teologia da Libertação (ANDRADE, 2015, p. 34-35).

A conquista da terra nos assentamentos de reforma agrária foi árdua. Andrade (2015) relata que uma parcela da igreja católica, a progressista conjuntamente com a pastoral, teve a função de desmitificar, de esclarecer a população de quão subordinada e explorada estavam sendo pelos latifundiários. Combatendo também a desinformação dos trabalhadores, no qual a pesquisadora ressalta a importância da vinda para Cajazeiras-PB dos padres italianos, nas

pregações e evangelizações que mostraram aos camponeses a injustiça social que estava sendo praticada através, entre outras, da exploração do trabalho dos camponeses.

Sobre a questão fundiária em Cajazeiras-PB e do Alto Sertão paraibano e o número de assentamentos que são acompanhados pela CPT - Sertão, Andrade destaca:

Na Mesorregião do Alto Sertão, frutos da luta e da resistência camponesa, a partir da atuação territorial da (CPT – Sertão – PB), foram conquistados 36 assentamentos de reforma agrária em 18 municípios, beneficiando um número de 1.389 famílias, desconcentrando 336.383.01 hectares de terras. Essas terras estavam aprisionadas pela cerca do patrão e agora, estão “libertas” para produzir [...], proporcionando aos camponeses à garantia da produção e reprodução da vida e do modo de vida camponês. (ANDRADE, 2015, p. 46).

Dessa maneira, através destes assentamentos conquistados para a produção camponesa, foi possível manter uma alternativa de reprodução cultural e de saberes familiares. Segundo dados da CPT – Sertão (2018)<sup>4</sup>, o Alto Sertão possui 37 assentamentos, distribuídos em 18 municípios e que deste total, essa organização social, acompanha diretamente 13 assentamentos.

É importante ressaltar que de 2015 para 2018, não houve criação de novos assentamentos rurais em Cajazeiras – PB. Isso se refletiu no aumento dos conflitos no campo no Brasil, sobretudo o aumentando das reivindicações das entidades, estudiosos, institutos, pastorais e os movimentos sociais em prol dos trabalhadores sem terra.

A CPT-Sertão busca a promoção da equidade social, tendo como função a luta e defesa dos camponeses sem terra. Esta entidade desde o seu surgimento vem buscando diminuir a concentração de terras das famílias oligárquicas rurais que historicamente detém a maior parcela de terras improdutivas.

Desta forma, a luta pela terra no Sertão, como ressalta Mitidiero Júnior, “[...] a Pastoral é presença ativa. **Propõe, articula, realiza** e é integrante do movimento social da luta pela terra e na terra” (MITIDIERO JUNIOR, 2008, p. 321, grifo do autor). Além do acesso a terra, é necessária à obtenção de avanços nos assentamentos, principalmente, recursos naturais, como: água, solo propício à agricultura e garantias dignas em setores como saúde, educação, tecnologia e informação.

Sendo assim, elencamos a importância e o papel da reforma agrária para o camponês, pensado a partir do desenvolvimento local através das práticas sustentáveis no seu modo de vida. Neste aspecto, a reforma agrária não é apenas direcionada ao acesso a terra pelo

---

<sup>4</sup> Levantamento de dados CPT Sertão novembro de 2018.

camponês, mas, como vimos, representa a própria reprodução camponesa que se reflete na sua existência em termos dos direitos enquanto cidadão.

Sobre as condições de reprodução social, no campesinato local do município de Cajazeiras-PB destacamos a alternativa da venda direta na feira agroecológica, que será trabalhada no capítulo 3 deste estudo, como um meio de promover a autonomia familiar camponesa e contribuir com a permanência dos camponeses nos assentamentos.

#### 1.4.1. O que é campesinato

O campesinato do Brasil conforme ressalta Stedile (2011) surge em dois momentos, primeiro com a vinda dos camponeses imigrantes europeus para a região Sul e Sudeste através do incentivos governamentais. E o outro momento com a população mestiça (índios, negros, pardos, indígenas), camponeses trabalhadores nas lavouras de subsistência.

De fato, os estudiosos afirmam que o campesinato brasileiro possui raízes múltiplas de diferentes identidades territoriais. Conforme Rodrigues originados através dos

[...] quilombolas, indígenas e os assentados não são as únicas identidades que se consolidaram no campo brasileiro. Há aquelas necessidades que revelam as estratégias de sobrevivência [...] aqueles que, vivendo em regiões semiáridas cujo ecossistema, apesar de rico em biodiversidade, é marcado por um balanço hídrico desfavorável, e recorrem a estratégias de sobrevivência, como a construção de cisternas de placa, o uso de barragens subterrâneas, tanques de pedras [...] (RODRIGUES, 2011. p.35).

É importante nos fundamentarmos no campesinato com base na Agroecologia, no qual Sevilla Gusmán e Molina. Estes afirmam que:

[...] o campesinato, é mais uma categoria histórica ou sujeito social, uma forma de manejar os recursos naturais vinculadas aos agroecossistemas locais e específicos de cada zona, utilizando um conhecimento sobre tal entorno condicionado pelo nível tecnológico de cada momento histórico e o grau da apropriação de tal tecnologia, distintos graus de “camponesidade” (SEVILLA GUSMÁN; MOLINA, 2013. p. 75 e 76).

Desta forma, os autores relatam que devemos perceber que a cada momento histórico, o camponês enquanto sujeito social permanece criando e recriando novos meios de utilização dos conhecimentos culturais familiares no seu modo de cuidar da terra. Sobre o modo de vida tradicional, no campesinato Marques afirma que:

Entende-se como modo de vida camponês como um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra. Trata-se de um modo de vida tradicional, constituído a partir de relações pessoais e imediatas, estruturadas em torno da família e de vínculos de solidariedade, informados pela linguagem de parentesco, tendo como unidade social básica a comunidade (MARQUES, 2004, p. 145).

Com base nessas características do camponês a “família, o trabalho e a terra” as relações sociais, culturais, como também a preocupação com o meio ambiente são passadas de geração a geração, além de serem reconstruídas em vivência nas trocas de experiências nas comunidades. Em outro momento Marques conceitua

Campepinato é um termo genérico, aplicável a diferentes realidades sociais marcadas pela tradição e pelo enraizamento local. O território camponês é o lugar da realização de um presente não ausente, onde a mediação das abstrações concretas é relativizada, dando vez a uma inserção mais imediata das pessoas no mundo da vida. É o lugar da apropriação, do uso e da realização do trabalho não alienado. O reconhecimento do direito de controle do território para as comunidades que nele habitam é um passo fundamental no sentido de assegurar a possibilidade de reprodução de suas condições de vida e, com isso, caminhar na direção de uma sociedade mais justa (MARQUES, 2004, p.154-155, grifo nosso).

Neste aspecto é necessário compreendermos o camponês assentado enquanto sujeito, agente e autor, pois como produtor e construtor destes territórios, no seu enraizamento cultural, promovendo o desenvolvimento local através da luta contra a injustiça social. E é nesse cenário que passamos a entender que o camponês brasileiro é, sobretudo, resistente. Haja vista que produz para o abastecimento interno de forma diversificada, não dispõe de tecnologias avançadas para a plantação, além de concentrar a produção em uma pequena parcela territorial.

No seu estudo sobre “As políticas públicas de combate à pobreza rural no estado da Paraíba”, Rodrigues (2011) ressalta que no modo de produção dos camponeses, existe uma preocupação com as gerações futuras em manter a sua herança simbólica familiar que são as suas práticas sociais, culturais e ambientais, e a resistências destas raízes sem descaracterizá-las promovendo novas estratégias políticas e sociais (RODRIGUES, 2011. p. 41-42).

E no âmbito do estudo geográfico podemos considerar aqui como conservar ou manter a identidade territorial camponesa, a sua reprodução social sendo esta capaz de promover o fortalecimento territorial, no qual estes fatores devem ser evidenciados e aprofundados nas políticas de reforma agrária brasileira.

### 1.5. Assentamentos Estudados e Localização Geográfica

Neste nosso trabalho o recorte espacial da pesquisa são os quatro assentamentos do município de Cajazeiras – PB, situado no território do Alto Sertão paraibano. Damos ênfase às unidades produtivas camponesas que pertencem, produzem e comercializam atualmente sua produção para a feira agroecológica da cidade.

Assim, destacamos na figura 2 a carta imagem com a localização dos quatro assentamentos<sup>5</sup>: Edvaldo Sebastião, Santo Antônio, Valdeci Santiago e o Frei Beda, e a localização da feira agroecológica, na praça Cristiano Cartaxo, centro da cidade de Cajazeiras – PB, realizada às sextas-feiras.

As informações aqui mencionadas referentes aos tamanhos dos assentamentos e números de famílias foram adquiridas através do levantamento de dados na CPT Sertão<sup>6</sup> entidade localizada neste mesmo município. Os dados referentes aos tamanhos das produções e áreas destinadas ao cultivo agroecológico, foram obtidas através dos depoimentos<sup>7</sup> destas famílias camponesas. Na figura 2 (carta imagem p. 39) apresentamos o recorte espacial deste estudo, os quatro assentamentos de reforma agrária do município de Cajazeiras - PB.

Na figura 2 podemos observar o **assentamento Santo Antônio** localizado em Cajazeiras – PB, com uma área de aproximadamente 662,20 ha. Teve sua emissão de posse em 1997, com 32 famílias assentadas nas agrovilas I, II. Neste assentamento existem duas Unidades Produtivas - UP de famílias camponesas que comercializam e produzem para a feira agroecológica desta cidade.

A **UP-1** possui área total da propriedade corresponde a 10 ha, e área da produção agroecológica cerca de 6 hectares destes. Na **UP-2** a área total da propriedade também é de 10 ha, e a área destinada a produção agroecológica de aproximadamente 5 hectares.

O **assentamento Edvaldo Sebastião** também possui duas agrovilas I e II, cuja área 403, 30 ha, 19 famílias assentadas, teve sua emissão de posse em 2001. Neste assentamento encontra-se a **UP-3** com área total da propriedade: 11 ha, e uma área destinada a produção agroecológica de 3 hectares.

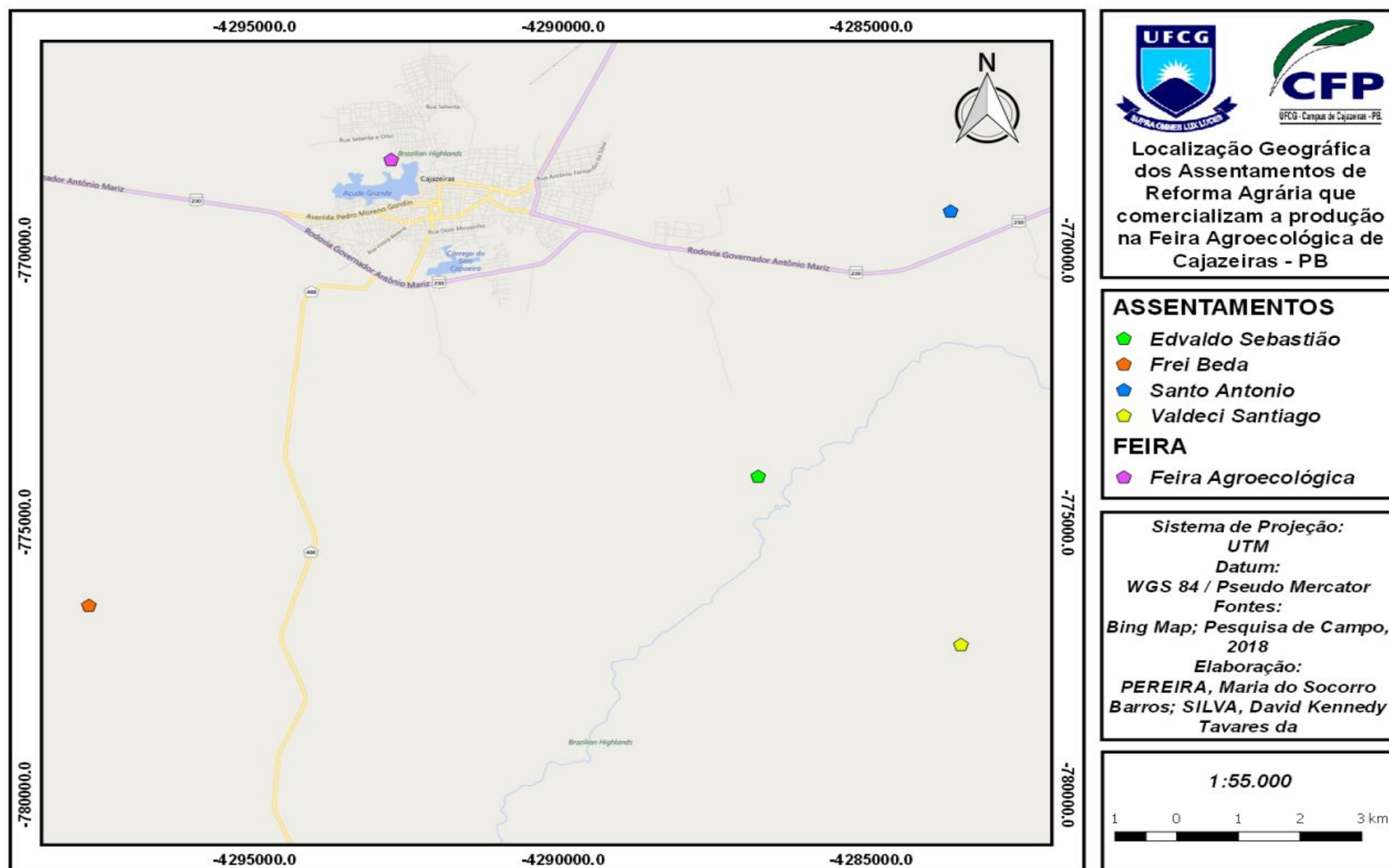
---

<sup>5</sup> Observações à localização na carta imagem são dos assentamentos, não das unidades produtivas familiares.

<sup>6</sup> Levantamento de arquivos e dados CPT Sertão novembro (2018).

<sup>7</sup> Entrevistas trabalhos de campos entre julho e agosto (PEREIRA, 2018).

Figura 2: Carta imagem dos assentamentos que produzem e comercializam para a feira agroecológica do município de Cajazeiras-PB



Fonte: Bing Map; pesquisa de campo (2018). Elaboração: PEREIRA, SILVA (2018).



O **assentamento Frei Beda** com área total de 1308, 12 ha, possui 34 famílias assentadas, com a emissão de posse datada em 2004. Neste assentamento localiza-se a **UP-4**, área total da propriedade de 15 ha. Sendo cerca de 3 hectares da área destinada a produção agroecológica.

O **assentamento Valdeci Santiago** possui duas agrovilas I e II, área total de 2579, 20 ha, 45 famílias assentadas, emissão de posse datada de 1997. Juntamente com assentamento Santo Antônio, anteriormente citado, estes são os dois mais antigos do Alto Sertão Paraibano, e as primeiras áreas ocupadas que anteriormente eram fazendas de propriedades privadas que foram desapropriadas para fins de reforma agrária.

Neste assentamento há duas unidades produtivas camponesas que produzem para a feira agroecológica. Na **UP-5**, área total da propriedade familiar de 8 ha, sendo aproximadamente 1 hectare destinada à produção agroecológica. E por último a **UP-6**, área total 8 ha, com uma área corresponde à 2 hectares para a produção agroecológica.



Fonte:(PEREIRA,2018)

## **2. CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: DESENVOLVIMENTO DAS TECNOLOGIAS SOCIAIS PARA A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA**



Fonte:(PEREIRA,2018)

## **2. CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: DESENVOLVIMENTO DAS TECNOLOGIAS SOCIAIS PARA A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA**

Discute-se no segundo capítulo a conceituação da convivência com Semiárido, considerando que a reestruturação da feira agroecológica de Cajazeiras - PB foi possível através do uso destas tecnológicas sociais e pelas práticas de convivência com o Semiárido, que são descritas aqui, de acordo com as experiências das famílias camponesas alvos deste estudo.

Fez se necessário como procedimento metodológico o estudo de campo e entrevistas, para compreendermos as diferentes realidades, de cada unidade de produção, e principalmente para conciliarmos a teoria com a prática.

Elencamos que as práticas agroecológicas são fortalecidas através do apoio de órgãos e instituições. Neste aspecto buscamos entender as vantagens e desvantagens da produção agroecológica, e a descrição da produção por unidades produtivas camponesas.

### **2.1 A Convivência com o Semiárido: breve histórico**

A convivência com o Semiárido deve ser analisada a partir de uma trajetória de paradigmas e saberes científicos, populares, culturais e de inúmeros contextos socioeconômicos e principalmente das práticas socioambientais.

Conforme Moreira Neto (2013), devemos partir do prisma de um “outro Sertão”. Afirmando que se faz necessário repensarmos para desconstruir os posicionamentos críticos, históricos e literários, do Sertão seco, do clima inóspito, impróprio à agricultura. Nesse sentido, Moreira Neto ressalta que

[...] o discurso da convivência com a semiaridez reside em compreender como funciona o clima e, a partir daí, desenvolver formas de adequar-se a ele. As secas passam a ser percebidas não mais como um mal a ser extirpado, mas como um fenômeno natural que, desencadeando alterações nos índices e na frequência das precipitações pluviométricas, desestrutura as formas de organização social e da produção. Conviver com as inconsistências climáticas significa adaptar-se de forma inteligente, e, interferindo no ambiente, buscar construir relações equilibradas que respeitem o ecossistema. (MOREIRA NETO, 2013, p. 60).

No seu estudo sobre o Semiárido brasileiro, Marinho (2008) afirma que é uma das áreas de maior análise de proposições de enfrentamento de suas problemáticas naturais. No qual ao longo do tempo as concepções desta aridez do clima foram construídas a partir de

históricos e estudos de relatos das secas, do flagelo da fome, e da paisagem da vegetação da Caatinga que contribuíram para as formações de imagens e verbalizações negativas, e descontextualizadas sobre o Sertão.

Sobre convivência com o clima Semiárido no Sertão nordestino ressaltamos o posicionamento crítico de Ab'Saber:

A mais grave e repelente falácia sobre o Nordeste seco ocorre quando se pretende ensinar o nordestino a conviver com a seca. Trata-se de atitude pretenciosa que atinge em cheio a dignidade de uma das populações rurais mais briosas e sofridas de todo o país. Habita ali a mais importante massa de camponeses residentes do Brasil, distribuídos pelas faixas de transição climática (*agrestes*), os pequenos celeiros de produção agrícola (*brejos*) e as grandes extensões de pecuária pobre e extensiva. Mais do que qualquer outro contingente demográfico do nosso interior, esta população forma um povo e uma cultura amarrados à rusticidade da vida econômica e social nas caatingas [...] (AB' SABER, 1999. p. 24,25).

Neste enfoque não cabe neste estudo ensinarmos ao sertanejo a conviver, pois o camponês em si já resiste nas mais diferentes formas de relações de trabalho, e, sobretudo, no Semiárido. Haja vista que o clima não passa ser o empecilho, um deserto. Mas, um criador de formas de desenvolver as potencialidades do local. Uma delas começa com a valorização dos saberes do sertanejo na agricultura, pecuária e as diferentes atividades produtivas.

Assim, buscando uma conceituação sobre a convivência com o Semiárido, nos enfatiza Marinho:

[...] A convivência com a semi-aridez implica uma estratégia de desenvolvimento pautada em iniciativas capazes de contribuir para a transformação e o fortalecimento da economia regional em processos mais dinâmicos que os atuais, compatibilizados com a demanda e potencialidades locais e, ao mesmo tempo, considerando as fragilidades ou limites ambientais, reforçados por claras especificações quanto ao uso crescente do progresso técnico (MARINHO, 2008, p. 167).

Observemos que tais práticas e estratégias com uma agricultura e pecuária que respeitem o meio ambiente e a vegetação natural. De maneira que possam resistir à escassez da água, equilibrando consumo e a produção em uma sustentabilidade ambiental. No âmbito de sustentabilidade no semiárido Marinho destaca que

Em síntese, a convivência com a semi-aridez implica a adoção de princípios de sustentabilidade nesse conjunto de atividades econômicas e sociais, para que possam conduzir ao alcance de grandes objetivos no semi-árido: a) a reorganização, em bases sustentáveis, da economia da região semi-árida; b) a redução dos níveis de indigência, pobreza e desigualdades sociais; c) a participação e a organização da comunidade em todas as iniciativas de desenvolvimento, com vistas ao fortalecimento da cidadania [...] (MARINHO, 2008. p.168).

É relevante que as políticas públicas pudessem pensar a partir desses objetivos, que considerassem o local, a vivência na comunidade, para um desenvolvimento regional a partir

destas desigualdades econômicas e sociais. E que possamos pensar na palavra sustentabilidade não somente na teoria. Mas, principalmente na prática, na ação que deve ser vista no contexto atual da relação sociedade e natureza.

### 2.1.2. A agricultura Convencional e a Agroecologia no Semiárido

A agricultura brasileira desde a colonização, originada pela monocultura e pensada nos interesses do mercado internacional, sempre teve dois lados antagônicos para análises. De um ponto de lado, a concentradora de poder e de grandes extensões de terras dos latifundiários, e do outro à pequena produção camponesa, baseada na policultura para produzir e abastecer o mercado interno.

O avanço da industrialização combinado com a mecanização da agricultura no país, pensada a partir dos interesses das grandes produções e empresas multinacionais, teve um apoio fundamental do Estado. Sobre estes processos Silva afirma

No início dos anos sessenta, que corresponde ao final da fase da industrialização pesada no Brasil, instalam-se no país as fábricas de máquinas e insumos agrícolas. [...] O importante é que, a partir da constituição desses ramos industriais no próprio país, a agricultura brasileira iria ter que criar um mercado consumidor para esses “novos” meios de produção. Para garantir a ampliação desse mercado, o Estado implementou um conjunto de políticas agrícolas destinadas a incentivar a aquisição dos produtos desses novos ramos da indústria, acelerando o processo de incorporação de modernas tecnologias pelos produtores rurais. A industrialização da agricultura brasileira entrava assim numa outra etapa. (SILVA, 1998, p. 30).

Em consenso as análises de Silva (1998), esta inserção da mecanização na agricultura industrial de 1960 à 1970, alicerçada nos avanços tecnológicos e pesquisas, criou um grande mercado de produtos agropecuários, maquinários, insumos, fertilizantes químicos, entre outros, de altíssimo valor capital. A ditadura militar (1964-1985) teve grande interesse na modernização agrícola e realizou investimentos no setor agropecuário. Porém tais incentivos foram voltados apenas para a grande produção monocultora em créditos, financiamentos, insumos agrícolas, pensando principalmente no aumento das produções e no capital financeiro.

Nesse sentido a então denominada Revolução Verde, chamada por alguns estudiosos de “farsa” e “falsa revolução”, ganhou força no Brasil. Para Porto Gonçalves (2004) este movimento propôs desviar os olhares do mundo para a verdadeira luta da maior parcela da população em escala global. A luta pelos direitos humanos contra a fome, e a injustiça social.

Assim, sobre a revolução verde ressalta Porto Gonçalves:

O mundo rural, com a revolução verde, suas sementes híbridas e seu mais recente desdobramento com a biotecnologia dos transgênicos e do plantio direto, está sofrendo mudanças profundas tanto ecológicas quanto sociais, culturais e, sobretudo, políticas. À medida que o componente técnico-científico das indústrias de alta tecnologia que passam a comandar os processos de normatização (candidamente chamados *normas de qualidade*).[...] A própria denominação revolução verde para o conjunto de transformações *nas relações de poder por meio da tecnologia* indica o caráter político e ideológico que ali estava implicado. (PORTO GONÇALVES, 2002. p. 212. grifo do autor).

A realidade é que as multinacionais agrícolas e as oligarquias enraizadas nas regiões brasileiras e os latifundiários, detém o acesso e o controle dos recursos naturais e das terras agrárias desse país, pois, ambos não se preocupam com o controle e o racionamento dos recursos da natureza, água, vegetação nativa, solo, etc.. E menos interessados ainda estão em relação ao uso social dessas terras transformadas em mercadoria.

Esse quadro produzido, agravado e exposto pela Revolução Verde provocou o desemprego no campo e, conseqüentemente, o êxodo rural, gerando o risco de insegurança alimentar da população, ocasionando diferentes relações de trabalho, tendo em vista o foco apenas o aumento produtividade, ignorando totalmente as causas ambientais, sociais e culturais.

Assim, iniciam-se no Brasil a partir dos movimentos sociais, ONGs, vários pensamentos críticos de estudiosos sobre a Sustentabilidade, impactos ambientais, a agricultura sustentável, a economia solidária. Soglio e Caporal afirmam que:

Um fator determinante nessa evolução foi a chegada ao Brasil, no final da década de 1980, dos conceitos e princípios da Agroecologia. Ao situar a tecnologia no universo social, cultural, ambiental e econômico da agricultura, o enfoque agroecológico possibilitou a ampliação do escopo de abordagem dos problemas rurais, contribuindo para o questionamento do viés produtivista das ciências agrárias e para a mobilização do interesse e do engajamento de setores das ciências humanas e naturais na construção do novo paradigma (PETERSEN; SOGLIO e CAPORAL, 2009. p. 85).

Desta maneira, tendo em ênfase em diversas questões ambientais, temos de um lado a agricultura convencional, que agride não só o meio ambiente, mas a população os consumidores. Em outra ponta a Agroecologia surge como alternativa vinculada ao campesinato para combater a pobreza rural pensada na maioria da população do campo.

Neste âmbito sobre a Agroecológica Costabeber ressalta

[...] a Agroecologia nos traz a idéia e a expectativa de uma nova agricultura, capaz de fazer bem aos homens e ao meio ambiente como um todo, afastando-nos da orientação dominante de uma agricultura intensiva em capital, energia e recursos

naturais não renováveis, agressiva ao meio ambiente, excludente do ponto de vista social e causadora de dependência econômica. (COSTABEBER, 2004, p.243 - 244).

Partindo desta concepção a Agroecologia busca o equilíbrio da sociedade e natureza, a partir do modo de vida e dos saberes locais, no respeito ao meio ambiente, e na utilização de práticas de manejo sustentáveis com uso dos recursos naturais de forma consciente.

Sendo assim, no estudo de Santos sobre as feiras agroecológicas da Paraíba afirma que essas práticas alternativas na produção agroecológica ganham notoriedade

A partir de 1997 começam os primeiros passos da agroecologia na Paraíba, tendo à frente camponeses recém assentados que lutaram pela terra e que, tendo a conquistado, tinham diante de si novas questões a serem resolvidas e discutidas. O maior desafio era o de garantir condições satisfatórias de sobrevivência tendo como base a reprodução social no assentamento através da produção agropecuária. (SANTOS, 2010. p. 72).

Desta forma a Agroecologia começa a ser pensada como alternativa para auxiliar nas produções camponesas assentadas, na resistência e na luta nos territórios de reforma agrária. Os movimentos sociais, a CPT-Sertão, as ONGs, os pesquisadores e técnicos, que a partir da produção agroecológica, do respeito ao meio ambiente, começaram a instruir os camponeses sobre as práticas agressivas e não sustentáveis antes realizadas.

É fato notório que as produções no Alto Sertão e em Cajazeiras-PB tinham suas origens em antigas práticas das fazendas agropecuárias. Como também da própria agricultura de subsistência que seguiam as mesmas linhas convencionais. Exemplos clássicos disto são vistas, ainda hoje, com as queimadas, que rudimentarmente, limpam a vegetação deixando o solo desnudo propício à forte desertificação e erosão, o uso dos agrotóxicos e fertilizantes no cultivo, o uso de sementes previamente tratadas com veneno, entre outros.

Neste estudo estamos trabalhando exclusivamente com as unidades produtivas dos assentamentos que produzem de forma agroecológica. Ficando bem claro que não quer dizer que todos os assentamentos do Alto Sertão trabalham com esse tipo de produção. Haja vista que nos mesmos assentamentos podemos encontrar divisões de famílias que produzem e convivem de um lado de forma agroecológica e de outro de maneira convencional, sem minimizar a luta e o trabalho deste último grupo.

Sobre a atuação da CPT no Alto Sertão Paraibano, Mitidiero Junior (2008) afirma que a parceria desta entidade, com o apoio da Articulação do Semiárido – ASA, promoveram a formação de redes de camponeses assentados.

Neste enfoque sobre as redes afirma Mitidiero Júnior

[...]Eis as principais Redes que se desenvolveram nessa região com o apoio da CPT, ASA, sindicatos e ONGs: **Redes de semente** (coleta e estocagem de sementes nativas ou sementes da paixão). **Redes de Água** (ligadas ao projeto governamental “Um milhão de Cisternas” e a outras formas de capacitação de água). **Rede de Apicultores** (que visam à produção e venda de mel). **Rede de cultivos Agroecológicos** que iniciam a experiência de feiras agroecológicas). **Rede de Educação** (Produção e realização de projetos pedagógicos com o objetivo de produzir uma educação voltada para a convivência com o Semi-árido). **Redes de mulheres** (voltadas à discussão de gênero e a projetos que envolvem o trabalho da mulher). (MIDIERO JUNIOR, 2008. p. 321. grifo nosso).

Esta articulação em redes abriu um espaço, sobretudo político e democrático, para o início dos debates das teorias e práticas Agroecológicas no Semiárido, através de reuniões, encontros, cursos, e intercâmbio para outras regiões do Nordeste, onde os camponeses puderam conhecer e aprender com outras experiências agroecológicas.

Assim, através das redes e dos eixos de trabalho como a produção e aquisição de sementes, recursos hídricos, com uso e reuso racional da água, o cultivo, dentre outros, fomentasse a reprodução social camponesa na comercialização direta e à criação das feiras agroecológicas no Alto Sertão paraibano.

## 2.2 A Experiência da Produção Agroecológica

As experiências das produções agroecológicas no Alto Sertão surgem vinculadas a estas redes mencionadas no item anterior, com as entidades que apoiaram a estas experiências a CPT-Sertão e a Articulação do Semiárido Brasileiro-ASA. Assim a produção agroecológica em Cajazeiras-PB surge a partir das práticas de convivência com o Semiárido.

Neste item apresentamos as experiências das unidades produtivas - UP dos assentamentos Santo Antônio: (UP-1, UP-2), Edvaldo Sebastião (UP-3), no Frei Beda a (UP-4) e no assentamento Valdeci Santiago a (UP-5 e UP-6), todas localizadas em Cajazeiras-PB, que produzem para a feira agroecológica deste município. Estas produções estão nas experiências agroecológica de 2 `a 20 anos.

Assim na figura 3 apresentamos as produções destas unidades camponesas.



**Figura 3: Tabela das produções alimentares das unidades**

<b>PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NOS ASSENTAMENTOS</b>	
<b>Produção de alimentos</b>	<b>Unidades produtivas camponesas</b>
<b>Frutas</b>	5
<b>Hortaliças</b>	4
<b>Legumes</b>	4
<b>Tubérculos</b>	3
<b>Temperos</b>	2
<b>Cereal</b>	1
<b>Plantas medicinais</b>	3

**Fonte:** Pesquisa direta. Elaborado por: PEREIRA (2018).

Como podemos observar na tabela da figura 3, as frutas correspondem a maior dos gêneros produzidos e comercializados pelas unidades produtivas. Um total de cinco UP que cultivam este tipo de cultura, de acordo com a época de cada uma. A produção de hortaliças e legumes que estão em segundo lugar dentre os gêneros produzidos, em quatro unidades produtivas.

Podemos notar que apesar destas produções serem apenas distribuídas em quatro assentamentos, existe uma boa diversidade de gêneros agroecológicos. É notório que estes camponeses resistem buscando a sua reprodução social, garantem a segurança alimentar e autonomia familiar.

Deixemos como nota que, apesar de não está representado na tabela acima (figura 3), estima-se que todas as unidades produtivas cultivam cereais (milho e feijão) na agricultura de sequeiro<sup>8</sup>. Produção voltada para o consumo familiar, contabilizamos pelos relatos, questionários e no trabalho de campo quatro unidades de sequeiro, direcionadas quase que exclusivamente a subsistência.

Há que se considerar que em todas as seis UP aqui estudadas, uma característica nos chamou a atenção, as plantações estão presentes, principalmente, nos chamados quintais produtivos (ver figura 6, p. 45). E no caso das UP-1, UP-2 (assentamento Santo Antônio) nas áreas de várzeas (ver figura 7, p.45). Estas várzeas estão em áreas que são direcionadas ao plantio coletivo em torno do açude, reservatório local, servem também para identificar as produções que seriam propícias a determinados cultivos agrícolas, e que principalmente

<sup>8</sup> Agricultura de sequeiro é o roçado que é produzido anualmente de acordo com as chuvas de verão.

aproveita os recursos do clima Semiárido como a insolação. O exemplo plantações de frutas e raízes nas figuras 4 e 5 das unidades de produção.

**Figura 4: plantação de bananas Assentamento Edvaldo Sebastião (UP3);  
Figura 5: plantação de macaxeira no assentamento Valdeci Santiago (UP6);**



**Fonte:** Trabalho de campo, PEREIRA (2018).

Ainda sobre as dificuldades na produção agroecológica, o camponês da UP-1 afirmou que

Tem! pra gente lutar sem veneno você ver, dar pulgão a gente perde o canteiro inteiro e a gente não pode fazer nada. Tu ver aquela rúcula, a rúcula já tá começando, prefiro perder, eu não vou botar veneno. Trabalhar com uma coisa e fazer outra. O couve a rúcula dar, essa tomatinha não dar. *Tomate cereja é?* Sim! Nós plantava aqui repolho é bicho que dar, pulgão. Era cada cabeça desse tamanho [referência ao repolho], aí eu deixei de plantar. *Cenoura? plantava cenoura?* Cenoura não! aqui não dar, dar pra outro canto. (Informação verbal<sup>9</sup>).

Através destes depoimentos notamos as dificuldades relacionadas à produção agroecológica, haja vista que é uma produção com tempo de produção muito mais longo, com relação à colheita e tipo de solo. Esta fala em questão, que “não dar certo plantar”, por várias vezes repetidas, é justamente relacionada ao clima e ao solo. Seriam necessários apoios institucionais técnicos para o estudo de viabilidade do local, para a plantação de alguns desses gêneros agriculturáveis.

Nas figuras 6 e 7 p. 50 veremos as plantações das produções agroecológicas.

<sup>9</sup> Informação obtida no trabalho de campo- pesquisa direta agosto de 2018. PEREIRA (2018)

**Figura 6: quintal produtivo (plantação hortaliças, frutas) UP-1;**

**Figura 7: plantação na várzea (legumes) UP-1-2**



**Fonte:** Trabalho de campo, PEREIRA (2018).

Ainda sobre as dificuldades na produção, o camponês da UP-1 ressaltou o controle do inseto pulgão. Realidades também mencionadas por outras duas produções de hortaliças e legumes, no qual observamos, pelos relatos, que seriam necessárias assessorias e capacitação técnicas em Agroecologia para estes camponeses. Principalmente para evitar perda da produção e potencializar os cultivos locais.

Neste aspecto Altieri (2012) afirma que nesse tipo de produção,

[...] A agroecologia vai mais além do uso de práticas alternativas e do desenvolvimento de agroecossistemas com baixa dependência de agroquímicos e de aportes externos de energia. A proposta agroecológica enfatiza agroecossistemas complexos nos quais as interações ecológicas e os sinergismos entre seus componentes biológicos promovem os mecanismos para que os próprios sistemas subsidiem a fertilidade do solo, sua produtividade e a sanidade dos cultivos (ALTIERI, 2012. p.104 e 105).

Ao questionarmos qual seria a maior dificuldade na produção, os entrevistados das cinco unidades produtivas mencionaram a falta de estrutura hídrica, e material básico para a produção: mangueira para irrigação, encanação, kit irrigação, sombritos<sup>10</sup> (telas de proteção contra o Sol), entre outros. A UP-1 afirmou em entrevista que antes a maior dificuldade era a água para a produção (devido o período de longa estiagem), hoje é a falta de projetos para a produção, no qual destacou a falta de estrutura para a plantação.

<sup>10</sup> Sombrito é uma tela utilizada na produção que reduz a luz solar, e auxilia na umidade do ar para as plantas.

Como estas realidades e dificuldades se diferem na particularidade de uma unidade produtiva para outra, como para cada assentamento, apenas a UP-5 (assentamento Valdeci Santiago) mencionou que a maior dificuldade é a falta de água. No qual afirmou o camponês: *“Não acho que tem dificuldade porque meus produtos não precisa usar veneno como: ovos, mel, e outros. Preciso de água da chuva”* (informação verbal<sup>11</sup>).

Nesta (UP-5) apesar de receber abastecimento para o consumo familiar do açude Boqueirão, não possui estrutura hídrica para a plantação. Também afirmou que cultiva em áreas vizinhas e comunitárias, pois esta UP possui a menor área de todas, e cerca de 1 ha para a produção agroecológica. Ressaltou que o assentamento como um todo, não tem plantações em áreas de vazantes, sendo por isso também, mais direcionado a agricultura de sequeiro, apicultura, e a criação animal.

Entretanto todos os camponeses destas unidades produtivas pesquisadas relataram que não possuem banco de sementes nos assentamentos. Porém, ambos guardam as próprias sementes de sua produção. A vivência em comunidade no campesinato é observada justamente neste ponto. Quando necessário todos trocam ou doam sementes com os vizinhos do mesmo assentamento. Ou com os que fazem parte da rede de cultivos. Assim relataram todas as UP talvez por dificuldades técnicas ou de manejo, as sementes de hortaliças são compradas no mercado e na feira livre.

Notamos que mesmo sendo produções agroecológicas existe uma dependência dos camponeses em relação ao mercado para adquirir alguns tipos de insumos externos, especialmente sementes das hortaliças. Assim é de suma importância uma melhor articulação da associação de produtores agroecológicos e do grupo de pesquisas para incentivar a criação de bancos de sementes. Também através da capacitação e cursos de formação para reafirmar a importância dos camponeses manterem a cultura das sementes crioulas.

Sobre os insumos que são utilizados nas produções os camponeses mencionaram macerado do ninho indiano, fumo, detergente, biofertilizante, água sanitária, adubo natural/esterco do gado, molho de anjico, molho de pimenta e melão caetano, etc. as figuras, 8 e 9 (p. 52), preparo do ninho indiano na UP-1(assentamento Santo Antônio), e a preparação do esterco bovino nos assentamentos na UP-3 (assentamento Edvaldo Sebastião).

---

<sup>11</sup>Informação: trabalho de campo assentamento Valdeci Santiago. pesquisa direta agosto de 2018. PEREIRA (2018).

**Figura 8: preparo do macerado do ninho**

**Figura 9: preparação do esterco para a adubação**

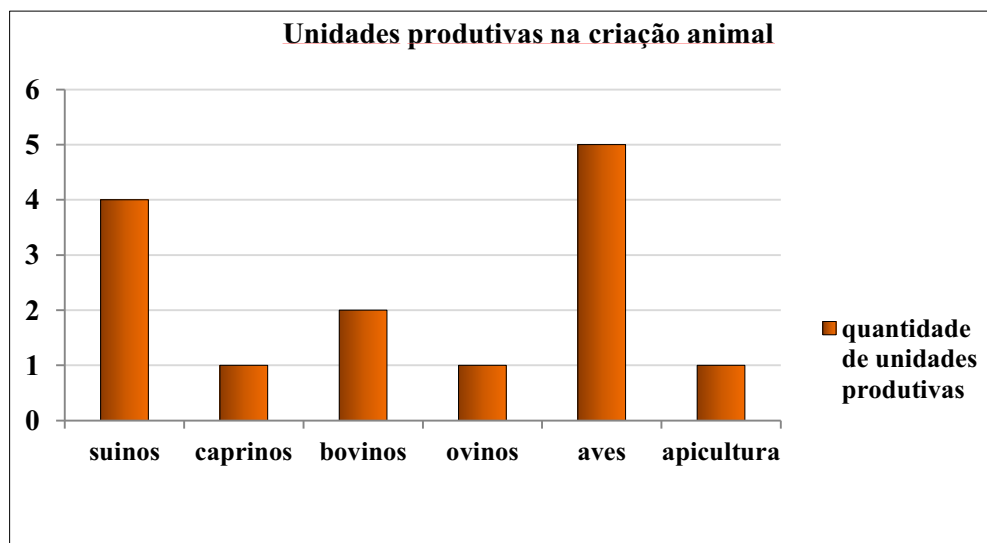


**Fonte:** trabalho de campo. (PEREIRA, 2018).

As práticas de fertilizantes naturais buscam uma aproximação com os recursos disponíveis na própria produção ou do mesmo assentamento. Utilizados a partir das práticas agroecológicas com a consorciação e integração da criação animal e vegetal, a partir do uso equilibrado destes recursos naturais. Sendo os insumos naturais mais utilizados o ninho indiano e os esterco da criação animal.

Sobre a criação animal das unidades produtivas podemos observar na figura apresentamos o gráfico de algumas dessas criações animais.

**Figura 10: gráfico criação pecuária nas unidades produtivas**



**Fonte:** Pesquisa direta. Elaborado por: PEREIRA (2018).

Como podemos observar o gráfico na (figura 10, p. 52), a maior produção na criação animal é de aves, em segundo lugar suínos. Apenas UP-2 (assentamento Santo Antônio) trabalha com a pecuária bovina, além da criação de caprinos e ovinos. Enquanto a apicultura é praticada apenas na UP-5 (assentamento Valdeci Santiago), para o beneficiamento do mel.

Assim a UP2 é mais direcionada a criação animal em pequenas quantidades (caprinos, ovinos, aves) que oscilam de acordo com a comercialização. São criações destinadas ao beneficiamento da produção de carnes. O rebanho bovino, fornecedor de leite, é utilizado para a fabricação dos doces, bolos e queijos que são os principais produtos dessa unidade produtiva.

Nas (figuras 11 e 12) a criação animal e fabricação de queijo na UP2 no assentamento Santo Antônio. A criação suína gira apenas entre 1 ou 2 animais por unidade produtiva. Sendo que em quatro UP encontramos esses animais, que são mais direcionados para o reaproveitamento das sobras da produção e para consumo familiar. Como podemos ver (figuras 13 e 14, p. 54).

**Figura 11: criação de bovinos na UP2 assentamento Santo Antônio**

**Figura 12 fabricação de queijo de coalho (UP2)**



**Fonte:** estudo de campo; Pereira (2018).

**Figura 13: criação de aves: UP5 assentamento valdeci Santiago;**  
**Figura 14: criação de suínos na UP1 assentamento Santo Antônio.**



**Fonte:** Estudo de campo; Pereira (2018).

Sobre a dificuldade na criação animal, o camponês da UP-2 fez o seguinte relato sobre a produção pecuária e o tempo do trabalho direcionado a mesma.

[...] como você sabe que a gente faz os derivados do leite, da ração pro gado. Por que na verdade as pessoas ficam perguntando, mas cê tu já tá esse tempo todo na feira, 1 ano e não consegue tá levando verdura ainda. Nunca levou. Mas, é que o tempo se resume tanto, por que como eu mexo com gado ai perde muito tempo com gado. Sobe e desce com elas. Na época da ração, tem que tá passando ração, entendeu? Ai na verdade fica quase sem tempo também pra cuidar das hortas. [...] como eu trabalho com o leite das vacas, ai traz de manhã, de duas horas da tarde pra separar dos bezerros. Ai quando é época pra começar a dar ração de capim e dá rizado, que é a torta de algodão. Tá entendendo é um tempo que você ocupava praticamente o dia inteiro. E ou consigo fazer, ou então não dar pra ter o leite, pra fazer os doces (informação verbal<sup>12</sup>).

Podemos notar através deste relato as dificuldades desta unidade produtiva que trabalha com beneficiamento alimentos. Necessitam de mais tempo para as atividades cotidianas da criação animal. Além disso, tem o tempo gasto na fabricação dos produtos, já que o camponês e a família produzem os doces, bolos todos de maneira caseira e artesanal. Tendo como produto principal a fabricação do queijo (Ver figura 12, p.53).

Em relação à assessoria técnica nas produções, ambos mencionaram em depoimento que atualmente não recebem. E que anteriormente recebiam da Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano - CAAASP e da CPT-Sertão. Atualmente alguns

<sup>12</sup> Trabalho de campo anotações da caderna de campo pesquisa direta agosto de 2018 (PEREIRA, 2018).

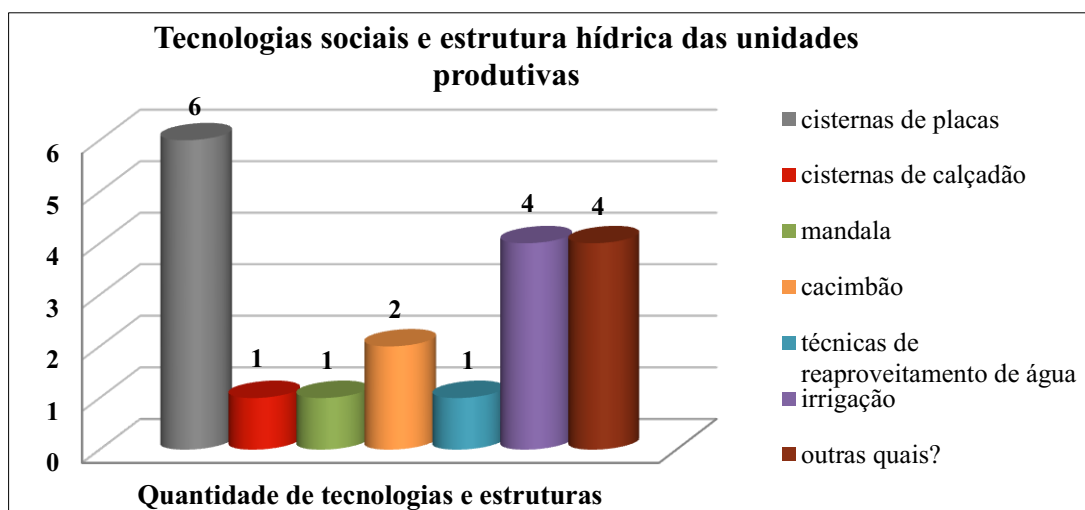
procuram técnicos em Agroecologia que fazem parte desta segunda entidade, que os orientam voluntariamente sobre os problemas da produção. E alguns utilizam cartilhas agroecológicas.

### 2.3. As Tecnologias Sociais utilizadas nas Unidades Produtivas Camponesas dos Assentamentos Pesquisados

Neste item vamos descrever as tecnológicas sociais do Semiárido e as estruturas hídricas utilizadas nas unidades produtivas camponesas dos assentamentos desta pesquisa. Tais recursos e tecnologias foram fundamentais para o início das práticas agroecológicas familiares nesses assentamentos.

As experiências de convivência com o Semiárido iniciaram com projetos voltados a plantações nos quintais produtivos, como também o armazenamento da água nos meses de estiagem para consumo e plantação. Sempre na perspectiva de produzir e utilizar a água e os recursos de forma consciente. Nesse sentido elaboramos um gráfico na figura 15 com as tecnologias sociais e estrutura hídrica utilizada nessas unidades produtivas estudadas.

**Figura 15: Gráfico das tecnologias e estrutura hídrica nas unidades produtivas**



Fonte: Tratamento de dados, elaborado por Pereira (2018).

O gráfico da figura 15 demonstra as tecnologias presentes em todas as unidades produtivas. Com o destaque para cisterna de placa, existentes em todas as UP. Utilizadas para captar e armazenar a água para o consumo familiar. Esta tecnologia foi implementada pelo governo Federal, nos programas Água para Todos e Brasil Sem Miséria, do Ministério do



Desenvolvimento Social e Combate à Fome. E contam na atuação com a parceria dos governos estadual. As cisternas do Alto Sertão tiveram o apoio do governo da Paraíba e da CAAASP.

O Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) foi desenvolvido pela Articulação no Semiárido Brasileiro - ASA, com o papel de melhorar o acesso e o direito a água das famílias na região do Semiárido nordestino. Promovendo a autonomia e a segurança hídrica ao consumo familiar. Assim define a ASA

[...] implementação da cisterna de placa de cimento de 16 mil litros. Uma construção de baixo custo, feita de placas de cimento pré-moldadas e construídas ao lado das casas por pessoas da própria comunidade capacitadas nos cursos de pedreiros/as oferecidos pelo P1MC. A cisterna tem o formato cilíndrico, é coberta e fica semienterrada. O seu funcionamento prevê a captação de água da chuva aproveitando o telhado da casa, que escoo a água através de calhas. Trata-se de uma tecnologia simples, adaptada à região semiárida e de fácil replicação (ASA Brasil, 2018<sup>13</sup>).

Este programa foi e é bastante importante para o Alto Sertão e demais áreas de todo o sertão interiorano no acesso e captação da água para o abastecimento das famílias. Nesse sentido presente em todas as UP deste estudo. Entretanto três cisternas de três famílias estão funcionando para consumo familiar para beber e cozinhar. E outras três estão desativadas, e 1 está em desuso. Como podemos observar nas figuras.

**Figura 16: cisterna de placas na UP-1 assentamento Santo Antônio;**

**Figura 17: cisterna em desuso no assentamento Frei Beda (UP-4).**



Fonte: trabalho de campo (PEREIRA, 2018)

<sup>13</sup> Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br> acessado em: novembro de 2018.

As cisternas que estão desativadas apresentam rachaduras na estrutura, no qual fica inviável reter a água no armazenamento, sendo necessária manutenção do material da cisterna. Na UP4 também possui a cisterna de calçadão do P1+2 conforme a ASA

Cisterna-calçadão - É uma tecnologia que capta a água da chuva por meio de um calçadão de cimento de 200 m<sup>2</sup> construído sobre o solo. Com essa área do calçadão, 300 mm de chuva são suficientes para encher a cisterna, que tem capacidade para 52 mil l. Por meio de canos, a chuva que cai no calçadão escoar para a cisterna, construída na parte mais baixa do terreno e próxima à área de produção. O calçadão também é usado para secagem de alguns grãos como feijão e milho, e raspa de mandioca. A água captada é utilizada para irrigar quintais produtivos: plantar fruteiras, hortaliças e plantas medicinais, e para criação de animais. (ASA BRASIL, 2018<sup>14</sup>).

A cisterna-calçadão da UP4 comporta até 50 mil litros de água, porém também se encontra desativada e com rachaduras. Nesse sentido mesmo sendo uma tecnologia adaptada para o Semiárido apresentam algumas questões direcionadas à manutenção, ou até mesmo da duração e da qualidade do material que foi construída essas cisternas.

Outra tecnologia social utilizada apenas na UP1 no assentamento Santo Antônio é o sistema que busca integrar a produção, a mandala é um sistema utilizado para a produção em círculos onde cada uma das partes está relacionada e estabelece uma função, buscando a integração animal e vegetal. Assim, sobre o funcionamento desse sistema explica Batista,

O reservatório de água construído deve servir tanto para a irrigação do sistema como para a criação de peixes, os quais desempenham o papel de produtores de matéria orgânica, enriquecendo, assim, a água que será usada para irrigar as plantas, bem como são outra fonte de renda e alimento para a família. Neste sistema de produção, a distribuição das culturas nos círculos obedece a critérios de necessidade de água e de mão de obra. Nos primeiros círculos, mais próximos do tanque, devem ser cultivadas as hortaliças para o consumo da família, pois esse tipo de planta necessita de cuidados mais constantes e de mais irrigação; do quarto ao oitavo círculo deve ser cultivado culturas comerciais, como feijão, milho, fruteiras e raízes; e no nono círculo devem ser plantadas espécies que funcionam como cerca viva, desempenhando o papel de proteger a mandala, especialmente do vento e da polinização externa. (BATISTA, 2014. p. 56)

Assim, essa tecnologia social é uma alternativa também capaz de promover a práticas alternativas, pois, estimula também a produção agroecológica, como o plantio nas áreas de quintal, conforme podemos notar a afirmação da camponesa E, do Assentamento Santo Antônio,

[...] Começamos com a mandala aqui no fundo de quintal, começamos no coletivo com quatro famílias, depois a gente viu que tinha que mudar de novo, por que o meu menino não queria ir, aí o de Camponês UP1<sup>15</sup> ia e assim por diante. E aí começou

<sup>14</sup> Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br> acessado em: novembro de 2018.

<sup>15</sup> Refere-se ao camponês da UP1 desta pesquisa, na qual são áreas e produções vizinhas.

assim vamos trabalhar nos quintais de casa, por que ai eu trabalho com minha família, e ai pra nós foi a saída, e ai ainda hoje, como vocês estão vendo estamos aqui na casa de uma família que planta, eu e camponês UP1 aqui. [...]. (Informação verbal<sup>16</sup>).

Nesta concepção a mandala estimulou as práticas agroecológicas e também a produção na área do quintal, por ter a participação do trabalho familiar na atenção no crescimento e na manutenção do cultivo.

Assim esse sistema de implementação iniciou-se no assentamento Santo Antônio no ano de 2003, segundo relato do camponês e camponesa da UP1, iniciou com o projeto de Willy Pessoa que fundou a agência Mandalla Desenvolvimento Holístico Sistêmico Ambiental – DHSA.

Esse sistema, no total de 3 neste assentamento, os camponeses afirmaram que criavam pato, peixe, e ao em torno hortaliças, e posteriormente milho. Como podemos ver nas figuras

**Figura 18: mandala(ativa) no assentamento Santo Antônio**

**Figura 19: mandala (inativa) na UP1 do assentamento Santo Antônio**



**Fonte:** Foto 18 acervo CPT Sertão, 2005. Foto 19 estudo de campo PEREIRA (2018).

Enfatizamos a partir dos depoimentos do camponês da UP1 que a mandala além de servir para promover a segurança alimentar da família, também aumentou a produção inclusive na comercialização na venda direta da feira agroecológica de Cajazeiras-PB. Assim, este sistema de produção ficou inativo desde 2015, como podemos observar na foto de 2018 na (figura, 19) encontra-se em desuso, com rachaduras.

<sup>16</sup> Estudo de campo assentamento Santo Antônio. Disciplina: Geografia Agrária, Prof. Josias de Castro Galvão. Monitora: Maria do Socorro Barros Pereira. Data: 30 de julho de 2018.

Outra tecnologia é o cacimbão utilizados nas duas (UP5, UP6) no assentamento Valdeci Santiago, o cacimbão utilizado comunitário segundo relatos dos camponeses destas unidades, o cacimbão cujo tamanho 5 x 5 m de profundidade, e a água reservada não dura o ano inteiro.

As unidades produtivas (UP3 e UP4) possuem poços artesianos. A UP4 no assentamento Frei Beda, com base na afirmação do camponês o poço artesiano possui uma vazão de 2.400 por hora, adquirido através da linha de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF Semiárido<sup>17</sup> no ano de 2013, no qual esta linha deste programa destina-se a construção de infraestrutura hídrica, como também auxilia na produção da agricultura familiar no Semiárido.

Na UP4 do assentamento Edvaldo Sebastião o poço artesiano é de 6.000 litros por hora a vazão. Não foi mencionado o crédito ou algum tipo de empréstimo para este investimento. Sobre a infraestrutura para irrigação está em quatro unidades produtivas no qual utilizam o microaspersor e mangueiras para a plantação.

Outro tipo de tecnologia encontrada é o reuso da água e o biodigestor também no assentamento Santo Antônio na UP1, conforme podemos observar nas figuras.

**Figura 18: prática de reuso da água (UP1) assentamento Santo Antônio**

**Figura 19: o biodigestor (UP1) assentamento Santo Antônio**



**Fonte:** Estudo de campo PEREIRA (2018).

<sup>17</sup> Mais informações do PRONAF Semiárido disponível em: [www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br) acessado: novembro de 2018.

O projeto de **reuso da água** veio através das reuniões da Rede de Cultivos Agroecológicos do Alto Sertão, que definiu as famílias e comunidades que iriam participar deste projeto. Assim foi realizado um intercâmbio no Instituto Nacional do Semiárido - INSA, para conhecer as experiências de reuso da água, e foram selecionadas 7 famílias através do apoio do Programa de Ampliação e Fortalecimento das Redes de Agroecologia e Produção Orgânica - Redes ECOFORTE<sup>18</sup>. Assim, uma das famílias que fora contemplada, foi a UP1 como podemos observar acima (na figura, 18, p. 59). (Informações verbal<sup>19</sup>).

No qual através destes recursos esta tecnologia de reuso da água. Conforme relato do camponês da UP1, descreveu que este sistema permite reaproveitar a água da cozinha, e do banho, que descem para uma caixa de gordura onde ficam os resíduos, e assim a água é transferida para um tanque de cimento, no qual filtra as impurezas da água, e no final destas fases, esta água se torna propícia para aguar, assim passa a ser reutilizada para a plantação no quintal produtivo. (informação verbal<sup>20</sup>)

Enquanto o projeto do **biodigestor** (figura, 19, p. 59) da UP1, veio através desta Rede nas reuniões na CPT Sertão e do IFBDS. Através da ONG Fundo Socioambiental- CASA<sup>21</sup> da Caixa econômica Federal. Assim foram realizadas capacitações sobre o uso racional deste recurso e a convivência com o semiárido. Desta forma para o funcionamento do biodigestor é através da decomposição do esterco animal, no caso da UP1, o esterco bovino utilizado na fabricação do biogás utilizado na cozinha desta família e o biofertilizante utilizado nas plantações. Onde através do relato do camponês da (UP1), o biodigestor funciona com 2 baldes de esterco e 4 de água, o esterco vem da própria criação animal.

Assim essa tecnologia natural promove a integração da pecuária dos rebanhos, com a fabricação do biogás que pode ser utilizado na parte do beneficiamento familiar, retirando o custeio familiar da compra no mercado do gás butano. E posteriormente a utilização do biofertilizante natural que é colocado nas plantações tanto no adubo, como no combate a doenças e pragas nas plantas. Assim tal tecnologia fortalece a produção camponesa familiar através de um ciclo de sustentabilidade ambiental no qual busca promover a autonomia dos insumos internos da propriedade.

---

<sup>18</sup> O programa Ecoforte busca contribuir com o fortalecimento das redes de produção agroecológicas, e associações, comunidades, apoiando as experiências de tecnologias sociais voltadas para a produção familiar. Utiliza os recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Fundação Banco do Brasil –FBB .

<sup>19</sup> Informações da CPT Sertão, pesquisa direta novembro (PEREIRA, 2018).

<sup>20</sup> Informações do estudo de campo na UP1 agosto (PEREIRA, 2018).

<sup>21</sup> Mais informações: <http://fortalecimentodecomunidades.casa.org.br/index.php/2017/06/26/rede-de-cultivos-agroecologicos-do-alto-sertao-paraibano/> acessado em: novembro de 2018.



Fonte:(PEREIRA,2018)

### 3. FEIRAS AGROECOLÓGICAS TERRITORIALIDADE E REPRODUÇÃO SOCIAL CAMPONESA



Fonte:(PEREIRA,2018)

### **3. FEIRAS AGROECOLÓGICAS TERRITORIALIDADE E REPRODUÇÃO SOCIAL CAMPONESA**

Neste terceiro capítulo no item 1, apresentamos uma discussão teórica do objeto de estudo desta pesquisa a feira agroecológica. Posteriormente fez-se necessário um breve histórico da criação da FA. Com o enfoque na sua reestruturação, e a sua importância. Nesta mesma linha trazemos os resultados finais desta pesquisa, através dos procedimentos metodológicos das entrevistas, questionários e trabalho de campo que possibilitou conhecermos a realidade camponesa. Ambos os tratamentos de dados estão representados em quadros, gráficos.

Ressaltamos que devido ao compromisso e reponsabilidade com o comitê de ética em pesquisa. Não mencionamos os nomes dos sujeitos neste estudo, os camponeses e consumidores foram direcionados (as) em entrevistas com letras, os transeuntes com números. A divulgação de imagens e informações foi autorizada pelos sujeitos assinados e amparados pela documentação exigida para a ética da pesquisa. As imagens e informações serão expostas apenas em meios científicos.

E no segundo momento ao imaginário social dos transeuntes e consumidores sobre a feira agroecológica passo importante, pois através desta pesquisa pudemos compreender as diferentes visões de mundo dos consumidores desta FA, sobre o produto agroecológico/orgânico, como também sobre os camponeses de reforma agrária que trabalham ofertando alimentos saudáveis para a cidade.

#### **3.1. Feiras Agroecológicas a Busca de uma Conceituação**

Nas páginas que seguem são direcionadas ao estudo da FA do Alto Sertão Paraibano, especificamente no município de Cajazeiras, que possibilitou entendermos a convivência do camponês com o Semiárido, e a resistência destes sujeitos em continuar produzindo semanalmente para manter a feira ativa.

É evidente que foi necessário se aprofundarmos nos conceitos dos pesquisadores sobre estas temáticas das feiras agroecológicas. Assim para Oliveira no seu estudo sobre a FA da ECOVÁRZEA na Zona da Mata paraibana ressalta que

As feiras agroecológicas são espaços de comercialização de produtos hortifrutigranjeiros produzidos por camponeses (as) em sua maioria proveniente de áreas da reforma agrária do estado, e seu surgimento remete às discussões acerca de

necessidade dos camponeses desfazerem os laços de dependência com os atravessadores para a comercialização de seus produtos, e também a necessidade de se assegurar a reprodução digna do núcleo familiar. (OLIVEIRA, 2012. p.76).

Nesse sentido a feira agroecológica é uma alternativa que possibilita as famílias camponesas a se desvincular do atravessador, através da venda direta dos produtos aos consumidores. E posteriormente a enfrentar os desafios na produção, em permanecer produzindo através das práticas agroecológicas, ofertando alimentos saudáveis livres de agrotóxicos para a cidade.

De acordo com Batista no seu estudo sobre as feiras agroecológicas do estado do Ceará afirma que

Pode-se dizer que a feira agroecológica é importante no fortalecimento do campesinato porque revela outra dimensão da luta pela terra, dimensão essa que pode ser entendida como a luta para permanecer na terra, ou seja, a estratégia que os camponeses utilizam para se reinventarem a fim de permanecerem camponeses e consolidarem o seu território. (BATISTA, 2014. p.97).

Assim, podemos perceber que as FA promovem a valorização do trabalho familiar, a melhoria da qualidade de vida no campo, mantendo a família camponesa dentro do seu mercado autônomo, e promovendo esta permanência do camponês enquanto construtor dos seus territórios de reforma agrária.

No caso das feiras agroecológicas da Paraíba acompanhadas pela CPT afirma Mitidiero Junior “[...] A radicalidade da atuação da Pastoral junto com os trabalhadores resulta na possibilidade de construir um mercado mais justo, outro mercado, e não um não - mercado, ou o fim do mercado” (MITIDIERO JUNIOR, 2008. p. 468).

Ou seja, um mercado onde possa pensar na atuação do sujeito camponês, como construtor de sua própria identidade territorial. A fim de criar laços entre a sociedade e a natureza, onde o consumidor passa a valorizar a produção agroecológica local se beneficiando em longo prazo com os produtos saudáveis, sem a utilização de agrotóxicos e defensivos químicos.

Desta maneira, no seu estudo sobre as feiras agroecológicas da Paraíba, Rodrigues ressalta

As feiras agroecológicas trouxeram vários avanços para o camponês e melhoria à qualidade de vida do consumidor da Paraíba. Dentre os avanços, registramos a desmitificação da crença de que é impossível, ou muito difícil, enfrentar os atravessadores no processo de comercialização. Outro ganho que destacamos são as experiências que contribuíram para estreitar as relações entre o campo e a cidade e para o fortalecimento da agricultura, geração de emprego e renda e preservação ambiental, bem como para o fortalecimento da economia e organização dos trabalhadores. É fato, portanto, que as Feiras Agroecológicas têm se tornado no Estado da Paraíba importantes vínculos de consolidação do trabalho familiar, visto que viabilizam a comercialização do excedente (RODRIGUES, 2011. P. 69).



Diante deste contexto, é interessante perceber que as feiras agroecológicas estimularam e estimulam a preservação ambiental, e a consciência do produtor como também do consumidor sobre a alimentação saudável, a melhoria da qualidade da qualidade vida nos assentamentos de reforma agrária, como a autora mencionou acima as feiras aproximaram as relações entre o campo e a cidade.

As feiras agroecológicas do Território do Alto Sertão são das cidades de Cajazeiras – PB, Aparecida – PB, e Santa Helena - PB, ambas acompanhadas pela CPT Sertão. Estas três feiras para permanecerem ativas enfrentam desafios em comum além das condições climáticas pelos anos de estiagem. Mas, pela falta de apoio governamental, acesso ao crédito na agricultura camponesa, entre outras questões.

Nesse sentido esse estudo possibilitou interpretarmos a feira agroecológica de Cajazeiras-PB, através das práticas agroecológicas no Semiárido, sendo esta capaz de fortalecer a territorialidade através deste espaço físico da feira, e a resistência dos camponeses do semiárido. Interpretamos aqui o território agrário com base em Oliveira que ressalta que

[...] o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supra-estruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.), em que o Estado desempenha a função de regulação. O território é assim, efeito material da luta de classes travada pela sociedade na produção de sua existência. [...] a construção do território é, pois, simultaneamente, construção/destruição/manutenção/transformação. É em síntese, a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e se desenvolve. Logo, a construção do território é, contraditoriamente, o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: **valorização, produção e reprodução**. (OLIVEIRA, 2004. p. 40, grifo nosso).

Como foi dito o território partindo das suas contradições e desigualdades principalmente no nosso país, onde existe uma pequena parcela da população que além da concentração de terras controla os diferentes níveis de poder, estes setores conforme mencionados dos modos de produção.

Assim, fica difícil no cenário atual mencionar o Estado brasileiro com este papel de equilibrar a sociedade, pois o governo deixa bem claro através da repressão e retrocesso em cortes de ações dos programas de investimentos para a agricultura familiar e nos seus posicionamentos governamentais a favor das grandes produções monoculturas latifundiárias, e das oligarquias rurais.

Por outro lado, o campesinato resiste inserido no contexto de busca da construção do seu território e permanência da sua cultura, e do seu modo de vida nos assentamentos de reforma agrária, desenvolvendo maneiras de se inserir neste contexto mais amplo de

reprodução social, e a feira agroecológica de Cajazeiras-PB é interpretada aqui como enraizamento da territorialidade camponesa na cidade.

Desta maneira nos embasamos a partir da concepção de territorialidade de Andrade

A formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentimento da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre as mesmas. [...] Admitimos que a expressão territorialidade pode ser encarada tanto como o que se encontra no território e está sujeita à gestão do mesmo, como, ao mesmo tempo, ao processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar ao território. (ANDRADE, 1998. p. 214).

Nesse sentido consideramos que esta feira agroecológica fortalece a territorialidade camponesa nos assentamentos de reforma agrária, fazendo que as famílias camponesas através desta alternativa de venda direta, promovam a sua reprodução social, do seu modo de produção singular e cultural na sociedade.

Sendo os camponeses sujeitos e atores na construção territorial, capazes de caminharem cotidianamente a partir das práticas agroecológicas, e melhorando a qualidade de vida no campo e na cidade, criando este laço de sentimento, de integração cultural e social no território Alto Sertão - PB.

Desse modo a FA de Cajazeiras- PB é um espaço de identidade e representação dos camponeses assentamentos, mostrando a importância da reforma agrária, enquanto ofertam produtos saudáveis na comercialização para a cidade na feira agroecológica.

### 3.2. Breve Histórico da Criação da Feira Agroecológica de Cajazeiras-PB

Como mencionamos anteriormente a CPT - Sertão teve o papel e a função de difundir e promover a produção Agroecológica no Semiárido. Nesta perspectiva essa entidade conjuntamente com ONGs e institutos, articulou e impulsionou os assentamentos de Cajazeiras-PB e principalmente aqueles que possuíam maior produção agroecológica para além do consumo familiar, o excedente da produção para comercialização.

Nesse sentido conforme o arquivo da CPT Sertão<sup>22</sup> as assessorias pautadas na comercialização direta para a criação da FA organizaram com as famílias assentadas “formação técnica e política dos assentados” sobre a alimentação saudável, como também a educação ambiental, a produção sem os usos de pesticidas, químicas, agrotóxicos. Algumas

---

<sup>22</sup> Arquivo digital da CPT Sertão datado em (2012), levantamento de dados novembro de 2018.

destas famílias se inseriram neste modelo para a transição da produção agroecológica (CPT-Sertão, 2012. não p.).

Outro aspecto importante de articulação e organização territorial foi à criação da rede de cultivos no qual afirma Santos,

[...] o primeiro passo dado foi o da criação da *rede cultivos agroecológicos* em 2003, tendo como objetivo articular camponeses interessados em desenvolverem-se no campo da produção e comercialização agroecológica no Sertão Paraibano. Essa forma de articulação foi mobilizada tendo como referência o processo organizativo de outras redes então já existentes naquela região: *rede água, rede sementes, rede educação*. A constituição da *rede de cultivos agroecológicos* abria um novo horizonte nas questões a serem resolvidas e estratégias a serem configuradas por parte daqueles camponeses, já articulados em torno de outras demandas incorporadas a cada uma das redes já efetivadas. (SANTOS, 2010, p.114. grifos do autor).

Estas redes contribuíram na articulação territorial dos assentamentos e acampamentos do Alto Sertão, desenvolvendo projetos e estratégias para melhoria da produção e posteriormente o início da comercialização agroecológica tais como, a conservação de sementes, adubagem, manejo e uso do solo, entre outras ações que foram mediadas conjuntamente com as famílias camponesas.

A criação da feira agroecológica de Cajazeiras-PB foi no ano de 2003, a partir da iniciativa e o apoio da CPT Sertão, CAAASP, Banco do Nordeste e da Caritas brasileira, e da prefeitura municipal que cedeu o espaço de realização da FA no açougue público, no qual funcionava no horário inicial em torno das 5: 00 da manhã, nas sextas-feiras.

Sobre o início e criação da FA afirma a camponesa da (UP1) do assentamento Santo Antônio

A ideia saiu de L<sup>23</sup> um dia ela chegando aqui, ai tava estas paredes aqui tudo cheia de mamão. Ai ela perguntou o que era fazendo, ai eu disse nos come e dar a vizinhança. Ai ela disse vamos abrir uma feira, ai tanto eu como F<sup>24</sup> lá da outra agrovila, mulher isso não dar certo não, não sei o que. Mais vamo. Ai começou o marido dela entregando porta a porta. O marido de L foi o primeiro, numa bicicleta ia entregar porta a porta, ai quando ela foi aumentando a demanda ele passou pra uma moto, ai da moto não teve mais o que fazer. Ai ela falou com o prefeito na época não foi? Ai o prefeito cedeu o espaço do antigo açougue. (informação verbal<sup>25</sup>, 2018).

Assim notamos a importância desta líder camponesa ao organizar os camponeses, para a criação da FA, como também a busca pelo apoio da prefeitura. Segundo a CPT Sertão<sup>26</sup>, inicialmente a criação da feira foi pensando na garantia da segurança alimentar camponesa, e

<sup>23</sup> Líder comunitária e integrante da CPT Sertão- Depoimento da camponesa da UP1, estudo de campo, assentamento Santo Antônio, PEREIRA, (2018).

<sup>24</sup> Depoimento da camponesa do assentamento Santo Antônio que participava da primeira feira agroecológica de Cajazeiras-PB estudo de campo.

<sup>25</sup> Relato da camponesa da UP1, estudo de campo. Pesquisa direta. Agosto, 2018. (PEREIRA ,2018)

<sup>26</sup> Levantamento de dados, CPT Sertão, novembro de 2018.

posteriormente com o aumento das produções, que foi pensado na prática da comercialização do excedente. Iniciando assim a criação da primeira feira agroecológica do Alto Sertão Paraibano, no município de Cajazeiras-PB. Na figura realização da primeira Feira Agroecológica de Cajazeiras - PB criada em 2003.

**Figura 20: registro da primeira feira agroecológica de Cajazeiras - PB**



**Fonte:** Acervo histórico fotográfico da CPT Sertão. Data: 20.05. 2005.

As famílias camponesas que integravam FA eram do assentamento Santo Antônio e Frei Damião em Cajazeiras-PB, e das cidades circunvizinhas do assentamento Acauã em Aparecida-PB, Juazeiro em Marizópolis, e Bartolomeu I, em Bonito de Santa Fé - PB.

Os principais produtos que eram vendidos na FA afirmou a camponesa da UPI (assentamento Santo Antônio)<sup>27</sup> descreveu: Alface, coentro, cebolinha, galinha, mamão, feijão verde, jerimum, ovo e o beneficiamento do bolo, doce, cocada.

A CPT apoiou o transporte dos produtos para a FA durante 5 anos, com auxílio de frete e aluguel, mesmo depois do término deste apoio, algumas famílias camponesas de áreas mais próximas permaneceram na comercialização. Os camponeses também realizavam intercâmbio para conhecer outras experiências em produção agroecológica, “a gente ia pra encontro visitando a feira de João pessoa de Campina, e vendo que tinha futuro, com os cursos a gente ia aprendendo” (Informação verbal<sup>28</sup>).

Assim estas visitas de intercâmbio promovidas pelas ações da rede de cultivos, além de estimularem os camponeses para a produção e comercialização na FA, como também a

<sup>27</sup> Estudo de campo na UPI. Agosto de 2018. (PEREIRA, 2018).

<sup>28</sup> Estudo de campo no assentamento Santo Antônio Pereira (2018)

troca de saberes das famílias camponesas através das experiências em manejo agroecológicos, fertilizantes naturais, o tempo e o cuidado com a produção, entre outros. E o conhecimento da realidade dos outros territórios paraibanos na Zona da Mata, Borborema e do Alto Sertão.

A feira agroecológica da zona da mata faz parte da Associação dos Agricultores agroecológicos da Zona da Mata Paraibana- ECOVÁRZEA de João Pessoa-PB realizada na Universidade Federal da Paraíba- UFPB iniciou como a pioneira na venda da comercialização direta estadual<sup>29</sup>, e serviu no caso deste exemplo para a criação de outras FA como a de Cajazeiras-PB.

A FA de Cajazeiras que iniciou em 2003, mesmo com o fim do apoio para o transporte, algumas famílias camponesas continuaram na comercialização, porém enfrentavam desafios maiores relacionados à escassez da água, e conseqüentemente a diminuição da produção, reduzindo o excedente para comercialização, assim, no ano de 2015 a feira ficou desativada.

Elencamos que seria necessário o apoio governamental, políticas de créditos, de incentivos a agricultura familiar como também projetos vinculados a garantir alternativas viáveis para a reprodução social camponesa, para enfrentar estes desafios sociais, políticos, ambientais.

### 3.3 A Reestruturação da Feira Agroecológica de Cajazeiras - PB

A reestruturação da feira agroecológica de Cajazeiras - PB, foi realizada através da rede de cultivos agroecológicos do Alto Sertão Paraibano, que realizava reuniões, encontros, e debates na CPT Sertão e o IFBDS conjuntamente com institutos, e projetos que contribuíram neste processo de reestruturação das FA, entre elas a de Aparecida-PB, Santa Helena - PB e a de Cajazeiras - PB.

Desta forma durante este período de escassez de água no Alto Sertão Paraibano e as chuvas irregulares durante a estiagem, entre 2015 à 2017, a reestruturação da comercialização na FA só foi possível primeiro pelo estímulo conjunto de os institutos e programas e universidade. E principalmente pelos camponeses a partir do uso das tecnologias sociais, como: as técnicas de reaproveitamento da água e o plantio nas várzeas em torno do açude.

Assim, a FA foi reestruturada no dia 10 de fevereiro de 2017, é realizada todas as sextas-feiras na praça: Cristiano Cartaxo, centro da cidade de Cajazeiras – PB horário de

---

<sup>29</sup> Para mais informações sobre a Feira Agroecológica da ECOVÁRZEA e as experiências da produção agroecológica paraibana. Ver dissertação de mestrado de: (OLIVEIRA, 2012).

início em torno das 5:00 às 10:00 horas da manhã. Tiveram como apoio inicial além da CPT Sertão e do IFBDS<sup>30</sup>, como também as instituições federais, como a UFCG-CFP, através dos projetos de pesquisa e de extensão<sup>31</sup>.

E especialmente através da rede de cultivos<sup>32</sup> e do programa ECOFORTE que conjuntamente promoveram ações para a produção agroecológica como o manejo sustentável, visitas de intercâmbio, Silagem, construção de sistemas para o reuso da água, entre outras.

Além disso, o ECOFORTE disponibilizou para a reabertura desta FA, com materiais padronizados para a feira como: barracas, balanças, batatas, caixas itens essenciais para a organização da comercialização. A prefeitura municipal além de ceder o espaço para a realização da feira, também contribuiu com 6 barracas, e o com o espaço para depósito dos materiais e barracas no açougue público municipal.

Os camponeses que participavam inicialmente da reestruturação da FA pertencem e produzem nos assentamentos Santo Antônio, Edvaldo Sebastião, Valdeci Santiago, Frei Beda, Santa Cecília, além do acampamento Novo Horizonte ambos localizados em Cajazeiras – PB.

Nas (figuras 21,22 p.71) primeiro dia da reinauguração da FA e diálogo da CPT – Sertão sobre a reestruturação, conjuntamente com os camponeses e representantes da prefeitura municipal de Cajazeiras-PB.

Assim, acompanhamos o processo de criação da associação dos produtores, através de projetos da UFCG<sup>33</sup>. Esses projetos de pesquisas auxiliaram os produtores com cursos de certificação participativa. Haja vista que o retorno da feira esteve ligado à perspectiva de obter cadastro do produto orgânico junto ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA, e a aquisição de certificado em Organismo de Conformidade Social – OCS<sup>34</sup>.

Esta certificação participativa permitirá aos produtores adquirir o cadastro para a venda direta e também em programas do governo como o Programa de Alimentação escolar – PAA e o Programa Nacional da Alimentação Escolar- PNAE. A garantia dos produtos é

---

<sup>30</sup> Núcleo de Estudos em Agricultura Ecológica do Sertão Paraibano - NAESP e as Secretárias municipais de Cajazeiras de Infraestrutura, agricultura, comunicação. Através do Projeto Programa de Ampliação e Fortalecimento das Redes de Agroecologia e Produção Orgânica. Redes ECOFORTE/FBB/BNDS e do Instituto Federal da Paraíba - IFPB.

<sup>31</sup> Tais projetos de pesquisa e extensão da UFCG sobre a coordenação do Professor Dr. Josias de Castro Galvão.

<sup>32</sup> Esta rede atua na CPT Sertão e congrega os assentamentos do Alto Sertão, através de práticas de melhoramento das produções nos assentamentos, intercâmbios, entre outras funções.

<sup>33</sup> Projetos de pesquisa e extensão na qual a participação do Projeto estimulou através das reuniões, oficinas e cursos, a criação da associação e a obtenção da certificação de produção orgânica pelo MAPA, uma iniciativa dos camponeses conjuntamente com as outras organizações (coordenação: Prof. Dr Josias de Castro Galvão).

<sup>34</sup> Mais informações sobre o cadastro de produção orgânica e a certificação participativa. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br> acesso: fevereiro de 2018.

acompanhada pelos consumidores no qual podem estabelecer uma relação de confiança e também visitar as unidades produtivas.

**Figura 21: momento de diálogo sobre a reestruturação da FA (representantes da CPT Sertão e camponeses). Figura 22: reinauguração da FA de Cajazeiras -PB**



**Fonte:** Estudo de campo, acervo do projeto PIBIC/ 2016/2017, ambas as figuras no mesmo dia, data: 10.02.07. PEREIRA (2017).

Nessa perspectiva um dos passos para obter a certificação participativa, foi à criação do estatuto da associação, a partir das reuniões da rede de cultivos, e com base no estatuto da ECOVÁRZEA. No qual através do debate com os camponeses membros da rede, foram selecionados e modificados os itens e normas para a criação do seu próprio estatuto.

Sendo assim, depois de vários encontros e discussões, foi criado no dia 22 de abril de 2017, o Estatuto da Associação dos Camponeses e Camponesas Agroecológicos do Alto Sertão Paraibano – Associação Sertão Agroecológico.

Segundo o estatuto da Associação Sertão Agroecológico<sup>35</sup>, esta Associação tem como função: organizar, e reunir os camponeses e camponesas sócios (as) na comercialização da produção orgânica e agroecológica, tendo como objetivos:

- a) Unir os Camponeses (as) agroecológicos dos assentamentos e acampamentos integrantes da Rede de Cultivos Agroecológicos do Alto Sertão Paraibano;
- b) Garantir a produção orgânica e agroecológica dos (as) camponeses (as) associados (as);

<sup>35</sup> O Estatuto da Associação Sertão Agroecológico, está inserido neste trabalho no anexo E.

- c) Fortalecer a autogestão dos (as) associados (as) pela organização, administração e escoamento de seus produtos;
- d) Criar novos canais para escoar a produção orgânica e agroecológica dos camponeses (as) associados (as);
- e) Intermediar o escoamento dos produtos orgânicos e ecológicos exclusivamente dos (as) seus (suas) sócios (as);
- f) Favorecer a elaboração de projetos para beneficiar esta associação;
- g) Promover a formação e capacitação de temáticas afins desta associação;
- h) Solicitar assessorias necessárias para as ações eminentes dessa associação, através de parcerias, convênios com organismos governamentais ou não governamentais ou de remuneração com recursos próprios;
- i) Garantir os serviços técnicos especializados em produção orgânica e agroecologia para o acompanhamento dos (as) camponeses (as) – sócios (as), através de parcerias, convênios com organismos governamentais ou não governamentais ou com recursos próprios;
- j) Promover eventos de mobilização, intercâmbios e confraternização entre os (as) sócios (as) e seus convidados (as);
- k) Administrar os bens da associação; Fonte: (Estatuto da associação, n. p. 2017).

Como podemos observar a Associação Sertão Agroecológico articula os camponeses acampados e assentados de reforma agrária, vinculados como sócios e tem o apoio desta entidade para capacitação, intercâmbios, auxílios na comercialização direta, e também para a produção agroecológica, e as bases para os procedimentos da certificação de produção orgânica.

A organização é composta por um regimento interno no qual os sócios (as) vinculados devem seguir os atributos deste regimento, e a administração é composta por uma Assembleia Geral; Coordenação Executiva; Conselho Fiscal; Conselho de Ética. Esta associação e a rede de cultivos apoiam a certificação participativa em OCS que está em reconhecimento no MAPA, nos meses de setembro e outubro de 2018 foram realizadas reuniões na sede CPT Sertão em Cajazeiras-PB, tendo como uma das pautas a certificação participativa.

As famílias que estão participando atualmente da feira agroecológica são seis famílias das unidades produtivas dos assentamentos Santo Antônio (UP1, UP2), Edvaldo Sebastião (UP3), Frei Beda (UP4), Valdeci Santiago (UP5, UP6). Estas unidades produtivas afirmaram que comercializam desde o início desta FA em fevereiro de 2017. Assim no quadro na ( figura 23p. 73 descrevemos os principais produtos que são comercializados.

Desta forma podemos notar uma boa variedade na produção, principalmente de hortaliças, legumes e frutas, e no beneficiamento, também possui uma boa variedade de comidas típicas locais. Porém os camponeses afirmaram que os consumidores procuram outros produtos como maior variedade de hortaliças e de legumes.

Todas as unidades produtivas camponesas vinculadas a FA ressaltaram que não compram nenhum produto do mercado atravessador, e que todos os produtos alimentícios são da própria produção familiar. Apenas a UP5 (Valdeci Santiago) afirmou que quando falta



produtos para a comercialização, leva do vizinho da UP6 (Valdeci Santiago), ambas UPs são do mesmo assentamento, e participam da rede e da associação.

Neste caso existe uma relação de confiança dupla, pois, as produções familiares são próximas e ambos conhecem e visitam a produção. Haja vista que um dos passos da certificação participativa em grupo é justamente garantir e assegurar através das visitas de intercâmbio e verificação de conformidade que o outro membro do grupo produz de forma agroecológica, pois a certificação participativa é em grupo, e cada um se responsabiliza por todos<sup>36</sup>.

**Figura 23: quadro dos principais produtos comercializados na FA de Cajazeiras - PB**

<b>Principais produtos que os camponeses levam para a feira agroecológica</b>	
<b>Produtos (vegetal e animal)</b>	<b>Beneficiamento</b>
coentro, cebolinha, jerimum, quiabo, hortelã, alface, couve, maracujá, banana, mamão, alface, cajá, laranja, manga, feijão verde, peixe, ovo de galinha, pimenta de cheiro, tomate cereja, couve, rúcula, feijão verde, fava, alface, macaxeira, cebola, batata-doce, coco, limão, mamão, laranja, acerola, cebola, coco, limão, mamão, laranja, acerola.	doce, bolo, galinha de capoeira, queijo de coalho, bolo, doce, carne de bode, buchada, pamonha, canjica.

**Fonte:** Tratamento de dados (PEREIRA, 2018).

Sobre os produtos que são vendidos na feira agroecológica as famílias camponesas afirmaram que consomem regularmente todos. E que não produzem algo exclusivamente para o consumo familiar. E no depoimento ressaltaram os camponeses na UP1(assentamento Santo Antônio) o “excedente é o que é vendido, comer primeiro nós, que é da família, para depois vender o excedente” da UP5 “Em primeiro lugar a família”. (Informação verbal<sup>37</sup>).

Assim podemos notar a preocupação dos camponeses em manter a segurança alimentar da família, e posteriormente com aumento da produção comercializar o excedente.

<sup>36</sup> Mais informações acesse o MAPA: <http://www.agricultura.gov.br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/cartas-de-servico/desenvolvimento-agropecuário-cooperativismo-e-associativismo-rural/producao-organica>. Acesso: novembro de 2018.

<sup>37</sup> Trabalho de campo agosto/2018 (PEREIRA, 2018).

Enquanto ao transporte da produção, os camponeses afirmaram que não recebem auxílios neste setor, tal transporte dos produtos para a comercialização na FA são feitos de veículos próprios. No qual quatro das UP utilizam o carro familiar para transportar os produtos.

No caso da UP4 (assentamento Frei Beda) ressaltou que traz de motocicleta, porém não mencionou nenhum problema relacionado ao transporte. A UP5 (assentamento Valdeci Santiago) afirmou que leva os produtos para a FA de motocicleta (veículo próprio) ressaltou que “É difícil só de chegar aqui porque é longe, eu venho de moto, porque sou velho e fica difícil de trazer, devido ser de moto, ovos quebra, já sofri queimaduras”. (informação verbal<sup>38</sup>). Assim podemos notar a dificuldade deste camponês para levar os produtos para a FA.

Pois, esta produção como mencionado acima é localizada no assentamento Valdeci Santiago é a mais distante do ponto de comercialização da FA. Em torno de 27 km para a cidade de Cajazeiras-PB, além das dificuldades também nos percursos na estrada observadas durante o trabalho de campo, como buracos, desníveis, que também prejudicam a perda do produto como foi relatado acima.

Sobre as dificuldades na comercialização ressaltaram das UP, ressaltaram que alguns consumidores da FA às vezes reclamam dos valores dos produtos. Nesse sentido esta questão deve ser discutida a partir das reuniões dos camponeses, principalmente sobre a catalogação dos preços. Os camponeses mencionaram que os consumidores, às vezes reclamam da falta de alguns itens procurados. Esta falta de produtos é relacionada justamente a diversificação dos produtos na comercialização na FA.

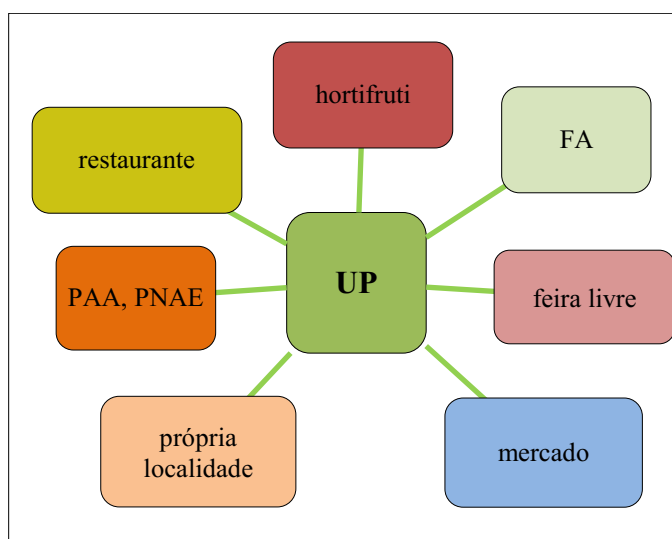
No qual também é necessário verificar em reuniões com o próprio grupo de feirantes, a oferta e a demanda destas UP, e no caso a rede de cultivos e a associação podem verificar as plantações nos locais e buscar promover e potencializar, diversificando as produções, de acordo com os recursos disponíveis como também apoio e auxílios governamentais, através dos projetos.

Conforme vemos na figura 24 (p. 75) o Fluxograma dos canais de comercialização das UP do grupo da feira agroecológica

---

<sup>38</sup> Depoimento do camponês UP5(Valdeci Santiago) trabalho de campo Pereira, 2018.

**Figura 24: Fluxograma dos canais de comercialização das Unidades de Produção**



Fonte: Elaborado por: (PEREIRA, 2018).

Conforme podemos observar na figura, através do tratamento de dados constatamos que todas as UP comercializam a produção na própria localidade e na FA. No caso da UP3 (assentamento Edvaldo Sebastião), afirmou que comercializa as sobras dos produtos da FA, na feira convencional no sábado no centro no município de Cajazeiras-PB, no período de oito anos. Na qual afirmou que o preço do produto da feira convencional é menor que o preço da feira agroecológica.

Devido à concorrência dos produtos na feira convencional, os preços ficam sujeitos à barganha. Como também notamos que devido não ser uma comercialização direta que valorize o produto agroecológico, assim esta produção passa a concorrer e ter o mesmo preço do convencional.

A UP4 (assentamento Frei Beda) vende quase todos os produtos na FA, e sobra em torno de 5% da produção. Esta sobra que é vendida para os atravessadores (hortifruti, restaurantes) de Cajazeiras - PB. Porém o mesmo afirmou que vende o produto como agroecológico/orgânico pelo mesmo valor da FA. Assim, para esta alternativa de escoamento da produção, podemos considerar como boa, pois estabelece também uma oportunidade de acesso para estes mercados, sem perder a valorização do produto.

A UP6 (assentamento Valdeci Santiago) o camponês afirmou que também vende para o atravessador, porém às vezes o produto fica pela metade do valor que seria vendido na feira agroecológica “coentro vendo por R\$ 0,50 centavo ao atravessador, coentro aqui na feira

agroecológica é R\$ 1,00”. (Informação verbal<sup>39</sup>). Neste caso observamos uma perda da valorização da produção agroecológica para esta família. Pois o valor da venda da FA seria uma ou duas vezes maior.

Em contrapartida, o mercado atravessador que adquire este produto multiplica em torno quatro vezes do valor inicial, ou seja, a desvalorização do produto, como também do tempo e do trabalho familiar, e o custo e benefício desta renda dos produtos para esta família.

Nesta mesma UP6 (assentamento Valdeci Santiago), destaca-se sendo a única produção que vende para os programas governamentais o Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, assim o camponês afirmou que vende para estes programas, em torno de 4 à 5 anos. Ressaltou que o produto é vendido como produto agroecológico/orgânico, e que considera o preço bom. Porém, relatou a demora pra receber o retorno financeiro no repasse da prefeitura municipal de Cajazeiras-PB.

As sobras da produção de cinco UP familiares, ambas mencionaram que costumam vender quase tudo na feira agroecológica, e o que sobra da produção é em torno de 20 à 25% e é utilizada para o consumo familiar, alimentação dos animais. Enquanto as sobras dos produtos beneficiados são armazenadas, e também vendem na própria localidade.

Podemos observar que a venda de todas as unidades produtivas são boas, e que a FA permite um bom retorno na venda dos produtos. Assim, podemos observar uma integração cíclica entre o consumo familiar, a venda da produção, e o retorno para as UP como o auxílio na alimentação da criação de animais, esse tal ciclo fortalece a produção agroecológica.

Em contrapartida, ao serem indagados sobre a infraestrutura da FA, os camponeses mencionaram que não tem banheiro próximo, e os mesmos ressaltaram que utilizam o banheiro do açougue público. Outros itens mencionados foram às barracas que são utilizadas para exposição dos produtos. Pois como são guardadas durante a semana no depósito (açougue público), afirmaram que são pesadas e que necessita de 1-2 pessoas para transportar para o local da feira agroecológica.

Outra necessidade de melhoramento citado por um camponês foi o mau cheiro, que às vezes sentem devido a FA ser próximo de um canal, que comporta alguns esgotos da cidade. Na prática de como sugerem essa melhoria afirmou uma camponesa participante da UP2 do assentamento Santo Antônio, que a realização FA poderia ser em um local adequado como um balcão, no qual as barracas já ficassem instaladas, durante a semana.

---

<sup>39</sup> Informação dos resultados dos questionários anotações da visita a feira agroecológica de Cajazeiras-PB, agosto. (PEREIRA, 2018).

Assim, notamos que é necessária uma própria reunião entre os membros e também com os órgãos e entidades que possam contribuir nesta questão estrutural da instalação de um banheiro. Enquanto a estrutura de balcão é outro ponto a ser visto com mais cautela, devido à feira ser localizada em uma praça pública fica inviável, teria que no caso haver uma mudança de local.

Entretanto todos os camponeses das UPs afirmaram que avaliam os espaço da FA como ótimo, e que estão satisfeitos com o local da realização da mesma na praça, por ser um local de fluxo de pessoas, e ser uma área central. No qual relatou a camponesa da UP1 (assentamento Santo Antônio) que participava da primeira FA de 2003, “a localização é melhor agora, por que a outra era muito escondida, agora é mais visível pra gente, toda semana aparece gente diferente” (informação verbal<sup>40</sup>).

Sobre o principal desafio para manter a feira agroecológica ativa, os camponeses mencionaram as dificuldades que foram descritas no item de produção em (experiência agroecológica, 2.2), tais como: a produção, os materiais, utensílios, falta de produtos, e o controle das pragas, como também a estrada e o percurso. Assim, vejamos que são necessários incentivos e apoios técnicos, como também políticas públicas que possam contribuir com a permanência da comercialização do excedente da produção para a venda direta.

### 3.3.1. Caracterização Socioeconômica Familiar e a Renda da Feira Agroecológica

Desta maneira todas as unidades produtivas consideraram o papel / função que a mulher desempenha na família como muito importante. Nos resultados destacaram que elas participam da produção, na comercialização e no trabalho doméstico.

Como podemos notar nesse depoimento da camponesa da UP2 (assentamento Santo Antônio) sobre o papel/função do trabalho da mulher na família, a camponesa afirmou “*Nós aqui, nós faz tudo, vou buscar gado em roça, vou deixar, vou pra roça, catar feijão, eu só não limpo o mato, mais o resto*”. (informação verbal<sup>41</sup>)

Nesse sentido podemos notar através desta fala o empoderamento da mulher camponesa, ao afirmar que faz todas as funções, percebe-se a importância da função da mulher na família, haja vista que também participam de forma política nas lideranças nos assentamentos, e nas reuniões da rede e na associação, consideramos as mulheres aqui neste estudo como protagonistas nas produções familiares, e também na articulação territorial.

---

<sup>40</sup> Estudo de campo, camponesa da UP1 (assentamento Santo Antônio), agosto, Pereira (2018).

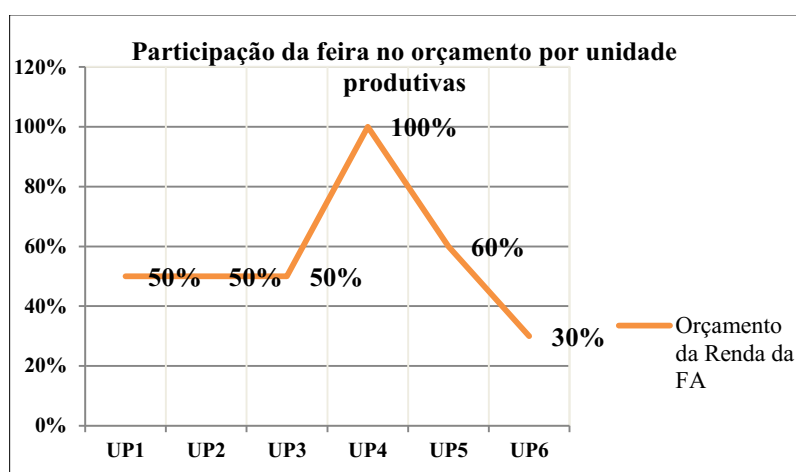
<sup>41</sup> Pesquisa direta UP2 (assentamento Santo Antônio), trabalho de campo agosto, Pereira (2018).

Em outro aspecto sobre o papel que os jovens desempenham na unidade produtiva familiar, ambas as famílias camponesas ressaltaram que os jovens participam no trabalho na produção, no trabalho doméstico, e estudam como também ajudam na comercialização. Assim podemos notar a participação do jovem tanto na continuidade na aprendizagem cultural da família no modo de produção camponês.

Sobre a renda familiar, os camponeses afirmaram que a principal atividade geradora de renda da família vem da agricultura. No qual através do gráfico da (figura 25) representamos o orçamento familiar.

Sobre a renda da feira agroecológica, as UP-1, UP-2 (assentamento Santo Antônio) ressaltaram que não é suficiente para a necessidade familiar, que representa em torno de 50% do orçamento familiar, e que se tivessem investimentos para o aumento da produção, teriam mais produtos para comercializar na FA consequentemente melhoraria a renda.

**Figura 25: Gráfico participação da FA no orçamento familiar das UP**



Fonte: elaborado e organizado por (PEREIRA, 2018).

No caso da UP-3 (assentamento Edvaldo Sebastião) ressaltou que a renda da FA é suficiente, porém representa em torno de 50% do orçamento. Ou seja, metade do orçamento é da renda da FA, e a outra é preenchida com atividades também providas da agricultura como a venda em outros canais de comercialização.

A UP- 4 (Frei Beda) ressaltou que a renda feira não é suficiente para a necessidade familiar, e seria necessário ter mais produtos, afirmou que representa a porcentagem de 100% da renda familiar. Notamos que neste caso existe uma discrepância na afirmativa, pois se a renda representasse o valor total da renda familiar, consequentemente seria suficiente.

A UP-5 (assentamento Valdeci Santiago) ressaltou que a renda da FA é suficiente para a necessidade familiar, e que representa em torno de 60%, que é de suma importância contribuindo na saúde, e nos gastos domésticos.

A UP-6 (assentamento Valdeci Santiago) afirmou que a renda da FA não é suficiente, e que representa 30% do orçamento. Assim a venda na FA é um complemento da renda familiar, a outra renda vem dos programas governamentais para agricultura familiar (PAA e PNAE) e do mercado atravessador.

Durante o encontro da Rede de Cultivos Agroecológicos do Alto Sertão, a camponesa integrante da feira agroecológica da UP1 (assentamento Santo Antônio) ressaltou o seu registro anual familiar:

-Bom, bom dia. Essa aqui só é da minha família, foi vendido 1.271 molho de cuentro, 730 pés de alface, 84 pacotes de feijão, 172 pacotes de gergelim, 230 pacotes de tomate, 352 molhos de salsinha, doces em geral 237 potes, mamão 593 quilos, maracujá 105 quilos, jerimum 557 quilos, bolo de caco 1.024 unidade, quiabo 117 pacotes, bolo de forma em geral 293 fatias, galinha só vendi 20 unidade, cocada 691 unidade, maxixo 32 pacote, rúcula 82 pés, ovo 47 dúzias, peixe 38 quilos e meio, hortelã 68 molhos, cebola 232 molhos. Ai foi vendido que era pouco e não deu tempo de fazer essa noite goiaba, acerola, polpa, pimentão, malva, limão e artesanato. Dia 10 de fevereiro que começou a feira até sexta-feira passada, a minha família eu fiz R\$16.424,00 (Relato da camponesa da UP1, 2017<sup>42</sup>).

Assim podemos notar que em 11 meses da FA, esta família conseguiu obter um bom retorno na comercialização em torno do valor contabilizado de R\$ 16.424,00, e que contribui para as conquistas e principalmente incentivos para a continuação na feira agroecológica. Apesar dos gastos assessoriais como transporte e também itens para a produção de beneficiamento, materiais para a produção.

Neste aspecto sobre o registro das produções e da comercialização, quatro das UP afirmaram que notam em cadernos, agendas. Enquanto outras duas UP ressaltaram que anteriormente notavam, e que hoje ambas não tem o controle completo. Assim, é necessário haver este registro dos produtos por parte das unidades produtivas, pois, permite compreender o retorno obtido através da renda dos produtos, e além da porcentagem ou valores obtidos pela viabilidade dos produtos mais vendidos.

Entretanto, os avanços com o retorno a reestruturação da feira agroecológica na produção e na renda, todas as unidades produtivas ressaltaram que obtiveram melhoria na produção e na renda. A UP-1 (assentamento Santo Antônio) relatou que depois da FA, conseguiu colocar um trabalhador pra ajudar na colheita, e que a renda da FA também

---

<sup>42</sup> Encontro da rede de cultivos agroecológicos (para avaliação anual da atuação desta rede), onde os camponeses da feira agroecológicas de Cajazeiras-PB, ressaltaram sobre a produção, a comercialização do ano de 2017. (CPT Sertão) 29 de novembro de 2017. Fonte: Participação como ouvinte da reunião (PEREIRA, 2018)

auxiliou na compra do transporte familiar. Também ressaltaram que através da renda na FA conseguiram reformar suas casas tanto a UP-1, como a UP-3 (Edvaldo Sebastião).

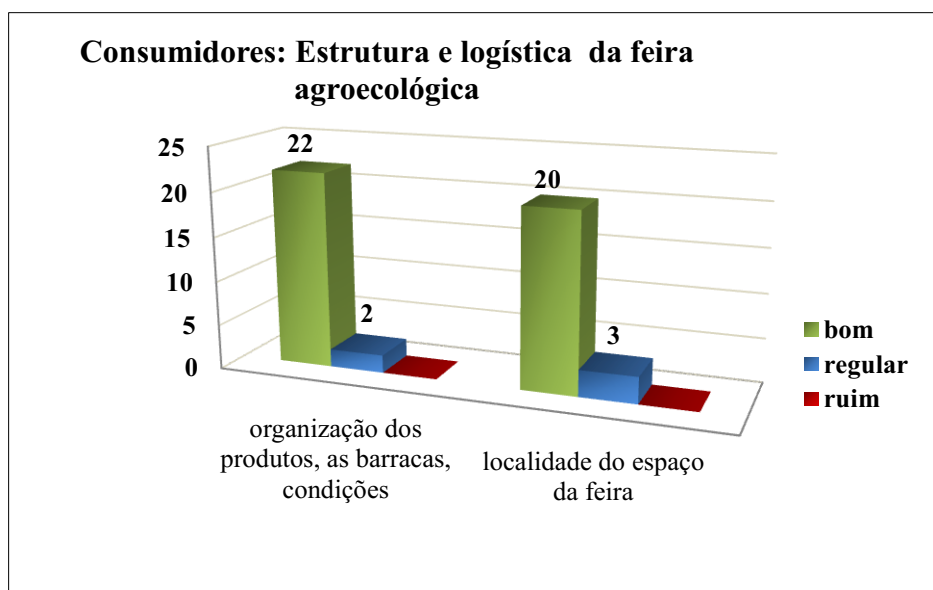
Podemos entender que a FA de Cajazeiras – PB para estas famílias camponesas vai além de uma alternativa de comercialização direta. Como os mesmos representaram em suas palavras positivas: “ajudou a família”; “tudo de bom”; “conquista”; “saúde” “vida saudável”. Assim, através desta visão dos camponeses, pudemos entender que a FA contribui para a melhoria da qualidade de vida nos assentados de reforma agrária.

Sendo esta FA considerada aqui neste estudo, como um meio de representação cultural camponesa na cidade, através das conquistas nos assentamentos, que diante décadas de lutas pelo direito e acesso a terra, pela convivência com o clima, e pela sua reprodução social enquanto incentivo e importância da reforma agrária.

#### 3.4 Os consumidores da feira agroecológica de Cajazeiras – PB

Entendemos que os consumidores são importantes para manter a feira agroecológica ativa. E assim fez-se necessário verificar a opinião dos mesmos sobre a estrutura, a logística, a qualidade dos produtos e a quantidade expressa nos valores destes produtos da feira agroecológica. Assim para compreender a estrutura e a logística da FA e a localização podemos observar na figura 26.

**Figura 26: Gráfico da estrutura e logística da FA**



**Fonte:** Pesquisa direta, 2018. Elaborado e organizado por: PEREIRA, 2018.

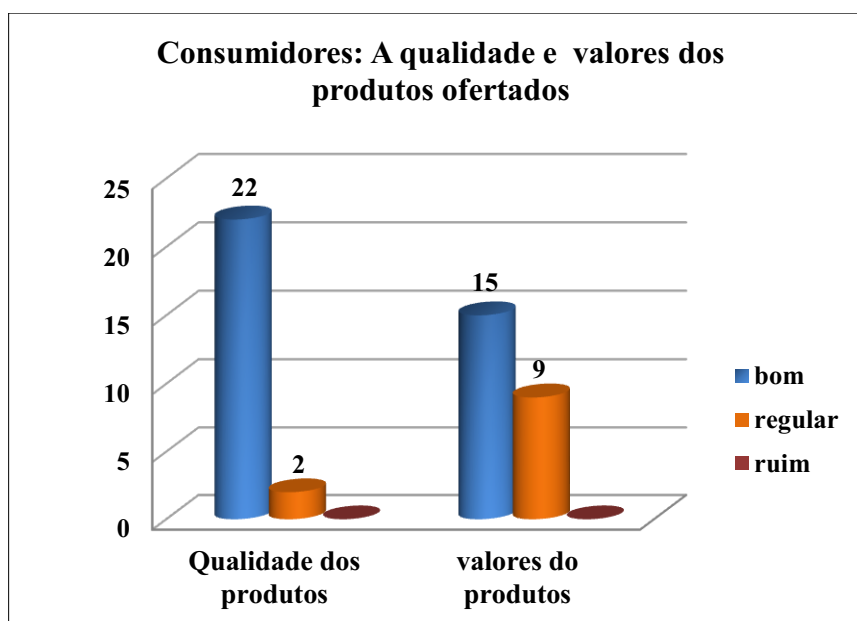


Enfatizamos que na organização dos produtos, as barracas as condições, afirmaram 22 consumidores que consideram boas, e outros 2 consumidores mencionaram regular. Assim a maior parte demonstrou satisfação, pois acrescentaram como ótimo e “*excelente bem organizado, tudo limpinho, são poucas barracas deveria ser mais ampliada*”. (consumidor U<sup>43</sup>).

Em termos de localização e espaço da feira agroecológica, 20 consumidores mencionaram bom, e outros 2 regular. Assim, justificaram sobre o espaço da FA e acrescentaram a valoração de: ótimo, excelente, mencionaram ser um espaço amplo e acessível que é permitido estacionamento. Como podemos perceber por ser uma área central da cidade, e uma rua larga recém-estruturada e asfaltada.

Neste sentido fez se necessário pensamos na comparação da quantidade e qualidade dos produtos que são ofertados na feira agroecológica, assim apresentamos na figura 27 abaixo os produtos ofertados e a qualidade e os valores

**Figura 27: Gráfico - avaliação da qualidade e valores dos produtos**



**Fonte:** Pesquisa direta, 2018. Elaborado e organizado por PEREIRA (2018)

Como podemos observar na figura acima, cerca dos 22 consumidores afirmaram que consideram a qualidade do produto boa, e relataram que os produtos agroecológicos tem mais sabor. Apenas 1 avaliou como regular, no qual ressaltou que e é preciso melhorar a qualidade

<sup>43</sup> Consumidor (U). Tratamento de dados pesquisa direta feira agroecológica de Cajazeiras-PB, julho (PEREIRA, 2018).

dos produtos. Desta maneira podemos perceber que os consumidores veem o produto agroecológico com o diferencial no setor de produção, e disseram que “*não adianta um produto grande sem qualidade e com veneno*”. (informação verbal, consumidor B)<sup>44</sup>.

Nesse sentido, entra justamente no qual os estudiosos ressaltam, que o mercado convencional implementou o padrão de que o produto grande, é melhor, mais bonito, justamente por que consideram apenas a aparência do produto. Sem dar importância ao essencial da produção agroecológica no qual ressalta Altieri deve-se considerar “O que é produzido, como é produzido para quem é produzido” (ALTIERI, 2004. p. 21).

Assim, deve-se levar em consideração que é produzido de forma agroecológica, e também como o camponês utiliza as práticas nas plantações sejam de manejo sustentável, do uso de adubos naturais entre outros. E os produtos que são produzidos e direcionados primeiramente ao consumo familiar, e sucessivamente para os consumidores.

Sobre os valores dos produtos ofertados 15 consumidores consideraram bons, e dos resultados regular foram 9 destes e relataram que acham caro. Dos que afirmaram ser bons afirmaram que o “*preço é bom de mercado, até mais barato que supermercado, hortifrut*” (consumidor S), “*devia ser mais caro, porque é comida boa*” (consumidor M) “*por ser orgânico está é barato*” (consumidor U<sup>45</sup>).

Podemos notar através dos relatos que são opiniões divididas e relacionadas, porém a maioria consideraram os produtos como bons, e os que retratam o preço regular. Assim é equilibrado entre estes dois itens, a satisfação da qualidade e os valores.

Observamos também que é necessária a conscientização de alguns consumidores. Pois, é uma produção que exige mais tempo, mais cuidado, e que neste sentido pode ser agregada valor de forma singular, não pelo produto em si, mas por aquilo que ele carrega em seu conteúdo, por ser um produto saudável recheado de (sabor, qualidade, nutrição).

### 3.4.1 O Imaginário Social dos Consumidores e Transeuntes

O imaginário social abordado aqui será direcionado a visão dos consumidores e os transeuntes em três pontos: o que eles entendem sobre o produto orgânico/agroecológico? As

---

<sup>44</sup> Consumidor (B) Tratamento de dados pesquisa direta feira agroecológica de Cajazeiras Paraíba, julho (PEREIRA, 2018).

<sup>45</sup> Pesquisa direta, anotações caderno de campo, visita a feira agroecológica/ julho (PEREIRA, 2018)

palavras que representam a feira agroecológica de Cajazeiras-PB de maneira individual para estes sujeitos e a estrutura e organização da Feira Agroecológica para os mesmos.

É importante ressaltarmos uma visão geral dos transeuntes, que mencionaram que devido passarem pelo local veem a FA haja vista que são trabalhadores, estudantes, e pessoas de cidades circunvizinhas. Assim, ressaltaram que nunca compraram os produtos que são vendidos.

Sobre estrutura e organização mencionaram é raro passarem em frente à feira, ou seja, desconhecem a feira agroecológica. Pois, notamos que existe um estranhamento dos transeuntes e até mesmo um desconhecimento conforme podemos notar no relato “*pensava que era uma feira normal*” (transeunte 4). *Não comprei porque é caro compro lá em baixo* (transeunte 1). “*acho mais caro que o normal*” (transeunte 2 )<sup>46</sup>.

Através das falas podemos notar principalmente a falta de informação, sendo necessária mais divulgação da feira agroecológica na cidade. Conforme um dos transeuntes mencionou que pensava que era uma “feira normal” comparando com a feira convencional do sábado. Principalmente neste aspecto seria necessária uma identificação da feira agroecológica como placas, faixas, ou até mesmo divulgação nas mídias sociais em internet, no qual a informação chega mais rápido à população.

As questões dos valores dos produtos ressaltaram que acham os valores altos, justamente por procurarem produtos com valores mais baixos, e por serem consumidores também da feira livre, onde geralmente os valores são mais baixos, tanto pela maior quantidade, pela desorganização dos produtos na feira convencional, além disso, haja vista que a grande maioria não se interessa pela origem dos alimentos, ou como estão sendo produzidos.

Assim Serpa buscando entender o imaginário o futuro e a cidade com base nos estudos de Lefebvre ressalta

A cidade não cria nada, mas centraliza as criações. E, contraditoriamente, cria tudo! Nada pode existir sem intercâmbio, sem aproximação, sem proximidade, sem relações.[...] Trata-se portanto de refletir o futuro da cidade e da sociedade urbana a partir de uma outra lógica, não hierarquizada, que enfatiza as qualidades dos conteúdos em detrimento das quantidades e das mensurações. (SERPA, 2008, p. 62 - 63).

E neste enfoque a FA promove esse intercâmbio das diferentes relações ligadas as contraditórias com o mercado convencional. E do outro a produção camponesa que busca a qualidade a partir desta “*centralização da sua criação*” por ser realizada e pensada a partir das

---

<sup>46</sup> Relatos anotações aplicação do questionário da pesquisa com os transeuntes, feira agroecológica / julho (PEREIRA, 2018).

qualidades, e com a criação de alternativas de mercado para os camponeses na comercialização direta.

Através desta leitura podemos ver a FA, como espaços de múltiplas relações: para os camponeses (reprodução social); consumidores (oferta de alimentos saudáveis); transeuntes (espaço de movimentação para as atividades cotidianas).

Neste aspecto para entendermos as duas visões dos consumidores e transeuntes sobre os produtos agroecológicos/orgânicos. Os consumidores afirmaram serem produtos saudáveis, e terem boa qualidade, sem agrotóxicos, conservam mais, e proteção ao meio ambiente.

Alguns dos transeuntes não responderam, pois mencionaram que não entendem, e que não conhecem o produto agroecológico/orgânico<sup>47</sup>, devido não comprarem e não consumirem. Sendo assim, sintetizamos e selecionamos quatro depoimentos das visões dos consumidores e transeuntes sobre o produto agroecológico / orgânico conforme podemos ver na figura 28.

**Figura 28: quadro visão dos consumidores e transeuntes sobre o produto agroecológico/orgânico**

Visão sobre o produto agroecológico/ orgânico	
Consumidores	Transeuntes
“só traz benefícios pra gente, porque não tem agrotóxicos, diferente do alimento que é ruim pra gente (consumidor P)”	“não tem nenhum tipo de agrotóxico, colhido de forma manual”(transeunte 3)
“que é um produto que trás benefícios para a saúde de todos nós” (consumidor Q)	“não conheço orgânico” (transeunte 4)
“não ofende, porque os outros que tem por ai tudo tem produto dentro” (Consumidor W)	“entendo que é sem agrotóxico” (transeunte 5)
“só em ser bom o logotipo já diz tudo, o cheiro verde 5 dias já está bom, a qualidade do produto. Conheço o trabalho dos feirantes desde o início. Aproveito tudo dos produtos (até a raiz do coentro) serve para tempero”(consumidora J).	“sem veneno essas coisas, sem veneno” (transeunte 9) .

Fonte: Pesquisa direta, 2018. Elaborado e organizado por: PEREIRA (2018).

Desta maneira podemos observar que na visão geral dos transeuntes é: “não contém agrotóxico, ou sem veneno”. Haja vista que alguns afirmaram que não conhecerem o produto agroecológico/orgânico. Neste sentido mesmo passando próximo nas atividades cotidianas

<sup>47</sup> Existem diferenças conceituais entre produtos agroecológicos e orgânicos, no qual não vamos conceituar ou comparar neste trabalho. Porém colocamos aqui pelo conhecimento da população, por alguns generalizarem ou assemelharem um ao outro, ou quando não conhecem o agroecológico, ou apenas o orgânico.

ressaltaram que não conheciam. Ressaltamos a questão da propaganda e divulgação, uma primeira do diálogo do tema produto agroecológico/ orgânico e segundo da feira agroecológica.

Assim, pensar o imaginário neste contexto, é, sobretudo consideramos que os consumidores de Cajazeiras têm essa visão além do consumo, que privilegiarem a qualidade. Como um modo de produção e o saber do camponês que respeita o meio ambiente, através desta alternativa que prioriza a saúde da população, a qualidade nutricional dos alimentos, conforme o depoimento da consumidora (J) na figura 28 acima, a duração do produto o coentro no armazenamento. Devido serem produtos agroecológicos, que não tem conservantes químicos, a durabilidade e o sabor são diferenciados, comparado aos produtos que são ofertados no mercado, e na feira convencional.

Pode-se afirmar que através das falas dos consumidores, pois notamos que os mesmos entendem que o produto agroecológico/orgânico vai além de não conter agrotóxicos. E neste enfoque sobre esta visão destes sujeitos, sobre o imaginário social, no qual conceitua Baczko apud Magalhães,

[...] o imaginário social pode ser compreendido como um conjunto de representações coletivas associadas ao poder. Neste sentido, o autor destaca a natureza política do imaginário social, marcado por um conflito que busca a apropriação e utilização das representações coletivas. (BACZKO apud MAGALHÃES, 2016. p. 94).

Com base nesta afirmativa dos autores, o imaginário social é considerado como conjuntos de representações através da leitura de mundo de uma maneira subjetiva, e que pode se externalizar e se expressar nas representações coletivas.

Neste contexto na busca de compreender a leitura e o imaginário da feira agroecológica para consumidores e transeuntes pedimos para que os mesmos definissem a feira agroecológica em uma palavra. Assim organizamos as respostas na representação na figura 29 no quadro.

**Figura 29: Quadro definição da feira para os consumidores e transeuntes**

Definições da feira agroecológica para os consumidores e transeuntes	
Consumidores	Transeuntes
Tudo de bom; positiva; excelente; alimentação saudável; meio de vida;	Necessária; válido; Saúde;
Qualidade de vida; oportuna; criativa;	Vida saudável; útil; boa
Saúde; ótima; ficar ativa; remédio; boa qualidade; benefício.	Conscientização.

Pesquisa direta. Elaborado e organizado por (PEREIRA, 2018).

Podemos observar que a feira agroecológica é representada por ambos os sujeitos consumidores e transeuntes, em todos os aspectos como ótima avaliação, como mencionaram acima apenas qualidades, e representações positivas.

Constitui-se assim um imaginário futuro de uma sociedade mais próxima da valorização do modo de vida camponês e também da importância da produção agroecológica. Na qual sobre o imaginário Serpa afirma

Imaginar é abstrair a realidade para a ela voltar após o sonho. Sonhar uma nova realidade para além do presente e do passado requer também coragem para imaginar um outro mundo, outros modos de vida possíveis, para além da sociedade do consumo e da mercadoria. (SERPA, 2008, p. 65).

Dessa maneira, o imaginário dos camponeses e transeuntes sobre o produto agroecológico/orgânico parte deste princípio, de imaginar o futuro, não apenas da procura do produto pelo valor, pela quantidade. Mas, que ambos também na práxis compreendem como a valorização qualitativa no qual ressaltaram em suas palavras, como saudável, e que contribui para a melhoria da qualidade de vida das populações futuras.

De modo geral buscamos finalizar este diálogo com o pensamento de Serpa “Uma Geografia assim deve estar atenta às experiências do fazer e do agir solidários, às experiências de autonomia e aos seus desdobramentos futuros”. (SERPA, 2008, p. 66).

Nesse sentido o imaginário social nos fez compreender através dos resultados que as feiras agroecológicas para os camponeses, são uma das experiências em busca da sua autonomia. E o consumidor ao adquirir ao produto saudável consegue perceber que também está contribuindo com uma agricultura que respeita os recursos naturais. A tentativa agora é que toda a sociedade veja por este lado, e que pensem no meio ambiente e nas gerações futuras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos através deste estudo dialogar com a comunidade acadêmica a importância da questão agrária nas Escalas: nacional, estadual, regional e local. Por considerarmos a temática de extrema relevância tanto no setor político, quanto social, estamos debatendo-a na ousada perspectiva de conscientização da sociedade geral.

Através de leituras contabilizamos séculos de lutas pela terra no Brasil. Incalculáveis conflitos no campo e lutas por direitos sociais básicos. Somemos essas características ao fato que o país nunca se atentou para uma reforma agrária mínima que seja. Desde o início da sua formação econômica e territorial, pautada na exploração do trabalho dos povos tradicionais, o Brasil é marcado pela concentração das terras. Característica histórica que se reflete hoje na resistência dos acampamentos e assentamentos de reforma agrária, buscando garantir a segurança alimentar e sua reprodução social familiar.

Esperamos contribuir com a temática sobre as feiras agroecológicas do Alto Sertão, e socializarmos a nossa hipótese primária: que a produção agroecológica é capaz de fortalecer a territorialidade camponesa através das feiras agroecológicas como a de Cajazeiras – PB. Promovendo o sentimento de pertencimento cultural aos assentamentos de reforma agrária, e as conquistas desses territórios. Mesmo que a passos lentos.

A feira agroecológica consegue garantir trabalho, saúde, conhecimento para os camponeses e para os consumidores. Além de adquirir alimentos saudáveis, proporciona uma relação recíproca de múltiplos benefícios, educação ambiental, educação no campo e na cidade e cidadania.

Acrescentamos ainda que a certificação participativa ainda está em andamento pela CPT-IFBDS, em torno de 2016 iniciaram-se os debates e reuniões, e o curso de legislação e produção orgânica, além da visita de avaliação de conformidade. E posteriormente o primeiro passo que foi a criação da Associação Sertão Agroecológico, para as famílias camponesas que participam das feiras agroecológicas e são vinculadas a rede de cultivos e associação. Mesmo que seja um caminho que necessita de apoio para impulsionar este processo, a CPT entre setembro/ outubro de 2018, está impulsionando este processo de reconhecimento em OCS pelo MAPA.

É precisamente importante à certificação participativa, pois quando alcançada, será um grande avanço a Associação Sertão agroecológico. Pois permitirá que os camponeses possam ter o reconhecimento e a valorização de sua produção orgânica. Facilitando a

identificação da produção agroecológica e a participação em programas sociais da agricultura familiar nas esferas municipal, estadual.

Ressaltamos sempre ao longo deste estudo à extrema relevância do respeito à natureza, como também a valorização da produção local destes assentamentos. A cidade, o meio ambiente e a sociedade podem desatar os nós da exclusão social e cultural.

A Agroecologia busca o respeito à natureza, através das práticas de manejo sustentáveis, equilíbrio e harmonia do uso dos recursos com a conservação. A Geografia neste contexto deve se inserir além da relação homem e meio. Nas consequências desse espaço geográfico excludente, há uma população de saberes culturais diversificadas.

O camponês sertanejo é caracterizado como o homem que convive com o clima e um passado não muito distante, de total abandono das políticas públicas para esse povo. Sendo assim consideramos aqui os camponeses do Alto Sertão como resilientes por justamente possuírem capacidade semelhante à natureza de se manterem vivas nos momentos mais difíceis, e buscar novas alternativas de reprodução social e cultural.

As tecnologias sociais vieram para aprimorar e acrescentar nos conhecimentos das famílias camponesas. As cisternas de placas foi a mais importante tecnologia social para o Semiárido, promovendo e melhorando o acesso ao abastecimento no consumo das famílias durante a estiagem no Semiárido.

As demais tecnologias auxiliam e contribuem nas plantações familiares, como também no reaproveitamento dos insumos na propriedade no caso do biodigestor, e o reuso da água permite uma consciência sobre a economia do uso racional da água com responsabilidade.

Verificamos que as produções das seis famílias camponesas deste estudo são agroecológicas. Nas observações no trabalho de campo, nas visitas a FA, percebemos que esta renda da feira agroecológica de Cajazeiras é além de uma oportunidade para a família. Mas, uma renda que contribui para o orçamento familiar, e também para as unidades produtivas que sentem-se estimuladas a continuarem com a feira ativa, mesmo com vários desafios nos assentamentos.

A busca da autonomia familiar é contínua e requer um olhar diferenciado das políticas públicas para o campo. Seja econômica, no acesso aos direitos a saúde, no trabalho, na educação e nas garantias sociais.

Gostaríamos de encerrar essa discussão com um convite. Leitores, professores, estudantes e sociedade, vamos visitar as feiras agroecológicas locais e do nosso estado. Precisamos valorizar o nosso campo consumindo produtos saudáveis, e possibilitando o fortalecimento da agroecologia das famílias camponesas.



Portanto deixamos claro que atualmente enfrentamos tempos difíceis no cenário político nacional. Sobretudo de angústias e apelo social nos assentamentos e acampamentos de reforma agrária. Que constantemente sofrem com a repressão das lutas sociais, e dos assassinatos dos seus líderes e militantes. Como recentemente dois militantes do MST foram brutalmente assassinados na Paraíba. Para não concluir, pois a luta e o debate continuam, utilizamos as palavras do Papa Francisco: *“Nenhuma família sem casa, nenhum camponês sem terra, nenhum trabalhador sem direitos”*.

## REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. Sertões e Sertanejos: Uma Geografia Humana Sofrida. In. **Dossiê Nordeste seco**. Estudos Avançados, 1999. P. 7 `a 59. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v13n36/v13n36a02.pdf> acessado: setembro de 2018.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4ª .ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ALTIERI, Miguel. Bases conceituais e metodológicas da Agroecologia. In. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3.ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012. P. 103 à 183.

ANDRADE, Cícera Gomes de. **Memória e ordenamento territorial do espaço agrário: estudo da presença da Comissão Pastoral da Terra na organização das lutas camponesas no município de Cajazeiras - PB**. Cajazeiras, Monografia (Graduação) - UFCG/CFP, 2015.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem do Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ANDRADE, Manuel Correia. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In. SANTOS, Milton Santos; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (orgs.). **Território Globalização e Fragmentação**. 4 edição. São Paulo, editora: Hucitec, 1998. p. 213-220.

ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA)

**Disponível em:** <http://www.asabrasil.org.br> acessado em: novembro de 2018.

BATISTA, Maria Aline da Silva. **Questão Agraria e campesinato: A feira Agroecológica de consolidação camponesa**. Dissertação apresentada ao Programa de pós- Graduação em Geografia. Fortaleza. Universidade Federal do Ceará, 2014.

CASTRO, Iná Elias. O problema da Escala. In. CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato(orgs.). **Geografia Conceitos e Temas**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 117à 140

COSTABEBER, José Antônio. Documentos Referenciais dos Eventos de Agroecologia Realizados no Rio Grande do Sul (1999-2003). In: CANUTO, João Carlos e COSTABEBER,

José Antônio(Org.) **Agroecologia : conquistando a soberania alimentar**. Porto Alegre: Emater/RS-Ascar; Pelotas :Embrapa Clima Temperado, 2004. P. 242 – 263.  
Disponível em: <http://www.seer.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/view/2164/3058>  
acessado: outubro, 2018.

Fundo Socio Ambiental **CASA**

**Disponível em:** <http://fortalecimentodecomunidades.casa.org.br/index.php/2017/06/26/rede-de-cultivos-agroecologicos-do-alto-sertao-paraibano/> acessado em: novembro de 2018

HAESBAERT, Rogério. **Território e Multiterritorialidade: Um Debate**. In: "Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade" 1ª versão apresentada no I Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS, Curso de Geografia da ULBRA e AGB. Porto Alegre, *GEOgraphia*, 2007

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - **IBGE:**

**Disponível em:** <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/cajazeiras/panorama> acessado em: abril de 2018.

LIMA, Ruy Cirne. Pequena história territorial do Brasil: Sesmarias e terras devolutas. 5ª. Ed. UFG, 2002.

MAGALHÃES, Wallace Lucas. **O imaginário social como um campo de disputas: um diálogo entre Baczko e Bordieu**. albuquerque - Revista de história. Vol.8. n.16. 2016. P. 92-100.

MARQUES, Marta Inez de Medeiros. Lugar do Modo de Vida Tradicional na Modernidade. In. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez de Medeiros(orgs.). **O campo no Século XXI: território de vida, luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004. P. 145 à 158.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA

**Disponível em:**

<http://www.agricultura.gov.br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/cartas-de-servico/desenvolvimento-agropecuario-cooperativismo-e-associativismo-rural/producao-organica>. Acesso: novembro de 2018.

MITIDIERO JUNIOR, Marcos Antônio. A ação territorial da CPT Paraibana. In. **A ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no Estado da Paraíba**. Tese (Doutorado). São Paulo. Programa de Pós Graduação em Geografia Humana. USP, 2008. P. 300 à 468.

MOREIRA NETO, Mariana. **Outro Sertão: fronteiras da convivência com o Semiárido**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2013. P. 31 `a 102.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança**: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano. Revista NERA – ano 10, n. 10 – janeiro/junho de 2007. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1424/1402> acessado: setembro de 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Geografia Agrária: Perspectivas no início do século XXI. In. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez de Medeiros(orgs.). **O campo no Século XXI**: território de vida, luta e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004. p. 29 - 70.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007

OLIVEIRA, Mariana Borba de. **Certificação Participativa e Agroecologia: Processos De Organização e Resistência Camponesa na Mata Paraibana**. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, UFPB-PPGG, 2012.

PETERSEN, Paulo; SOGLIO, Fábio Kessler Dal; CAPORAL, Francisco, Roberto. A construção de uma Ciência a serviço do campesinato. In. PETERSEN, Paulo(org). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro, AS-PTA, 2009. P. 85-103.

PORTO GONÇALVES, Carlos Valter. Geografia da Riqueza, Fome e Meio Ambiente: Pequena Contribuição Crítica ao Atual Modelo Agrário/ Agrícola de Uso dos Recursos Naturais. In. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez de Medeiros(orgs.). **O campo no Século XXI**: território de vida, luta e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004. P. 207 `a 253.

RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira (org.) As políticas públicas de combate à pobreza rural no estado da Paraíba. In. **Do Campus ao Campo: olhares sobre Políticas Públicas dirigidas à pobreza rural no Estado da Paraíba**. João Pessoa. Editora Universitária / UFPB, 2011. P. 13 `a 87.

SANTOS, Milton. SILVA, Elisiane da; NEVES, Gervásio Rodrigo; MARTINS, Liana Bach. O espaço do cidadão. In. **O espaço da cidadania e outras reflexões**. Porto Alegre. Coleção O Pensamento Político Brasileiro. v.3.Fundação Ulysses Guimarães, 2011.

SANTOS, Tiago Araújo. **Agroecologia como Prática social: Feiras Agroecológicas e Insubordinação Camponesa na Paraíba**, Dissertação de Mestrado, São Paulo. Programa de Pós Graduação em Geografia da Humana, 2010.

SERPA, Angelo. Como prever sem imaginar? O papel da imaginação na produção do conhecimento geográfico. In: SERPA, Angelo(org.). **Espaços culturais** vivências, imaginações e representações. Salvador, EDUFBA, 2008. P. 59 à 67.

SEVILLA GUSMÁN, Eduardo; MOLINA, Manoel Gonzáles de. Campesinato e Agroecologia. In: **Sobre a Evolução do Conceito de campesinato**. 2ª. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. P. 75 à 80.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão Agrária**. São Paulo, 3ª reimpressão. Editora Brasiliense, 1998.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Crítica à Modernização Conservadora. In: SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o Combate a Seca e a Convivência com o Semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. Brasília. Tese de doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2006. P. 150 – 168.

SILVA, Roberto Marinho Alves de. O que foi dito: A construção do Pensamento sobre o desenvolvimento no semi – árido brasileiro. In. **Entre o combate `a seca e a convivência com o semi – árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. Fortaleza: Banco do Brasil, 2008. P. 83 à 200.

SPOSITO, Maria da Encarnação Beltrão. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In. SPOSITO, Maria da Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon(orgs.). **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. P. 111 à 130.

STEDILE, João Pedro (org), ESTEVAM, Douglas (assistente de pesquisa). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional - 1.500 – 1960**. 2ª ed. São Paulo. Expressão Popular, 2011.

STÉDILE, João Pedro. Coordenação: LOCONTE, Wanderley. **A questão Agrária no Brasil**. São Paulo. Atual Editora, 1997. P. p. 8 à 70.

#### **Fundo Socio Ambiental CASA**

**Disponível em:** <http://fortalecimentodecomunidades.casa.org.br/index.php/2017/06/26/rede-de-cultivos-agroecologicos-do-alto-sertao-paraibano/> acessado em: novembro de 2018.

**APÊNDICE A - INSTRUMENTO I (CONSUMIDORES E TRANSEUNTES)**

<b>IDENTIFICAÇÃO DO (A) ENTREVISTADO(A)</b>		
Letra:	Idade:	Consumidor da feira ( ) transeuntes ( )
Cidade / Estado:		Sexo: feminino( ) masculino ( )
<b>DADOS DA FEIRA AGROECOLÓGICA</b>		
1. Qual meio você se informou sobre a feira agroecológica:		
2. No seu ponto de vista a organização dos produtos, as barracas as condições: Bom ( ) regular ( ) ruim ( )		
3. Sobre a localidade do espaço da feira você considera: Bom ( ) regular ( ) ruim ( ) Especifique:		
4. O que precisa para melhorar a feira agroecológica?		
5. Quanto tempo compra na feira agroecológica:		
6. O que te motivou a comprar na feira agroecológica?		
<b>DADOS DOS PRODUTOS OFERTADOS</b>		
7. O Que você entende sobre o produto agroecológico e orgânico?		
8. Sobre os produtos ofertados você considera a qualidade: Boa ( ) regular ( ) ruim ( )		
9. Está satisfeito (a) com os produtos ofertados Sim ( ) não ( ) Se sim, porque?		
10. O que você acha dos valores dos produtos? ( ) Bom ( ) ruim ( ) regular		
11. Defina a feira agroecológica em uma palavra:		

**APÊNDICE B****INSTRUMENTO III (CRIAÇÃO DA FEIRA AGROECOLÓGICA)****(Camponeses que participaram do início da primeira feira e representante da CPT Sertão)**

<b>IDENTIFICAÇÃO DO (A) ENTREVISTADO (A)</b>	
Idade:	Sexo: Feminino ( ) masculino ( )
Localidade (assentamento / acampamento):	
Cidade:	
<b>CRIAÇÃO DA FEIRA AGROECOLÓGICA</b>	
Qual o ano de criação da feira agroecológica? O local e o dia da semana que era realizada?	
Como iniciou a agricultura sustentável ou Agroecológica no Alto Sertão Paraibano?	
Quanto tempo à feira permaneceu ativa?	
Quais assentamentos e acampamentos que integravam a feira?	
Como acontecia o transporte dos produtos?	
A feira foi criada a partir de qual iniciativa?	
Obteve apoio de qual órgão ou instituição?	
Quais melhorias obtiveram com a criação da feira?	
Quais os desafios a feira passou nos anos iniciais e finais que levou a finalizar a feira em qual ano?	
Quais principais produtos eram vendidos?	
Como acontecia o controle ou registro da produção?	
De onde vinham as sementes (milho, feijão hortaliças) para a propriedade?	
No início ou durante os anos de realização da feira, houve conhecimento sobre a certificação de produção orgânica?	

## ANEXO A

**INSTRUMENTO II REESTRUTURAÇÃO DA FEIRA AGROECOLÓGICA  
(CAMPONESES)**

<b>IDENTIFICAÇÃO DO (A) ENTREVISTADO (A)</b>		
Letra:	Idade:	Sexo: Feminino ( ) masculino ( )
Localidade (sítio/ assentamento / acampamento):		
Cidade / Estado:		
<b>DADOS SOCIAIS</b>		
Quantas pessoas compõem a família? Homens ( ) mulheres ( )		
Quantas pessoas trabalham com agricultura? Homens ( ) mulheres ( )		
Qual a principal atividade geradora de renda da família? ( ) agricultura ( ) aposentadoria ( ) Trabalho externo ( ) outros		
Qual o papel /função da mulher desempenha na família? ( ) produção ( ) comercialização ( ) doméstico ( ) trabalho externo ( ) outros		
Você considera a participação da mulher ( ) pouco médio ( ) muito importante ( )		
Qual papel /função o jovem desempenha família? ( ) produção ( ) comercialização ( ) doméstico ( ) trabalho externo ( ) estudo ( ) outros		
<b>DADOS DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO</b>		
Área total da propriedade:		
Área da produção agroecológica:		
Quanto tempo produz de forma agroecológica:		
Recebe assistência técnica no assentamento: Sim ( ) não ( ) Se sim, qual?		
Está vinculada a alguma entidade de apoio? ( Sindicato, Associação, ONG, etc) Qual?		
Onde comercializa a produção? ( ) Feira agroecológica ( ) Feira livre ( ) Atravessador ( ) Na própria localidade ( ) Mercado institucional ( PAA / PNAE)		



A quanto tempo comercializa na feira agroecológica de Cajazeiras – PB?
Como é feito o transporte da produção? <input type="checkbox"/> transporte próprio <input type="checkbox"/> Frete <input type="checkbox"/> Apoio de qual entidade/ instituição?
Na sua opinião a infraestrutura da feira ( local, barracas, banheiros) é adequada? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não O que pode melhorar? Como sugere esta melhoria?
Quais são os cinco principais produtos que leva para a feira agroecológica?
Compra algum produto do mercado atravessador? Se sim, qual?
Costuma vender ? tudo <input type="checkbox"/> quase tudo <input type="checkbox"/> que leva <input type="checkbox"/> sim
Sobra aproximadamente quanto do que é levado? <input type="checkbox"/> 25% <input type="checkbox"/> 50 % <input type="checkbox"/> mais de 50 %
O que faz com a sobra da produção que leva para a feira?
Dos produtos que você vende na feira agroecológica a sua família consome regularmente: <input type="checkbox"/> todos <input type="checkbox"/> nenhum <input type="checkbox"/> alguns, quais? _____
Você produz algo exclusivamente para o consumo familiar? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não, se sim qual?
A renda da feira agroecológica é suficiente para a sua necessidade familiar? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não  Representa que parte do seu orçamento? <input type="checkbox"/> 100 % <input type="checkbox"/> 75 % <input type="checkbox"/> 50 % <input type="checkbox"/> menos de 50%
Qual a maior dificuldade na produção?
Qual a maior dificuldade na comercialização?
Possui certificação orgânica (SPG / Auditoria)? <input type="checkbox"/> Sim – De qual sistema ou empresa? _____ <input type="checkbox"/> não
Possui Cadastro no MAPA como produtor orgânico (OCS)? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> não

<b>PRODUÇÃO</b>
Como são produzidos os insumos naturais aplicados na produção agroecológica?
Possui banco de sementes? ( ) Sim ( )
De onde vem as sementes (milho, feijão hortaliças)?
Possui infra estrutura hídrica existente assentamento / acampamento e quais as tecnologias sociais são utilizadas na produção? <input type="checkbox"/> cisterna de placa; <input type="checkbox"/> Técnicas de reaproveitamento de água <input type="checkbox"/> cisterna de calçadão; <input type="checkbox"/> Irrigação <input type="checkbox"/> mandala; <input type="checkbox"/> outras quais? <input type="checkbox"/> cacimbão
<b>REESTRUTURAÇÃO DA FEIRA AGROECOLÓGICA</b>
Como aconteceu a reestruturação da feira agroecológica de Cajazeiras - PB?
De que forma você garante que a produção é agroecológica?
Qual o principal desafio para manter a feira ativa?
O que você entende por certificação participativa?
Como acontece o controle ou registro da produção?
Com o retorno da feira obteve avanços na produção e na renda?
Defina a feira em uma palavra?

**Os itens do questionário:** Identificação do entrevistado; Dados sociais; Dados de produção comercialização. São instrumentos de coleta de dados da pesquisa do Programa de Iniciação Científica – PIBIC 2017 à 2018 intitulada: **Feiras Agroecológicas na Paraíba: Desenvolvimento Local e Reprodução Camponesa**. Orientador: Dr. Josias de Castro Galvão. Bolsista: Eliziana Vieira Saraiva. Maria do Socorro Barros Pereira (colaboradora) : A respectiva pesquisa está relacionada a um Projeto, financiado pelo CNPq, através da chamada universal – MCTI/ CNPq nº 14/2014. Pesquisadora: Mariana Borba de Oliveira. A pesquisa Aborda a **produção agroecológica e a certificação participativa como estratégias de resistência à agricultura convencional, capaz de gerar um desenvolvimento local sustentável.**

**ANEXO B (COMITÊ DE ÉTICA) TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Direção do Centro de Formação de Professores – CFP/UFCG

Rua Sérgio Moreira de Figueiredo, s/n – Casas Populares, Cajazeiras-PB

Tel.: (83) 3532-2000, CEP: 58900-000

**TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL**

Eu, Antônio Fernandes Filho, Diretor do Centro de Formação de Professores – CFP/UFCG, autorizo o desenvolvimento da pesquisa intitulada: “TERRITORIALIDADE CAMPONESA NO ALTO SERTÃO PARAIBANO: A REESTRUTURAÇÃO DA FEIRA AGROECOLÓGICA DE CAJAZEIRAS – PB”, que será realizada no período de julho de 2018 à outubro de 2018 tendo como pesquisador(a) responsável(a) o(a) Prof. Dr. Josias de Castro Galvão e a orientanda Maria do Socorro Barros Pereira.

Cajazeiras, 29 de maio de 2018.



---

Diretor do Centro de Formação de Professores – CFP/UFCGCarlos Davidson Finkler  
Vice-Diretor do CFP/UFCG  
S/APE: 1024716


**ANEXO C: TERMO DE ANUÊNCIA SETORIAL**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES – CFP  
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA - UNAGEO  
LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

**TERMO DE ANUÊNCIA SETORIAL**

Eu, Santiago Andrade Vasconcelos, Coordenador (a) do Setor UNAGEO, do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande autorizo o desenvolvimento da pesquisa intitulada: **“TERRITORIALIDADE CAMPONESA NO ALTO SERTÃO PARAIBANO: A REESTRUTURAÇÃO DA FEIRA AGROECOLÓGICA DE CAJAZEIRAS – PB”**, que será realizada no período de julho de 2018 à outubro de 2018 tendo como pesquisador(a) responsável(a) o(a) Prof. Dr. Josias de Castro Galvão e a orientanda Maria do Socorro Barros Pereira.

Cajazeiras - PB, 29 de maio de 2018.

  
Santiago Andrade Vasconcelos  
Coordenador do Setor UNAGEO  
CFP - CFP  
COORDENADOR DE LICENCIATURA - MATUTINO  
MAT SIAPE 2136729

## ANEXO C: FOLHA DE ROSTO PLATAFORMA BRASIL

 MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS			
<b>1. Título da Pesquisa:</b> TERMO COM IDADE COMPLETADA NO REITO DEBÍDAMENTE: A DISTRIBUIÇÃO DA FIBRA AGROCOLÓGICA DE CANJICÃO			
<b>2. Número de Participantes na Pesquisa:</b> 00			
<b>3. Área Temática:</b>			
<b>4. Área de Conteúdo:</b> Saúde Área 7 - Ciências Humanas			
<b>REQUISADOR RESPONSÁVEL</b>			
<b>5. Nome:</b> JOÃO DE CASTRO (A.V.)			
<b>6. CPF:</b> 243.994.862-08		<b>7. Endereço (Rua, n.º):</b> R. Antônio Roberto Pereira, 217 Jardim CAMARÃO FARMAS GORRÃO	
<b>8. Responsabilidade:</b> BRAS/0001		<b>9. Telefone:</b> 8482621460	
		<b>10. Celular Telefone:</b>	
		<b>11. E-mail:</b> joaocastro@oi.com.br	
<p>Termo de Compromisso (Termo) que define o conteúdo e o objetivo da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Compromete-se a obter os recursos e meios necessários exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados apenas com a aprovação do CNPq. Assume as responsabilidades pela execução científica do projeto acima. Toma ciência que esta folha será anexada ao projeto desenvolvido assinada por todos os pesquisadores e será parte integrante da documentação do termo.</p>			
Data: <u>29</u> / <u>05</u> / <u>2018</u>			
 Assinatura			
<b>INSTITUIÇÃO PROPONENTE</b>			
<b>12. Nome:</b> Universidade Federal de Campina Grande		<b>13. CNPJ:</b> 09.083.000/00-00	
<b>14. Unidade/Instituição:</b> LABORATÓRIO FEDERAL DE CAMPINA GRANDE			
<b>15. Telefone:</b> (51) 3422-0000		<b>16. Celular Telefone:</b>	
<p>Termo de Compromisso (do responsável pela instituição) que define o conteúdo e o objetivo da Resolução CNS 466/12 e suas complementares e define esta instituição em condições para o desenvolvimento desse projeto, autônomo em recursos.</p>			
<b>Responsável:</b> João de Castro (A.V.) BRAS/0001		<b>CPF:</b> 243.994.862-08	
<b>Assinatura:</b>		 Assinatura	
Data: <u>29</u> / <u>05</u> / <u>2018</u>			
<b>PATROCINADOR PRINCIPAL</b>			
<b>Nome em inglês:</b>			

**ANEXO D: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Prezado (a) Senhor (a)

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) no estudo cujo título é **“TERRITORIALIDADE CAMPONESA NO ALTO SERTÃO PARAIBANO: A Reestruturação da Feira Agroecológica de Cajazeiras – PB”**, coordenado pelo Professor Doutor **JOSIAS DE CASTRO GALVÃO**, da Universidade Federal de Campina Grande, vinculado ao **CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES**.

Sua participação é voluntária e você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Este estudo tem como objetivo: compreender a reestruturação da feira agroecológica como uma possível alternativa de melhoria da qualidade de vida no campo. Sendo esta, capaz de fortalecer a territorialidade camponesa no município de Cajazeiras – PB.

Esta pesquisa será considerável, pois trará resultados para a academia para ciência e para os sujeitos, como também para organizações governamentais e não governamentais, por ser um estudo relevante sobre a temática, será significativa para o município e para o estado da Paraíba. Abordando como a agricultura sustentável é capaz de promover a territorialidade camponesa e os benefícios da feira agroecológica.

Desta forma, este estudo tem ênfase na Geografia Agrária brasileira, e nos permitirá a junção de diferentes reflexões tais como: as relações sociais no campo e na cidade; as lutas e conflitos pela terra; a importância dos movimentos sociais que atuam prol da reforma agrária; e a atuação das ações das organizações não governamentais através do investimento e a assistência nos assentamentos.

Caso decida aceitar o convite, você será submetido (a) ao(s) seguinte (s) procedimentos: A coleta de dados que corresponde aos questionários que serão aplicados; trata-se descrições com o uso de fotografias e gravador de voz quando permitido e necessário. Sempre que houver necessidade, o participante poderá solicitar esclarecimento sobre as

etapas do estudo, e poderá recusar sua participação em qualquer etapa da pesquisa sem qualquer penalidade ou prejuízo.

Os riscos envolvidos com sua participação são: **constrangimentos exposição pela aplicação dos questionários, que envolvem riscos em relação à invasão de privacidade, através da interferência na rotina diária dos mesmos.**

**Asseguramos a não violação a integridade. Considerando a proteção da imagem e a não utilização das informações em prejuízo das pessoas, ou das comunidades. O participante terá direito a assistência sobre a pesquisa em qualquer etapa, e que esta é de responsabilidade dos autores da pesquisa.**

Os benefícios da pesquisa serão: **os envolvidos poderão adquirir conhecimentos sobre a feira agroecológica, e sobre a importância da agricultura sustentável, a territorialidade camponesa através da feira agroecológica sendo capaz entender os avanços e desafios no campo. Os envolvidos os participantes e responsáveis pela pesquisa podem se sentir valorizados através deste estudo.**

Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de maneira que não permita a identificação de nenhum voluntário.

Se você tiver algum gasto decorrente de sua participação na pesquisa, você será ressarcido, caso solicite. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você será indenizado.

Você ficará com uma via rubricada e assinada deste termo e qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, poderá ser requisitada a **JOSIAS DE CASTRO GALVÃO**, ou ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos - CEP/CFP/UFCG cujos dados para contato estão especificados abaixo.

**Dados para contato com o responsável pela pesquisa**

**Nome: Josias de Castro Galvão**

**Instituição: Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores.**

**Endereço: R. Edmilson Abrantes Ferreira, nº 312. Centro Cajazeiras Paraíba, CEP: 58900000.**

**Telefone: (83) 993827465. Email: [josiascastro@uol.com.br](mailto:josiascastro@uol.com.br)**

**Dados do CEP**

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Formação de Professores da  
Universidade Federal de Campina Grande- CEP/CFP/UFCG, situado a rua  
Sergio Moreira de Figueiredo, s/n, Bairro: Casas Populares, Cajazeiras - PB;  
CEP: 58.900-000.

Email: [cep@cfp.ufcg.edu.br](mailto:cep@cfp.ufcg.edu.br)

Tel: (83) 3532-2075

Declaro que estou ciente dos objetivos e da importância desta pesquisa, bem como a forma como esta será conduzida, incluindo os riscos e benefícios relacionados com a minha participação, e concordo em participar voluntariamente deste estudo.

Cajazeiras -PB, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura ou impressão datiloscópica do  
voluntário ou responsável legal

*José de Castro Alves*  
\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do responsável pelo  
estudo



## ANEXO E - ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO SERTÃO AGROECOLÓGICO

### ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS CAMPONESES E CAMPONESAS AGROECOLÓGICOS DO ALTO SERTÃO PARAIBANO – SERTÃO AGROECOLÓGICO

#### CAPÍTULO I Da Denominação e Finalidades

**Artigo 1º** - A Associação dos Camponeses e Camponesas Agroecológicas do Alto Sertão Paraibano (Associação Sertão Agroecológico) é uma organização de Camponeses (as) Integrantes de Assentamentos e Acampamentos da Rede de Cultivos Agroecológicos do Alto Sertão Paraibano e que tem como finalidade a organização do camponese (as) na produção e o escoamento de seus produtos.

**Artigo 2º** - A Associação Sertão Agroecológico se constitui como uma organização de princípios educativos, de integração e cooperação de economia sustentável solidária.

**Artigo 3º** - A Associação Sertão Agroecológico é uma sociedade civil de duração indeterminada, com sede e foro à Rua Francineire Rolim de Albuquerque, nº 222 – Bairro: Remédios - Cajazeiras/PB.

#### CAPÍTULO II Dos objetivos

**Artigo 4º** - São objetivos da Associação Sertão Agroecológico.

- a) Unir os Camponeses (as) agroecológicos dos assentamentos e acampamentos integrantes da Rede de Cultivos Agroecológicos do Alto Sertão Paraibano;
- b) Garantir a produção orgânica e agroecológica dos (as) camponeses (as) associados (as);
- c) Fortalecer a autogestão dos (as) associados (as) pela organização, administração e escoamento de seus produtos;
- d) Criar novos canais para escoar a produção orgânica e agroecológica dos camponeses (as) associados (as);
- e) Intermediar o escoamento dos produtos orgânicos e ecológicos exclusivamente dos (as) seus (suas) sócios (as);
- f) Favorecer a elaboração de projetos para beneficiar esta associação;
- g) Promover a formação e capacitação de temáticas afins desta associação;
- h) Solicitar assessorias necessárias para as ações eminentes dessa associação, através de parcerias, convênios com organismos governamentais ou não governamentais ou de remuneração com recursos próprios;



- c) Conselho Fiscal;
- d) Conselho de Ética.

### Seção I Da Assembléia Geral

**Artigo 7º** - A **Assembléia Geral** é soberana. Consiste na reunião de seus sócios em pleno gozo de seus direitos, convocada e instalada de forma estatutária, ordinária ou extraordinária a fim de deliberar sobre:

- a) Eleger os membros da coordenação executiva, conselho fiscal e conselho de ética;
- b) Discutir e aprovar os relatório de atividades e os financeiros apresentados pela coordenação executiva;
- c) Fazer reformas estatutárias;
- d) Aprovar o regimento interno;
- e) Admitir e demitir sócios (as);
- f) Discutir propostas de projetos financeiros de órgãos governamentais e não governamentais;
- g) Decidir sobre comercialização de bens da associação no valor acima de quatro salários mínimos;
- h) Fixar o valor da contribuição mensal dos (as) sócios (as);
- i) Cassar o mandato de membros da Coordenação Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho de Ética, caso contrariem os objetivos da Associação, realizando-se imediatamente uma nova eleição para a substituição;
- j) Decidir sobre os pedidos de apoio a outras lutas afins;
- k) Aprovar a dissolução da Associação Sertão Agroecológico, desde que não restem menos de 10 pessoas.

**§ 1º** - A Assembléia Geral realizar-se-á ordinariamente trimestral e extraordinariamente quando convocada pela coordenação executiva ou pela maioria simples dos (as) sócios (as);

**§ 2º** - A Assembléia Geral, reunir-se-á, em primeira convocação, com a presença mínima de maioria simples, em segunda convocação, uma hora depois, presentes, no mínimo um terço de seus membros, e suas deliberações serão válidas quando aprovadas pela maioria absoluta dos (as) legitimamente votantes.

**§ 3º** - Só tem direito ao voto em Assembléia Geral os (as) sócios (as) que estão em dia com a contribuição mensal e que são sócios (as) por mais de três meses, isso no caso dos(as) sócios(as) efetivos(as).





## SEÇÃO II Da Coordenação executiva

**Artigo 8º** - A Coordenação Executiva é composta do (a) Coordenador (a) Executivo (a), Vice-Coordenador (a) Executivo (a), do (a) Coordenador (a) Secretário (a), do Coordenador (a) Tesoureiro (a), para um mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única reeleição sucessiva.

**Artigo 9º** - Compete a Coordenação Executiva:

- a) Convocar e presidir as assembleias gerais, conforme o estatuto e regimento interno;
- b) Representar a Associação Sertão Agroecológico junto a outras entidades;
- c) Submeter a cada Assembleia Geral o relatório das atas, planos de atividades, prestação de contas e balancete anual;

**Artigo 10º** - Compete ao Coordenador (a) Executivo (a):

- a) Convocar e presidir as Assembleias Gerais, na forma do Estatuto e Regimento;
- b) Convocar e presidir as reuniões do Conselho Executivo;
- c) Representar ativa, passiva, judicial e extra judicialmente a Associação Sertão Agroecológico;
- d) Representar a Associação Sertão Agroecológico junto a outras entidades;
- e) Movimentar, juntamente com o (a) tesoureiro(a) e o (a) secretário (a) as contas bancárias da Associação Sertão Agroecológico e substabelecer para este fim;
- f) Praticar todos os atos de interesse da Associação Sertão Agroecológico que não contrariem o Estatuto;
- g) Substabelecer procurações para os devidos serviços bancários, de convênios e contratos que sejam de interesse da Associação Sertão Agroecológico.

**Artigo 11º** - O (a) Vice-Coordenador (a) Executivo (a) substitui o Coordenador (a) Executivo (a) em sua ausência, impedimento temporário, ou vacância do cargo.

**Artigo 12º** - Compete ao Coordenador (a) Secretário (a):

- a) Secretariar as reuniões da Coordenação Executiva e da Assembleia Geral;
- b) Manter sob sua responsabilidade os livros e documentos da Associação Sertão Agroecológico;
- c) Substituir o (a) vice-coordenador (a) executivo (a) em sua ausência ou impedimento temporário;
- d) Na ausência do coordenador (a) secretário (a), a assembleia indicará um de seus membros.

**Artigo 13º** - Compete ao Coordenador (a) Tesoureiro (a):



- a) Ter sob sua responsabilidade os valores e bens da Associação Sertão Agroecológico como também os documentos financeiros e contábeis;
- b) Receber e efetuar pagamentos;
- c) Apresentar à Assembleia Geral a prestação de contas da Associação Sertão Agroecológico trimestralmente;
- d) Movimentar a conta e assinar conjuntamente com o coordenador (a) executivo (a) os cheques da Associação Sertão Agroecológico

### SEÇÃO III Do Conselho Fiscal

**Artigo 14 °** - O Conselho Fiscal é composto de três sócios (as) e, eleitos (as) pela Assembleia Geral, para um mandato de 02 (dois) anos, permitindo-se uma única reeleição sucessiva.

**Artigo 15 °** - Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Fiscalizar a aplicação dos recursos orçamentários;
- b) Dar parecer anual sobre os relatórios financeiros e contábeis, balancete e investimentos;
- c) Opinar sobre as operações realizadas de compra e venda de patrimônio.

### SEÇÃO IV Do Conselho de Ética

**Artigo 16 °** - O Conselho de Ética é composto de três sócios (as), eleitos (as) pela Assembleia Geral, para um mandato de 02 (dois) anos, permitindo-se uma única reeleição sucessiva.

**Artigo 17 °** - Compete ao Conselho de Ética:

- a) Zelar pelos princípios da produção orgânica, agroecologia e pelo respeito interpessoal e outros;
- b) Informar a Coordenação Executiva sobre questões ocorridas e constatadas para que seja aplicada as medidas devidas de acordo com o regimento interno.
- c) Zelar pelo cumprimento do regimento interno

### CAPÍTULO V Das Eleições

**Artigo 18 °** - As eleições da Coordenação Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Ética serão realizadas em Assembleia Geral ordinária ou extraordinária, convocada para esse objetivo com a presença de todos (as) os candidatos (as) dos



diversos cargos. A eleição será secreta, de acordo com decisão em Assembleia Geral e estarão eleitos os (as) candidatos (as) com maior número de votos, conforme previstos no artigo 7º & 2º.

**§ 1º** - O local e o horário das eleições serão definidos em edital de convocação;

**§ 2º** - As eleições serão realizadas no último dia do fim do mandato da coordenação anterior e a posse dos (as) eleitos (as) será no mesmo dia das eleições.

#### CAPÍTULO VI Do Patrimônio e Dissolução

**Artigo 19º** - Os recursos financeiros necessários à manutenção da Associação Sertão Agroecológico serão obtidos:

- a) Por convênios e/ ou contratos com órgãos e entidades governamentais ou instituições privadas para desenvolvimento e/ ou execução de projetos nas áreas específicas de sua atuação;
- b) Por contribuições dos Fundos de Feira dos produtos comercializados nas feiras agroecológicas dos seus sócios integrantes;
- c) Por doações, legados e heranças de pessoas físicas e jurídicas, privadas ou públicas nacionais ou estrangeiras, destinados a apoiar as atividades da Associação Sertão Agroecológico;

**Artigo 20º** - O patrimônio da Associação Sertão Agroecológico será formado pelos seguintes bens:

- a) Por 17 barracas (de estrutura de ferro e lona), 08 Reboques, 16 Balanças para as feiras agroecológicas de Cajazeiras/PB, Aparecida/PB e Santa Helena/PB;
- b) Outros bens a serem adquiridos por compras ou doações;
- c) A renda de seus bens e serviços;

**Artigo 21º** - A Associação Sertão Agroecológico somente poderá ser dissolvida quando não mais houver condições de cumprir suas finalidades, por proposta da Coordenação Executiva ou da maioria absoluta dos seus sócios, desde por maioria simples dos seus membros, em Assembleia Geral, especialmente, convocada para este fim.

**Artigo 22º** - Em caso de dissolução da Associação Sertão Agroecológico, seu patrimônio líquido será destinado às entidades congêneres que tenham a mesma finalidade institucional, com registro em cartório.



## CAPÍTULO VII Das Disposições Gerais

**Artigo 23 °** - A Particularização e complementação dos dispositivos do presente Estatuto são feitas por um Regimento Interno, cujas normas não podem contrariar nem revogar algo determinado neste Estatuto.

**Artigo 24 °** - A Associação Sertão Agroecológico não responde por nenhuma forma, nem sequer subsidiariamente, por compromissos e obrigações de entidades congêneres, nem estas pelos compromissos e obrigações da Associação Sertão Agroecológico.

**Artigo 25 °** - A Associação Sertão Agroecológico aplicará integralmente suas rendas, seus recursos e eventual resultado operacional, na manutenção de seus objetivos institucionais no território nacional.

**Artigo 26 °** - A Associação Sertão Agroecológico não remunerará, por qualquer forma, os cargos de Conselho Diretor e do Conselho Fiscal, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas por este Estatuto.

**Artigo 27 °** - A Associação Sertão Agroecológico, através de seus sócios (as), se compromete, quando for necessário, a repor as despesas de deslocamento, hospedagem e alimentação dos (as) coordenadores (as) executivos (as) ou Sócios (as), quando esses (as) forem designados (as) para representação desta.

**Artigo 28 °** - Os dispositivos do presente Estatuto só poderão ser alterados pela Assembleia Geral, para isso convocada, mediante aprovação de maioria simples dos presentes com direito a voto, obedecido ao disposto no **Art. 7 °, alínea c.**

**Artigo 29 °** - Os casos omissos nesse estatuto serão decididos no âmbito da Assembleia Geral.

**Artigo 30 °** - O presente Estatuto foi aprovado pela Assembleia-Geral, em 08 de Maio de 2017, e entrará em vigor na data de seu registro no Cartório competente.

**Cajazeiras-PB, 22 de Abril de 2017**